

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

VIVIANI CORRÊA TEIXEIRA

**SOFTWARE LIVRE E MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE: UM ESTUDO COM  
AS ENTIDADES ASSOCIADAS À ABONG**

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

VIVIANI CORRÊA TEIXEIRA

**SOFTWARE LIVRE E MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE: UM ESTUDO COM  
AS ENTIDADES ASSOCIADAS À ABONG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, na linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Participação e Democracia.  
Orientadora: prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ilse Scherer-Warren.

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

VIVIANI CORRÊA TEIXEIRA

**SOFTWARE LIVRE E MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE: UM ESTUDO COM  
AS ENTIDADES ASSOCIADAS À ABONG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

Aprovada em 21 de Novembro de 2008.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilse Scherer-Warren**  
**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Orientadora**

---

**Prof. Dr. Márcio Vieira de Souza**  
**Universidade do Vale do Itajaí**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tamara Benakouche**  
**Universidade Federal de Santa Catarina**

**FLORIANÓPOLIS**  
**2008**

A todas aquelas pessoas que apostaram na realização deste trabalho e, de certo modo estiveram presentes nessa trajetória me dando apoio.

## AGRADECIMENTOS

Fazer uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil. Além de todas as dúvidas e incertezas que permeiam a pesquisa, contamos também com os acontecimentos do dia a dia, fatores de ordem econômica, emocional e psicológica. Infelizmente, os acontecimentos corriqueiros da vida continuam existindo enquanto se pesquisa ou se escreve a dissertação. Ela não é um fato isolado na vida de cada um. Para chegar até aqui tive que passar por muitas dificuldades. A primeira delas foi para chegar à escola, quando eu tinha que chegar a pé por falta de transporte escolar. Foi uma caminhada que valeu a pena.

Este trabalho é o resultado de mais de dois anos de dedicação e resultado de um longo período de inquietações epistemológicas, que contou com a interação de múltiplos atores para poder ser realizado, mesmo que o título oneroso da obra seja dedicado a mim exclusivamente.

Alguns mais, outros menos, mas todos são importantes nessa trajetória. Não há conhecimento sem interação e não há pesquisa sem colaboração. Deste modo, eis que me faço grata:

A essa força invisível chamada Deus, que se mostra visível naqueles momentos em que o desespero parece tomar conta da gente e que nossas bases parecem tremer e hesitar. E também nos momentos bons, nos dando inspiração e tranquilidade.

A meu pai e a minha mãe, que dentro das suas limitações me criaram e me auxiliaram, desde a saída de casa até a finalização deste trabalho tão importante na minha vida profissional.

A minha admirável e competentíssima orientadora, que não me deixa fraquejar. Sem o apoio dela, acredito que a execução deste trabalho seria inviável.

A Isabel Pato, secretária da ABONG, e a Taciana Gouvêa, da ONGs SOS corpo e ex diretora da ABONG, que me deram dicas sobre como proceder para estabelecer contato com algumas associadas.

Às entidades associadas à ABONG, especialmente a **ABDL** - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças, **ABIA** - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, **ABTH** - Associação Brasileira

Terra dos Homens, **ASSESOAR** - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, **ASSL** - Associação Saúde Sem Limites, **CAAP**-Centro de Assessoria à Autogestão Popular, **CAMPO**-Centro de Assessoria ao Movimento Popular, **CR**-Casa Renascer, **CPDD**-Católicas Pelo Direito de Decidir, **CCLF**-Centro de Cultura Luiz Freire, **CDHP**-Centro de Direitos Humanos de Palmas, **CDDHP**-Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, **CDHMGB**-Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz, **CEAP**-Centro de Educação e Assessoramento Popular, **CEBI**-Centro de Estudos Bíblicos, **CEBRAP**-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, **CEAP**-Centro de Educação e Assessoria Popular, **CEPAC**-Centro Piauiense de Ação Cultural, **CGGDH**-Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, **CIEG**-Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais, **CIPÓ**-Comunicação Interativa, **CMT**-Casa da Mulher Trabalhadora, **CNMP**-Centro Nordestino de Medicina Popular, **CRIAR BRASIL**-Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio, **CRIOLA**, **ECA**-Estatuto da Criança e do Adolescente, **ECO A**-Ecologia e Ação, **EDISCA**-Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente, **ELO**-Ligação e Organização, **ENDA BRASIL**-Educação para o meio ambiente e o desenvolvimento, **ESPLAR**-Centro de Pesquisa e Assessoria, **GAPA**-Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, **GARRA**-Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental, **GESTOS**-Soro positividade, Comunicação e Gênero, **GIV**-Grupo de Incentivo a Vida, **GMM**-Grupo Mulher Maravilha, **GTP**-Grupo Transas do Corpo, **GTP+**-Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo, **IBASE**-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, **IMENA**-Instituto de Mulheres Negras do Amapá, **INESC**-Instituto de Estudos Socioeconômicos, **IRPAA**-Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, **ISA**-Instituto Socioambiental, **ISER**-Instituto de Estudos da Religião, **ISPN**-Instituto Sociedade, População e Natureza, **GTLPL**-Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás, **MIRIM-BRASIL**-Movimento Infante Juvenil de Reivindicação, **MOC**-Movimento de Organização Comunitária, **MTNM**-Movimento Tortura Nunca Mais – PE, **NPAE** - Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, **PRECAVIDA**-Centro de Prevenção e Recuperação O Caminho, a Verdade e a Vida. Agradeço por terem respondido ao questionário da pesquisa, sem o qual não teria subsídios para fundamentar o trabalho.

A querida Viviane Ribeiro Correia, pelo incentivo inicial para que eu viesse a fazer parte da equipe do NPMS.

A Karine Goss, amiga e colega do NPMS, por ter inúmeras vezes contribuindo com o trabalho, lendo, fazendo correções e significativas sugestões.

A Albertina e a Fátima por orientar nos trâmites legais, dando suporte a nossas dúvidas com relação a datas de matrícula, material e demais procedimentos burocráticos. Mas não só por isso, também pelo coleguismo estabelecido ao longo dos anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela sua competência e por me servirem de inspiração intelectual.

À UFSC, CAPES e CNPQ pelo apoio estrutural e financeiro.

Ao amigo Aduino por contribuir com o tema inicial da pesquisa.

À paciente e amável Catrine, que esteve presente ao logo da elaboração deste trabalho, dando amparo e força nos momentos de angústia. Também pela ajuda na contagem e catalogação dos dados.

À querida amiga Alessandra Cardozo, pela sua amizade e por ter revisado os dados numéricos das tabelas e dos gráficos.

À generosa Deti, por ter cedido sua casa para que eu pudesse me dedicar a alguns momentos de extrema concentração dissertativa.

À colega Claudia Mayer pelo seu empenho em fazer as correções gramaticais e ortográficas.

Ao meu amigo Fernando Taques, que muitas vezes me solucionou dúvidas metodológicas e afins.

Às minhas irmãs Vanilda e Cenilda por terem me dado apoio financeiro e emocional nos momentos que necessitei, também aos demais irmãos: Andréia, Pedro e Cela.

Ao amado amigo Valmiré, por estar presente em todos os momentos da minha vida me dando força e amparo.

Aos colegas e amigos que se estabeleceram ao longo do curso de mestrado, principalmente: Cláudio, Laura, Simone, Eliza, Vanessa, Maria Lígia, Taiguara.

Aos colegas do NPMS, principalmente a: Marivone Piana, Paula Batistela e Gisele Marmentini.

Por fim agradeço àquelas pessoas que sabem que me ajudaram de alguma forma, mas que por falha na memória esqueci de colocar aqui. A essas, digo que não é por estarem ausente dessa lista que não lhes sou grata. Neste momento, já cansada do exaustivo trabalho dissertativo, alguns nomes falharam à mente. Sendo assim, peço-lhes desculpas e digo: obrigada!

*“A democracia supõe e alimenta a diversidade dos interesses e grupos sociais assim como a diversidade das idéias, o que significa que ela deve, não impor a ditadura da maioria, mas reconhecer o direito à existência e à expressão das minorias e dos que protestam, e permitir a expressão das idéias heréticas e desviantes. Ela tem a necessidade de consenso quanto ao respeito das instituições e regras democráticas, e ao mesmo tempo tem necessidade de conflitos de idéias e de opinião que lhes dão sua vitalidade e sua produtividade.”*

Edgar Morin

## RESUMO

Na sociedade contemporânea e tecnológica, a luta dos grupos excluídos torna-se cada vez mais evidente. O avanço técnico gerou certas disparidades no campo da informática. Algumas empresas aprisionaram o conhecimento através de copyrights, o que induziu a sociedade civil a ficar refém de um processo de exploração comercial e criou uma divisão entre a comunidade de técnicos ligados à computação. Esse contexto de disputa e luta por novas alternativas para o campo da informática dá origem a um movimento em prol da criação, uso e difusão de softwares alternativos e cooperativos. Esse movimento, conhecido como "Movimento Software Livre", pode ser citado como exemplo de um novo agente de transformação que visa romper com o sistema econômico vigente utilizando-se do potencial das redes, principalmente da Internet. O movimento alcançou vários segmentos da sociedade civil e se encontra entre os movimentos mais representativos da atualidade. Além da luta em que a comunidade tecnológica se empenha pela liberdade de escolha na confecção dos softwares, há a tentativa de conscientizar os usuários de que a migração para um software de código fonte aberto, livre para ser melhorado e adaptado a cada realidade de usuário, pode ser economicamente muito mais viável. Partindo dessas considerações, a presente pesquisa analisou a relação de algumas entidades representantes da sociedade civil organizada com os softwares livre e com o Movimento Software Livre. Mais especificamente, entidades afiliadas à ABONG- Associação Brasileira de Organizações Não Governamental. A escolha do universo da pesquisa deu-se pela forte representatividade que a ABONG exerce no campo da sociedade civil, pois entre as entidades associadas estão incluídos diversos segmentos dessa sociedade.

## **ABSTRACT**

In contemporary and technological society, the fight of the excluded groups becomes increasingly evident. The technical development has generated some disparities in the field of information technology. Some companies have hidden knowledge through copyrights, inducing civil society to be a hostage of a process of commercial exploitation. This behavior also created a segmentation among the technical computing community. This context of dispute and fight for new alternatives for information technology gave rise to a movement towards the creation, dissemination, and use of alternative and cooperative software, the "Free Software Movement". This movement may be cited as an example of a new transformation agent seeking to break with the existing economic system using the potential of networks, especially the Internet. The movement has affected various segments of civil society, becoming one of its most representative movements. Besides the fight of the scientific and technologic community for freedom of choice in the creation of software, there is an attempt to make the users aware that the migration to an open source code software, free to be improved and adapted to the reality of each user, may be economically more viable. Taking all this into consideration, this research analysed the relation of some entities which represent the civil society with free software and the "Free Software Movement". More specifically, entities affiliated to ABONG (Brazilian Association of Non-Governmental Organizations). The choice of the context for this research has been motivated by the strong representation that ABONG exercises in the field of civil society, because the agencies involved include various segments of this society.

## LISTA DE SIGLAS

**ABDL** - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças  
**ABIA** - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS  
**ABONG** – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
**ABTH** - Associação Brasileira Terra dos Homens  
**ASSESOAR** - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural  
**ASSL** - Associação Saúde Sem Limites  
**MTNM** - Movimento Tortura Nunca Mais - PE  
**CAAP** - Centro de Assessoria à Autogestão Popular  
**CAMPO** - Centro de Assessoria ao Movimento Popular  
**CR** - Casa Renascer  
**CPDD** - Católicas Pelo Direito de Decidir  
**CCLF** - Centro de Cultura Luiz Freire  
**CDHP** - Centro de Direitos Humanos de Palmas  
**CDDHP** - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis  
**CDHMGB** - Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz  
**CEAP** - Centro de Educação e Assessoramento Popular  
**CEB** - Comunidades Eclesiais de Base  
**CEBI** - Centro de Estudos Bíblicos  
**CEBRAP** - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento  
**CEAP** - Centro de Educação e Assessoria Popular  
**CEPAC** - Centro Piauiense de Ação Cultural  
**CGGDH** - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos  
**CIEG** - Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais  
**CIPÓ** - Comunicação Interativa  
**CMT** - Casa da Mulher Trabalhadora  
**CNMP** - Centro Nordestino de Medicina Popular  
**CRIAR BRASIL** - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio  
**CRIOLA**  
**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente  
**ECOIA** - Ecologia e Ação  
**EDISCA** - Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente  
**ELO** - Ligação e Organização

**ENDA BRASIL** – Educação para o meio ambiente e o desenvolvimento

**ESPLAR** - Centro de Pesquisa e Assessoria

**GAPA** - Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS

**GARRA** - Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental

**GESTOS** - Soro positividade, Comunicação e Gênero

**GIV** - Grupo de Incentivo a Vida

**GMM** - Grupo Mulher Maravilha

**GTP** - Grupo Transas do Corpo

**GTP+** - Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo

**IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IBM** - International Business Machines

**IMENA** - Instituto de Mulheres Negras do Amapá

**INESC**- Instituto de Estudos Socioeconômicos

**INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

**IRPAA** - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

**ISA** - Instituto Socioambiental

**ISER** - Instituto de Estudos da Religião

**ISPN** - Instituto Sociedade, População e Natureza

**GTLPL** - Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás

**MIRIM-BRASIL** - Movimento Infante Juvenil de Reivindicação

**MIT** - Massachusetts Institute of Technology

**MOC** - Movimento de Organização Comunitária

**MTNM** - Movimento Tortura Nunca Mais – PE

**NPAE** - Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

**ONG** - Organizações Não Governamentais

**PACS** - Instituto Políticas Alternativas Para o Cone Sul

**PC** - Personal Computer

**PRECAVVIDA** – Centro de Prevenção e Recuperação O Caminho, a Verdade e a Vida

**RS** - Rio Grande do Sul

**SC** - Santa Catarina

**SEDUP** - Serviço de Educação Popular

**SOS Corpo** - Instituto Feminista para a Democracia

**SOS Mata Atlântica**

**TI** - Tecnologia da Informação

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Número de entidades associadas à ABONG com sede nas regiões.....	28
<b>Tabela 2-</b> Associadas à ABONG por área temática de atuação.....	29
<b>Tabela 3-</b> Comparação da participação das associadas à ABONG em campos de articulação política, controle social e/ou conselhos de políticas públicas, 2001 e 2004.....	31
<b>Tabela 4-</b> Estrutura das ONGs associadas à ABONG.....	32
<b>Tabela 5-</b> Uso de software livre ou código fonte aberto pelas entidades associadas à ABONG.....	70
<b>Tabela 6-</b> Razão para a entidade utilizar o software livre ou software de código fonte aberto.....	73
<b>Tabela 7-</b> Meios de comunicação e informação pelos quais as entidades tiveram conhecimento dos softwares livre.....	78
<b>Tabela 8 -</b> Número de alternativas que as entidades citaram como benefícios no uso de S.L. ....	83
<b>Tabela 9 -</b> Número de entidades que conhecem ou não o Movimento Software Livre.....	93
<b>Tabela 10 -</b> Meios de comunicação ou interação pelos quais as entidades tiveram conhecimento do Movimento Software Livre.....	94
<b>Tabela 11-</b> Questões que levariam ou levaram uma entidade a atuar no Movimento Software livre.....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Entidades associadas com sede nas 5 regiões do Brasil.....	29
<b>Gráfico 2-</b> Estrutura das ONGs associadas.....	33
<b>Gráfico 3-</b> Tipo de conexão usada pelas entidades associadas à ABONG.....	63
<b>Gráfico 4-</b> Uso de software livre ou código fonte aberto pelas entidades associadas à ABONG.....	71
<b>Gráfico 5-</b> Razões motivadoras para as entidades associadas à ABONG usarem software livre.....	73
<b>Gráfico 6-</b> Meios de difusão pelos quais as entidades associadas à ABONG tiveram conhecimento dos softwares livre.....	78
<b>Gráfico 7-</b> Percentual de vantagens que as entidades associadas à ABONG consideram no uso de software livre.....	83
<b>Gráfico 8-</b> Número de entidades que conhecem ou não o Movimento Software Livre.....	93
<b>Gráfico 9-</b> Meios de comunicação ou interação pelos quais as entidades tiveram conhecimento do Movimento Software Livre.....	94
<b>Gráfico 10-</b> Questões motivadoras para as entidades associadas à ABONG atuarem no Movimento Software Livre.....	100

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Compatibilidade entre softwares da plataforma Windows e os softwares livre.....	68-69
<b>Quadro 2-</b> Data aproximada do início do uso de software livre pelas entidades associadas à ABONG, divididos em períodos de 4, 5 e 3 anos.....	72

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Razões motivadoras para a entidade associadas à ABONG usarem software livre.....	84
<b>Figura 2-</b> Percentual de vantagens que as entidades associadas à ABONG consideram no uso de software livre.....	84

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

### Capítulo 1

#### A ABONG E SUAS ENTIDADES ASSOCIADAS

1.1 Origens e trajetórias.....	27
1.2 Esboço da distribuição geográfica das entidades associadas à ABONG no Brasil.....	28
1.3 Articulação política das associadas.....	31
1.4 Sobre a infra-estrutura das entidades associadas à ABONG.....	32

### Capítulo 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS MÚLTIPLAS LUTAS: REVISITANDO A LITERATURA.....	34
---	----

2.1 As redes: outra perspectiva mobilizatória.....	37
2.1.1 Redes Presenciais.....	37
2.1.2 Redes tecno-sociais.....	40

### Capítulo 3

#### DA PIRATARIA AO SOFTWARE LIVRE

3.1 Sobre a pirataria de produtos no Brasil e no mundo.....	50
3.2 A sociedade e as delimitações no uso de alguns softwares.....	53
3.3 Software livre (free software).....	55
3.4 O software livre no mundo e no Brasil.....	56

## Capítulo 4

### A RELAÇÃO DAS ENTIDADES ASSOCIADAS À ABONG COM OS SOFTWARES LIVRE

4.1 As entidades associadas à ABONG e o uso dos meios informáticos de comunicação.....	62
4.2 Uso de softwares cooperativos e livre pelas ONGs em geral.....	66
4.3 Uso de softwares livre pelas entidades associadas à ABONG.....	70
4.4 Quais razões podem motivar uma entidade a usar software livre.....	72
4.5 Meios de comunicação e informação pelos quais as entidades associadas à ABONG conheceram os softwares livre.....	77
4.6 As entidades associadas à ABONG e as vantagens com o uso de Software livre.....	82

## Capítulo 5

### A RELAÇÃO DAS ENTIDADES ASSOCIADAS À ABONG COM O MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE

5.1 Origem do Movimento Software Livre.....	87
5.2 As entidades associadas à ABONG e o Movimento Software Livre.....	92
5.3 Meios de comunicação ou informação pelo qual as entidades associadas à ABONG conheceram ou ouviram falar do Movimento Software Livre.....	94
5.4 As entidades associadas à ABONG e a militância no Movimento Software Livre.....	97
5.5 Questões motivadoras para uma entidade associada à ABONG atuar no Movimento Software Livre.....	99
Considerações finais.....	102
Referências Bibliográficas.....	108

## Anexos

Anexo A - As 4 liberdades dos softwares livre.....	116
Anexo B - Diferença entre software proprietário e software livre.....	117
Anexo C - Diferença entre os termos Código Fonte Aberta ou Open Source e software livre.....	118
Questionário.....	120

## Introdução

Quando falamos em comunicação, não podemos deixar de falar mais especificamente dos computadores, que hoje, com a conexão à Internet se caracterizam como um dos meios de comunicação e informação mais eficientes do planeta. Ouvimos com frequência o termo “rede mundial de computadores”. Essa expressão significa que os computadores estão conectados pela rede Internet. A conexão proporciona informação e comunicação constante e em tempo real de qualquer parte do mundo<sup>1</sup>.

Podemos então chamar o momento presente de era digital, considerando que houve uma transcendência da era técnica com suas máquinas mecânicas pesadas alimentadas por vapor que executavam as atividades movidas por impulsos mecânicos, para as chamadas máquinas digitais que executam as atividades impulsionadas por sentenças de números ou códigos binários alimentados por energia elétrica. Dentro dessas categorias encontram-se desde simples máquinas de calcular e telefones celulares até computadores, todos participando de uma mesma lógica de funcionamento. Dentre todas as máquinas citadas acima, o computador é a mais complexa delas, pois ele pode realizar a função das demais máquinas, dependendo da sua configuração.

A vasta possibilidade de executar trabalhos que o computador oferece em muitos ramos de atividades levou algumas empresas como a International Business Machines - IBM e a Microsoft<sup>2</sup>, a investir pesadamente nessa ferramenta. A Microsoft se destacou tanto que é líder mundial na produção e venda de softwares, e fez de Bill Gates um dos homens mais ricos do mundo. Tanto as empresas privadas, como repartições públicas, ONGs e sociedade civil, utilizam computadores no seu cotidiano e na execução de suas tarefas. O uso do computador virou praticamente uma necessidade.

O computador é composto de hardware e software. Hardware é a parte física, isto é, a máquina. Software é a sentença que faz a máquina funcionar, o Sistema Operacional e os programas que executam tarefas específicas, como calculadoras e processadores de texto. As duas coisas não funcionam

---

<sup>1</sup>Desde que se tenha a máquina e a ligação com a Internet.

<sup>2</sup>Outras empresas também investiram, mas essas duas foram as que mais se destacaram.

separadas e, no princípio, dificilmente eram vendidos separados, porque a Microsoft produzia as máquinas e também o Sistema Operacional.

Com isso a Microsoft foi crescendo cada vez mais e tomando proporções enormes, cresceu tanto que dominou o comércio mundial de hardware e software. Tanto o mercado como o Estado passaram a ter que cumprir os contratos pré-estabelecidos de compra e uso dos produtos das corporações Microsoft.

O Governo brasileiro gasta milhões de reais em licenças de softwares, deixando de investir em outras áreas como educação, saúde, moradia e vias de transporte:

Brasil transfere para o exterior, anualmente, mais de um bilhão de dólares em pagamento de licenças de software, num mercado interno que move por ano três bilhões de dólares. Isto significa que um terço do que move a indústria de software no Brasil é transferido, em forma de pagamento de royalties, às mega-empresas monopolistas de software norte-americanas. Essa realidade, além de significar um aumento do déficit na balança internacional de serviços, inviabiliza o desenvolvimento de empresas de informática no Brasil (Branco, 2004, p. 08a).

A maior parte desse investimento é para manter o aparelho do Estado funcionando com precisão e atualizado. Muito pouco dessa informatização é para as escolas, hospitais, universidades e demais segmentos da sociedade civil. Por isso, muitos brasileiros não sabem o que é um computador, mesmo que indiretamente dependam dele para resolver algumas necessidades. Mesmo com os vários incentivos<sup>3</sup> do governo federal para o barateamento dos computadores, muitos continuam sem poder adquiri-los. Embora o preço tenha baixado significativamente, não necessariamente se encaixou na condição econômica da maioria da população brasileira, que continua ainda à margem da era digital.

---

<sup>3</sup>O ministro das Comunicações Hélio Costa prevê que todos os municípios do país terão telecentros até o fim de junho de 2008: "Há três anos um computador custava R\$ 3 mil e hoje pode ser comprado por R\$ 850. O preço caiu vertiginosamente dentro de uma política de inclusão digital adotada pelo governo, que colocou os agentes financeiros públicos para possibilitar que qualquer cidadão possa comprar o seu computador." Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias>>

Segundo Sérgio Amadeu (*apud* Branco, 2004, p. 08b), a informatização para chegar na população, nas pequenas empresas e pequenas prefeituras, se for feita em plataforma proprietária vai representar um maior envio de royalties ao exterior. E, quanto mais se informatiza, maior será esse envio, principalmente usando software básico, mesmo já existindo opções sólidas, seguras e muito baratas em software livre.

As licenças pesam no bolso do governo e da população, e quem quer comprar um computador está sujeito às imposições do fabricante de softwares, a licença é mais de uso do que de posse, pois o proprietário não está livre para mudar, aperfeiçoar, melhorar, ou distribuir cópias. Nessa condição, muitos usuários vivem na ilegalidade por utilizarem programas piratas, e outra parcela bem pequena da população usa os programas livres (softwares livre):

O Brasil tem apenas 8,6% da população conectada à Internet e, segundo dados oficiais, mais de 53% desses usuários utilizam software ilegal sem autorização dos proprietários. Portanto, são considerados criminosos pelas leis de propriedade intelectual. A simples descriminalização dessa camada da população brasileira, utilizando software proprietário, significaria mais do que dobrar o envio de royalties para o exterior. Se pensarmos que temos que aumentar o número de incluídos digitais, por exemplo, a alternativa do software proprietário se mostra inviável no plano da macroeconomia (Branco, 2004, p.8c).

Os programas livres seriam uma alternativa bastante viável tanto para o Estado como para a sociedade civil, pois esse tipo de programas não exige o pagamento de licenças; o usuário tem liberdade para modificá-lo, distribuí-lo, melhorá-lo etc. Há uma infinidade de opções que os programas da Microsoft não oferecem nem às empresas nem aos usuários. Mas, sendo assim, porque então não migrarem imediatamente para os programas livres? Talvez haja uma longa trajetória a percorrer ainda, mas a sociedade civil organizada vem caminhando nessa direção já há algum tempo, como é o caso das Organizações Não Governamentais brasileiras.

O caminho é longo e tortuoso, pois a maioria da população tem forte resistência aos softwares diferentes dos que já está acostumada a usar. Da mesma forma, algumas esferas do Estado ainda são bastante resistentes a implementação de plataformas tecnológicas baseadas em softwares livre,

embora hajam empreendimentos dos governos estaduais e federais para migração e uso dessas novas alternativas tecnológicas.

Além disso, como ressalta Silveira (*apud* Branco, 2004, p. 08d) por definição, um software fechado não pode ser usado por um governo e encarado como um software seguro, pois o governo não tem acesso ao seu código-fonte. O modelo de desenvolvimento do software proprietário, na área de segurança, é muito desgastado. A maior prova disso é que a própria Microsoft, para se manter no mercado, abre parcialmente os códigos para o governo. Mas o governo fica todo o tempo na mão do desenvolvedor estrangeiro, com o lançamento de uma nova versão, o governo tem que rastrear o novo código. Além disso, o técnico do governo que teve acesso a esse novo código fica submetido a normas draconianas de acordos de confidencialidades. Portanto, não interessa ao governo utilizar software do qual ele não tenha auditabilidade plena. A palavra de ordem na área de segurança lógica é auditabilidade plena e esse é mais um motivo da opção pelo software livre.

Com as entidades não governamentais, a tendência é mais duradoura, desde que os projetos dêem certo e a entidade não deixe de existir, a premissa continua valendo, porém antes de qualquer coisa temos que ver qual a relação que as entidades associadas à ABONG têm com os programas livres, para só assim podermos apresentar algum tipo de descrição sobre o que a sociedade civil compreende sobre os programas livres.

Neste intuito a presente pesquisa investigou as motivações de segmentos da sociedade civil organizada quanto à adoção e o uso do software livre, e, ou participação no Movimento Software Livre. O universo selecionado foi uma amostra de 55 entidades de um total de 267 entidades afiliadas à ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais).

O interesse pelo tema originou-se de leituras exploratórias de textos que descreviam a importância do uso de software livre. Ao ler esses ensaios, não conseguimos encontrar nenhuma pesquisa acadêmica já realizada que tenha avaliado o interesse que a sociedade civil organizada brasileira tem pelo uso de softwares livre, muito menos uma pesquisa que trate da importância do Movimento do Software Livre para fomentar essa migração.

Tanto o software livre como o Movimento do Software Livre são temas ainda pouco explorados pela sociologia política, pois faltam dados acadêmicos sobre os temas. O Movimento Software Livre é um movimento ascendente, principalmente dentro da temática dos movimentos sociais ou dos novos movimentos sociais, por isso resolvemos investir nesse tema ainda pouco pesquisado.

Trabalhamos no levantamento questões relacionadas ao conhecimento, adesão e militância no campo do software livre. Quais aspectos as entidades associadas à ABONG consideram mais importantes no uso de softwares livre e no Movimento Software Livre; que pressupostos as levaram ou levariam a uma possível adesão e articulação ao movimento.

A escolha do universo (das entidades associadas à ABONG) deu-se através de estudos, pesquisas empíricas e participação acadêmica<sup>4</sup> nas pesquisas sobre Redes, Fóruns, entidades representantes da sociedade civil e alguma observação participante nos Fóruns Sociais Mundiais ([www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)), um dos espaços onde essas associações/ONGs se reúnem para tratar da dimensão política da sociedade civil em relação ao uso das novas tecnologias, entre outras discussões.

Através desses levantamentos iniciais, podemos identificar nas entidades associadas à ABONG uma forte representatividade, articulação e atuação na mobilização social e política do cenário nacional. Este seria, portanto, um universo adequado para investigar as razões motivadoras para o uso de software livre e as contribuições do Movimento Software Livre para esse processo, dentro de um determinado segmento organizado da sociedade civil.

No primeiro capítulo tratamos de descrever o universo da pesquisa. Das origens e trajetórias das ONGs brasileiras, às motivações que levaram alguns interessados, em particular, a fundar essas entidades. São organizações das mais diversas origens localizadas em várias regiões do país, compostas por um vasto grupo, desde profissionais independentes até a ala religiosa da igreja católica; militantes motivados pela luta contra a repressão da época da ditadura militar, lutando por igualdade de direitos, equidade, liberdade, inclusão; e,

---

<sup>4</sup>Como Apoio Técnico à Pesquisa do NPMS - Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais.

outros, motivados pela luta por democracia, meio ambiente, gênero, liberdade de expressão e comunicação, dentre outras.

No segundo capítulo realizamos uma revisão teórica sobre a trajetória dos movimentos sociais, das lutas de classe, às lutas por reconhecimento identitário, cultural e político. Neste último tipo encontram-se os chamados novos movimentos sociais, que se organizam através de ações em favor de alguma causa específica, politizando as diferentes demandas da sociedade civil. Diferente dos velhos movimentos sociais convencionais, os novos movimentos sociais abrem novos espaços de batalhas, criam novos atores, dentre os quais se encontram mulheres, negros, ideólogos das novas tecnologias de informação/computação e ecologistas.

No capítulo 3 tratamos de alguns aspectos relativos à pirataria no Brasil, desde a pirataria na indústria de produtos em geral até a pirataria de softwares; as imposições que levam os consumidores a adotá-la ou buscar outras alternativas, como os softwares livre, desde a sua origem até suas licenças, custos e viabilidade. As indústrias de softwares e o governo federal travam brigas enormes com o comércio ilegal e investem pesadamente em campanhas explicativas (na televisão, rádio e nos jornais) de combate a essa prática.

No capítulo 4 inicia-se a análise dos resultados da investigação de campo, especialmente sobre o uso de softwares livre pelas entidades associadas à ABONG, motivações para usarem, meios de comunicação pelos quais tiveram conhecimento dos softwares livre, vantagens de usá-los e quais os beneficiados.

No capítulo 5, apresentamos os últimos resultados da pesquisa de campo. Iniciamos com um breve histórico do Movimento Software Livre no mundo e no Brasil, suas motivações e finalidades. Em seguida descrevemos e analisamos os dados sobre a relação das entidades associadas à ABONG com o Movimento Software Livre, como tiveram conhecimento do movimento, quem milita e quais as questões que norteiam a atuação das entidades no movimento; e, por último, formulamos algumas comparações com os dados do capítulo 4, na tentativa de encontrar as contribuições que o Movimento Software Livre trouxe para o uso dos softwares livre pela sociedade civil organizada e pelas entidades associadas à ABONG.

Quanto aos procedimentos usados para realização da pesquisa, tentamos seguir algumas etapas da pesquisa e determinados atos do procedimento, como propõe Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt (1992), no Manual de Investigação em Ciências Sociais.

A seleção (amostra) das ONGs investigadas ocorreu a partir de alguns desdobramentos do projeto “As Múltiplas Faces da Exclusão Social” (NPMS, 2006<sup>5</sup>), que está em fase de finalização. Por meio desse projeto foram realizadas investigações documentais e virtuais, no intuito de conhecer os objetivos e as linhas de ação das associações e organizações da sociedade civil que se incluíam na temática da exclusão social, direitos humanos, cidadania e inclusão sócio-digital.

Após esta busca inicial, as entidades associadas à ABONG<sup>6</sup> foram cadastradas e estabeleceu-se contato via e-mail com membros das mesmas. Para realizar esta etapa da investigação foi feito um levantamento a respeito das entidades a partir do catálogo da ABONG.

Partindo desses levantamentos, estabelecemos contato com as entidades afiliadas à ABONG através de e-mail para aplicação de um questionário. Foram enviados 267 questionários via e-mail, trinta e-mails voltaram com a informação de que as contas estavam desativadas, trinta e cinco e-mails voltaram trazendo a informação de que o endereço estava errado e cento e quarenta entidades não responderam ao questionário. No questionário inquirimos através de perguntas discursivas e questões de múltipla escolha.

Conforme Barbeta (2003), após a escolha do campo, e do objetivo da pesquisa definido e da população amostrada, é preciso estabelecer alguns parâmetros para que a pesquisa possa ser realmente realizada, é necessário se definir a unidade de amostragem. No caso desta pesquisa, foi usada a

---

<sup>5</sup>Este projeto visa investigar a relação entre combate à exclusão social/pobreza e a construção da cidadania, objetiva verificar em que medida as lutas contra a desigualdade social incluem as questões do respeito e reconhecimento às diversidades e às diferenças e de inclusão das camadas menos favorecidas na esfera pública, por meio de processos democráticos de participação (AMFES, 2008).

<sup>6</sup>Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG conta com 270 entidades associadas ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)), mas nesta pesquisa trabalhamos com as 267 entidades associadas que estão listadas no catálogo sobre o perfil das associadas à ABONG (ABONG, 2006).

“amostragem intencional<sup>7</sup>”. Do total de 267 entidades associadas à ABONG, 55 responderam ao questionário, o que resultou em um percentual de 20,6% do total desse universo.

Após o recebimento dos questionários respondidos pelas entidades, os dados foram organizados em forma de tabelas e gráficos, e então analisados qualitativa e quantitativamente sob a orientação do referencial teórico dos movimentos sociais, redes e software livre.

Paralelamente à aplicação desses questionários, foi realizado levantamento de informações através da Internet e de material bibliográfico (livros, artigos, revistas etc.); participação nas oficinas temáticas sobre Software Livre realizadas no V Fórum Social Mundial em 2005, na cidade de Porto Alegre/RS, bem como em outros eventos relacionados ao tema da pesquisa.

---

<sup>7</sup>A amostra intencional é ideal para um determinado projeto de pesquisa que visa um segmento específico de público, diferente dos tradicionais de classificação sócio-demográfica e econômica. Disponível em: < <http://www.fopec.com.br/html/glossario/texto1.ASP>>. Acesso em: agosto de 2008.

## Capítulo 1

### A ABONG e suas entidades associadas

#### 1.1 Origens e trajetórias

As origens das entidades associadas à ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - são diversas, porém destaca-se um grande número de entidades ligadas a universidades, movimentos sociais e órgãos da igreja, principalmente da Igreja Católica, além de grupos autônomos de profissionais liberais e cidadãos.

De acordo com os escritos de Leilahn Landim (2002, p. 25), grande parte das atuais ONGs começou a existir nos anos de regime militar. Estas organizações acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, em que o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que a sociedade civil tende a se confundir com oposição política.

Outras associadas tiveram origens em projetos que começaram dentro de universidades, ou grupos de professores universitários afastados das suas universidades pelo regime militar, mas que resolveram continuar a luta por direitos civis, humanos e de resistência. Essa batalha pelos direitos humanos e resistência dos grupos civis se opondo à ditadura militar, juntamente com a luta pela reestruturação da democracia no Brasil, foram o embrião para o nascimento de inúmeras entidades/organizações sociais (ONGs no Brasil, 2007, p. 08).

Uma pluralidade de ONGs foi constituída por integrantes de movimentos sociais urbanos e rurais, militantes feministas, grupos de mulheres, ativistas do movimento negro. Alguns movimentos de bairro e grupo de moradores também contribuíram para a constituição de ONGs, juntamente com as demandas concretas de movimentos populares. Outro grupo de entidade teve origem na iniciativa coletiva de profissionais liberais, como grupos de advogados, profissionais da saúde, educadores populares e economistas. Outras entidades surgiram por inspiração ou iniciativa de algumas lideranças comunitárias.

Assim, as chamadas ONGs se consolidam na medida em que se forma e se fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 70, tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90 (Landim, 2002, p. 25).

Apesar de todas as iniciativas de grupos civis, movimentos populares e sociais, coletivo de profissionais liberais, novos grupos como o dos ativistas e dos intelectuais brasileiros, as maiores influências na construção e formação das ONGs associadas à ABONG, vieram através da Igreja Católica e suas pastorais sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Dioceses. Principalmente nos anos 1970 e 1980 através da influência da Teoria da Libertação, que caracterizava-se como um movimento transformador (ONGs no Brasil, 2007, p. 09).

A partir de 1980 a constituição das organizações muda um pouco de perfil e passa a constituir sua organização através de outros grupos de cidadãos, como os ativistas e intelectuais agrupados em torno de causas novas que passam a ter visibilidade no cenário nacional, como o caso da epidemia de AIDS, questões ligadas ao meio ambiente e a socialização das novas tecnologias de informação e comunicação. O aparecimento desses novos segmentos organizados da sociedade civil se dá nas diferentes regiões do país, conforme poderemos observar no tópico abaixo.

## 1.2 Esboço da distribuição geográfica das associadas à ABONG no Brasil

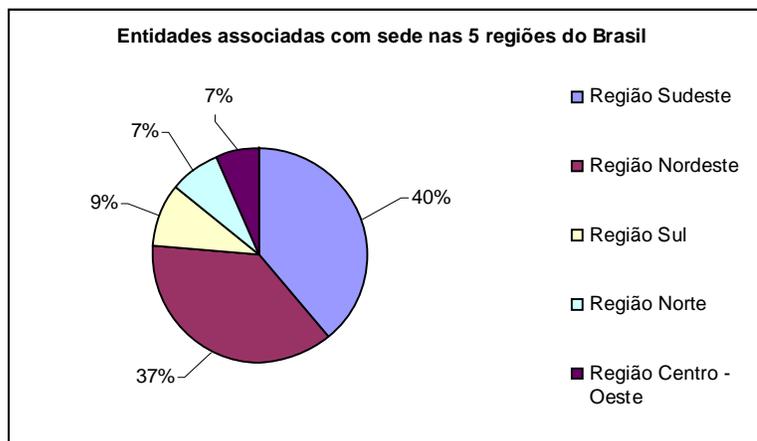
As entidades estão distribuídas em várias partes do Brasil, mas para que possamos ter uma noção geográfica mais específica, tratamos de agrupá-las por blocos, ou dividi-las por regiões, conforme abaixo:

**TABELA 1** - Número de entidades associadas à ABONG com sede nas regiões

<b>Região Sudeste</b>	<b>104</b>	<b>40%</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>100</b>	<b>37%</b>
<b>Região Sul</b>	<b>25</b>	<b>9%</b>
<b>Região Norte</b>	<b>20</b>	<b>7%</b>
<b>Região Centro - Oeste</b>	<b>18</b>	<b>7%</b>
<b>Total nas 5 Regiões</b>	<b>267</b>	<b>100%</b>

Fonte: ONGs no Brasil: perfil das associadas à ABONG, 2006, organizado pela autora.

## GRÁFICO 1



Fonte: Organizado pela autora.

Conforme a **tabela 1** e o **gráfico 1**, podemos ver que as entidades associadas à ABONG, estão presentes nas cinco macros regiões do Brasil. A maioria delas localiza-se na Região Sudeste, 104 associadas. Dessas, 52 delas têm sua sede localizada no estado do Rio de Janeiro. O menor número de associadas apresenta-se na região Centro-Oeste com apenas 18 associadas. Dessas, sete têm sua sede no Distrito Federal e sete no Estado de Mato Grosso, estando 3 no estado de Goiás e apenas uma no Mato Grosso do Sul.

Em relação as suas áreas temáticas de atuação, as entidades<sup>8</sup> se dividem em 22 duas áreas:

**TABELA 2** - Área temática de atuação das entidades brasileiras

Área temática da associada	Nº. de associadas	Percentual
<b>Educação</b>	<b>93</b>	<b>13,3%</b>
<b>Organização Popular/Participação popular</b>	<b>80</b>	<b>11,5%</b>
<b>Justiça e Promoção de Direitos</b>	<b>58</b>	<b>8,35</b>
<b>Relação de Gêneros e Discriminação Sexual</b>	<b>53</b>	<b>7,6%</b>
<b>Fortalecimento de outras</b>	<b>52</b>	<b>7,5%</b>

<sup>8</sup>Na tabela 2 consta a divisão das áreas temática das entidades afiliadas a ABONG e demais entidades brasileiras.

<b>ONGs/Movimentos Populares</b>		
<b>Trabalho e Renda</b>	<b>45</b>	<b>6,5%</b>
<b>Saúde</b>	<b>42</b>	<b>6,0%</b>
<b>Meio Ambiente</b>	<b>41</b>	<b>5,9%</b>
<b>Comunicação</b>	<b>28</b>	<b>4,0%</b>
<b>Arte e Cultura</b>	<b>27</b>	<b>3,9%</b>
<b>Agricultura</b>	<b>24</b>	<b>3,4%</b>
<b>DST/AIDS</b>	<b>24</b>	<b>3,4%</b>
<b>Questões Urbanas</b>	<b>20</b>	<b>2,9%</b>
<b>Segurança Alimentar</b>	<b>20</b>	<b>2,9%</b>
<b>Assistência Social</b>	<b>18</b>	<b>2,6%</b>
<b>Desenvolvimento da Economia Regional</b>	<b>15</b>	<b>2,2%</b>
<b>Questões Agrárias</b>	<b>14</b>	<b>2,0%</b>
<b>Orçamento Público</b>	<b>12</b>	<b>1,7%</b>
<b>Discriminação Racial</b>	<b>11</b>	<b>1,6%</b>
<b>Segurança Pública</b>	<b>09</b>	<b>1,3%</b>
<b>Relações de Consumo</b>	<b>07</b>	<b>1,0%</b>
<b>Comércio</b>	<b>04</b>	<b>0,6%</b>
<b>Total</b>	<b>697</b>	<b>100%</b>

Fonte: ONGs no Brasil: perfil das associadas à ABONG, 2006, organizado pela autora.

Conforme a **tabela 2**, podemos observar o vasto leque em que as associadas se inserem. Podem variar entre diversos temas, como de agricultura e meio ambiente, indo até as questões de gênero e orçamento público. Dentre as diversas áreas temáticas em que as entidades associadas à ABONG se inserem, destacam-se as da educação, somando um total de 93 entidades, seguidas pelas entidades ligadas à área das Organizações Populares/Participação popular, que somam 80 associadas. Por último, aparecem as áreas das Relações de Consumo com 7 entidades e do comércio com 4 entidades.

### 1.3 Articulação política das associadas

As associadas articulam-se em sua luta política dentro de espaços públicos como Conselhos, Conferências e Comitês, para reivindicar junto ao Estado a universalização de direitos. Também se caracterizam por se articular politicamente por campos políticos bem mais amplos, pleiteando junto ao Estado condições que contribuam com a democratização e socialização das tecnologias. Formam algumas teias de relações com as demais entidades, através da atuação em outras Redes de Organizações, Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Fóruns, pois quase todas as ONGs associadas ABONG atuam em diversas frentes de mobilização como podemos ver na tabela abaixo:

**TABELA 3** - Comparação da participação das associadas à ABONG em campos de articulação política, controle social e/ou conselhos de políticas públicas, 2001 e 2004

OPÇÕES	ANO	%
<b>Redes</b>	<b>2001</b>	<b>71,43%</b>
	<b>2004</b>	<b>79,70%</b>
<b>Fóruns</b>	<b>2001</b>	<b>78,06%</b>
	<b>2004</b>	<b>74,75%</b>
<b>Conselhos de Políticas Públicas</b>	<b>2001</b>	<b>45,92%</b>
	<b>2004</b>	<b>64,36%</b>
<b>NS/NR</b>	<b>2001</b>	<b>8,16%</b>
	<b>2004</b>	<b>5,45%</b>

Fonte ABONG, pesquisa perfil das associadas, 2001/**BASE** 196-Respostas múltiplas.

Fonte ABONG, pesquisa perfil das associadas, 2004/**BASE** 202-Respostas múltiplas.

Um maior número de entidades se articulou em redes (79,70%) no ano de 2004. A articulação das entidades por fóruns (78,06%) foi maior em 2001 e a articulação por conselhos (64,36%) teve um aumento significativo em 2004.

A constituição de redes de ONGs e movimentos sociais tem como objetivo articular ações e intercambiar informações entre atores e entidades do mesmo campo de atuação ou entre ramificações de uma mesma entidade, com o intuito de promoverem pressões mais amplas (Moraes, 2001; Scherer-Warren, 1996, *apud* Rigitano, p.2 ).

Conforme Scherer-Warren( 2006), no espaço dos fóruns da sociedade civil é onde se vão construindo, de forma mais sistemática, as propostas para a transformação social e as formas de negociação com o Estado e o mercado.

De acordo com Ayres (2001), a constituição de uma teia de relações em torno de objetivos delimitados e fortemente compartilhados, articulada para a concretização de atividades diversas e mutáveis, amplia o campo de ação das organizações não governamentais, gerando oportunidades e aumentando seu potencial competitivo.

Segundo Raichelis (2005), os conselhos são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultantes políticos. Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.

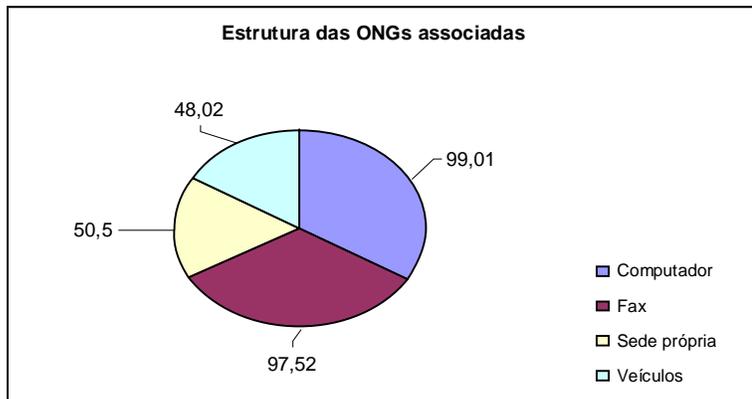
#### 1.4 Sobre a infra-estrutura das entidades associadas à ABONG

Pode-se dizer que aproximadamente a metade das entidades associadas à ABONG tem sua sede própria e possuem veículo próprio:

**TABELA 4** - Estrutura das ONGs associadas à ABONG

OPÇÕES	Percentual (%)
<b>Computador</b>	<b>99,01</b>
<b>Fax</b>	<b>97,52</b>
<b>Sede própria</b>	<b>50,50</b>
<b>Veículos</b>	<b>48,02</b>

Fonte: ONGs no Brasil: perfil das associadas à ABONG, 2006, organizado pela autora.

**GRÁFICO 2**

Fonte: Organizado pela autora.

No **gráfico 2** podemos observar a estrutura física das associadas, o gráfico indica que elas têm uma boa inserção nas novas tecnologias, pois a maioria delas possui computador (99,01%) e instrumentos de fax (97,52%). Em relação à comunicação textual ou digital, praticamente 80% delas (ONGs no Brasil, perfil das associadas à ABONG, 2006) possui uma boa conexão à Internet, o que demonstra uma facilidade e agilidade no acesso e troca de informações e conteúdos de caráter informacional.

O fato das entidades estarem imersas no processo de informatização nos deixou bastante à vontade para realizar esta pesquisa. Caso os estudos preliminares sobre as entidades associadas à ABONG não tivessem demonstrado que elas estão bastante informatizadas, a pesquisa se tornaria inviável, pois trata-se de uma pesquisa baseada na relação que a sociedade civil organizada tem com os softwares, e a contribuição de um movimento social que visa esclarecer esta mesma sociedade sobre a importância de mudar e não permanecer atrelado a preceitos unilaterais pré-estabelecidos que estão diretamente ligados ao campo da informática.

No próximo capítulo revisitaremos a literatura para resgatar as múltiplas lutas dos movimentos sociais, juntamente com as suas novas formas de se organizar e se mobilizar em redes, utilizando-se das redes virtuais para fazer o trabalho de contra hegemonia cultural, social, econômica, ideológica e tecnológica.

## Capítulo 2

### Movimentos sociais e suas múltiplas lutas: revisitando a literatura

Vivemos em uma época de intensas lutas por transformações sociais e culturais. Uma notável aceleração se reflete em todos os aspectos da vida humana, acarretando inúmeras mudanças nas relações sociais, nas relações de trabalho e em algumas práticas cotidianas. Estas alterações provocaram a necessidade de novas abordagens, tanto no plano prático, como no campo teórico.

Segundo Alexander (1998), a necessidade de introduzir uma correção ao mesmo tempo histórica e teórica no enfoque clássico para incluir os significados culturais, as identidades psicológicas e uma teorização dos fatores institucionais parece levar diretamente ao estudo dos novos movimentos sociais.

Na luta por reconhecimento identitário, cultural, social e político, os movimentos sociais que antes se caracterizavam especialmente como movimentos opositores nas relações de trabalho, passam a incluir novos atores e a serem denominados como “novos movimentos sociais”, onde se situam os movimentos de mulheres, negros, gays, ecológicos, étnicos e outros:

Seguramente, o capitalismo permanece um sistema de classe, e as lutas dos movimentos trabalhistas ainda são relevantes para o que possa estar "além" dele. Mas uma preocupação sincera com os movimentos trabalhistas, ainda que outrora largamente justificada pela sua importância estratégica no início do desenvolvimento das instituições modernas e da expansão capitalista, reflete a ênfase unilateral no capitalismo ou no industrialismo como as únicas forças dinâmicas significativas envolvidas na modernidade. Outros movimentos sociais também são importantes e podem ser vinculados ao caráter multidimensional da modernidade delineado anteriormente (Giddens, 1991, p. 140).

Esses movimentos sinalizam, *a priori*, uma distância do modo classista, pelo qual se configuravam os movimentos sindicais e operários em torno das reivindicações do mundo do trabalho. Porém não excluem a possibilidade de

em determinadas situações ou momentos históricos assumirem também uma contraposição com o sistema econômico e social vigente.

Alan Touraine (1977; 1989) define os movimentos sociais como ações coletivas agregadas à luta por interesses, associados à organização social e mudanças na esfera social e cultural. Essa mobilização geralmente é incitada contra um oponente, que persiste na resistência.

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 145), Touraine parece entender “que os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda, como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine, 1977 *apud* Gohn, 1978, p. 35).

Os movimentos não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinala que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem. O autor chega a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois tratar-se-ia de um objeto de análise que traz o ator social de volta (...)(Touraine, 1977 *apud* Gohn 1978, p. 35) .

Para Gohn (1995, p. 44), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. Nessa conjuntura apresentada, podemos observar que os novos movimentos sociais se contrapõem aos velhos e historicamente tradicionais movimentos sociais pelas suas práticas e objetivos.

As ações conjugadas dos grupos desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (Ibid., p. 44).

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 49-50), os “novos movimentos sociais” têm emergido no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, os partidos e os aparelhos burocráticos de dominação) e a sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho); bem como lutam no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre grupos subordinantes e subordinados.

Os novos movimentos sociais organizando-se em favor das suas próprias causas de interesse, tendo como prioridade, na hora de se organizar, as necessidades dos grupos que representam, não precisando de mediadores ou articuladores, como freqüentemente ocorre em sindicatos, partidos, associações. Ou seja, os novos movimentos sociais têm sua vida própria, inerente a qualquer instituição, organização ou regras pré-estabelecidas.

Na atualidade, com a enorme movimentação de idéias e informações por meio de novas tecnologias, o desafio consiste não somente na reposição da ordem social tencionada por Estado e mercado e, sim, em tentar resolver as defasagens do mundo da vida:

Surge a preocupação pelo desenvolvimento humano, surgem movimentos feministas, por direitos humanos, pacifistas e ecologistas, entre outros, reivindicando a necessidade de revisar muitos dos valores básicos que orientam nossa civilização (Leis, 2002, p.57).

Podemos observar que os espaços do Estado e do mercado se conjugam a outras dimensões na hora de questionar a vida social, embora mantenham um caráter regulador. Os movimentos sociais dão lugar a outros anseios e lutas bem mais pontuais desencadeadas por causas específicas, como gênero, cultura, relações com o meio ambiente e liberdade na escolha de tecnologias.

A luta frente a frente, com lugar e hora determinados, agora dá lugar a ações bem mais informais, que não necessitam de uma quantia de pessoas reunidas. A batalha, que antes do advento das grandes descobertas técnicas,

especificamente da informação, caracterizava-se principalmente pela luta local, passou do local para o global (planetário). Ela deixou de ter um centro para alcançar diferentes territórios, rompendo barreiras impostas por tempo, espaço, cultura e classe. Assim, atinge pessoas do mundo inteiro em um mesmo instante de tempo em favor de causas locais, tornando-as globais.

Toda essa agilidade na articulação deve-se em parte ao caráter politizador que os movimentos sociais têm nas mais diferentes esferas da sociedade. Além de tentar transformar a realidade, os movimentos sociais chamam a atenção para os problemas e as soluções para resolvê-los. Por outro lado, deve-se a sua nova maneira organizativa, composta por elos que se ligarão e desencadearão as redes, sejam elas físicas, técnicas ou sociopolíticas.

Nessa ótica, as redes sociais ou sócio-virtuais (com a chegada das tecnologias da informação) vieram contribuir muito para a potencialização das mobilizações, criando possibilidade de transformações reais como veremos no item a seguir.

## **2.1 As redes: outra perspectiva mobilizatória**

### **2.1.1 Redes Presenciais**

Um conceito bastante discutido atualmente nas ciências humanas e sociais, principalmente na temática dos movimentos sociais, é o das “redes”. No sentido literal da palavra e contextualizado historicamente, entendemos por redes uma quantidade de pontos ou nodos<sup>9</sup>, interligados por relações que podem ser de vários tipos. O conceito de rede está sendo empregado para um vasto leque de disciplinas, que vão da sociologia (redes sociais) à informática (redes de computadores)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup>Nodo ou nó representa cada ponto de interconexão com uma estrutura ou rede, independente da função do equipamento representado por ele.

<sup>10</sup>Por rede de computadores\*, entendemos a ligação de dois ou mais computadores e outros dispositivos conectados entre si e compartilhando informações, impressoras, trocando mensagens (e-mails) etc. Poderíamos citar a Internet como um exemplo de rede.

\*Um dos aspectos principais da era eletrônica é que ela estabelece uma rede global que tem muito do caráter de nosso sistema nervoso central. Nosso sistema nervoso central não é apenas uma rede elétrica; constitui único e unificado da experiência. Como os biólogos apontam, o cérebro é o lugar de interação, onde todas as espécies de impressões e experiências se intercambiam e se traduzem, permitindo-nos reagir ao mundo como um todo. Naturalmente, quando a tecnologia entra em ação, as operações da indústria e da sociedade,

Regina Marteleto (2001), lembra que desde os estudos clássicos de redes sociais até os mais recentes, concorda-se que não existe uma “teoria de redes sociais” e, que o conceito pode ser empregado a partir de diversas teorias sociais, necessitando de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos. A análise de redes pode ser aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais. Não se caracterizando como teoria exclusiva, mas como uma forma conceitual de explicar as ligações de pessoa para pessoa ou grupos.

De acordo com Scherer-Warren (2005), a noção de redes sociais tem suas raízes conceituais construídas nas ciências sociais a partir de perspectivas muito diversificadas, bastante referenciadas e em relação a situações empíricas particularizadas. “Cada analista, além de dar uma interpretação diferente às análises feitas por seus predecessores, apresenta versões mais refinadas à idéia de rede social a fim de adequá-la ao seu problema particular” (op. cit., cf. BARNES, 1987, p.161).

Existem diferentes tipos de redes sociais. Entre elas podemos destacar as primárias e as secundárias ou intermediárias. A primária é uma rede social constituída por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida. Cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidos, colegas de trabalho, organizações das quais participa (políticas, religiosas, socioculturais etc).

As redes secundárias e intermediárias formam-se pela atuação coletiva de grupos, instituições e pessoas que defendem interesses comuns. Elas também surgem como um novo instrumento face aos determinismos institucionais, ou seja, experiências pessoais capazes de conduzir perspectivas globais:

O estudo das redes coloca assim em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades prepositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações

---

por mais variadas e amplas que sejam, rapidamente assumem uma posição unificada (McLuhan, M., 1964).

suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária (Marteleto, 2001, p. 72).

Dependendo do grau da força de seus componentes, as redes podem ter um grande poder de mobilização e articulação para atingir seus objetivos. Em cada local elas têm características próprias que dependem do processo de criação e das instituições e pessoas envolvidas.

Conforme Martins (2004), as redes sociais constituem um tema de maior atualidade sociológica para se compreender a complexidade da vida social, sobretudo nos tempos presentes em que a sociedade civil mundial exige respostas políticas locais e eficazes para assegurar a ampliação dos direitos de gozo da cidadania. As redes promovem políticas de inserção e participação social.

Para Scherer–Warren (2005a), as formas de sociabilidade nas redes, bem como as respectivas relações de identificação ou de assimetrias de poder, podem ser nomeadas de maneiras diversas, ou de acordo com as seguintes categorias analíticas: reciprocidade (a noção de redes sociais a partir da categoria reciprocidade tem sido especialmente usada nos estudos dirigidos às relações sociais do cotidiano local); solidariedade (esta categoria tem sido usada para fazer a análise das redes de mutua-ajuda, de ações do voluntariado e da economia solidaria); cognitiva (a dimensão cognitiva merece ser estudada, especialmente quando se busca entender o sentido das transformações sociais encaminhadas pelas redes de movimentos sociais) e estratégia (a dimensão estratégica tem sido empregada para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais). Ela assume freqüentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais, isto é, a rede como forma organizacional e estratégia de ação permite aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas.

Francisco Withaker (1998), considera que uma estrutura em rede corresponde ao que seu próprio nome significa: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam.

O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo<sup>11</sup>.

Sob um ponto de vista estratégico Scherer-Warren (2006) salienta que a idéia de rede, isto é, a rede enquanto uma forma organizacional é uma estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas, assumindo freqüentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais.

Para Castells (2000), a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. A sociedade em rede produz uma esfera pública planetária, expressando a autenticidade desse potencial da rede em um grande modelo para a consolidação de soluções compartilhadas diante de questões complexas, a partir da interação multiétnica, multinacional e multicultural como poderemos ver no item a seguir.

### **2.1.2 Redes tecno-sociais**

Ainda sob o ponto de vista estratégico, com a revolução das tecnologias da informação e da comunicação, observa-se o aparecimento de novas formas de interação humana e social. A ampliação de usos do computador, o desenvolvimento formidável de interfaces amigáveis e a expansão das redes (principalmente da Internet) causaram uma superação dos obstáculos impostos pelo tempo e pelo espaço:

Na sociedade da informação, teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. Portanto, as redes desempenhariam um papel estratégico, enquanto elemento organizativo, articulador, informativo e de “atribuição de poder” (*empowerment*/empoderamento) de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos (Scherer-Warren, 2006, p. 222).

---

<sup>11</sup>Não vamos discutir sobre a hierarquia/horizontalidade, lideranças ou democracia dentro da rede, mas alertamos que se trata de tendências de horizontalidade, de democratização nas relações em rede e não de uma conquista definitiva.

A Internet, até poucos anos atrás, apresentava-se apenas como um simples, novo e eficiente meio de comunicação. Ultimamente se transformou em uma possibilidade de aderir a uma nova dimensão social, pois seu advento trouxe a oportunidade de superação de alguns limites das relações sociais convencionais, geralmente demarcadas por um espaço físico ou permeadas por uma atmosfera competitiva, sendo muitas vezes hostil e pouco associativa. Com esse novo meio de comunicação, informação e interação, a ascensão das novas dimensões sociais passa a ser uma possibilidade real, ainda pouco explorada pela academia<sup>12</sup>:

Os impactos da Internet no campo da participação política constituem um tema cuja visibilidade nas publicações acadêmicas vem aumentando, sobretudo na última década. No entanto, o número de estudos de caso dedicados a discutir a exploração das potencialidades dessa mídia por parte dos movimentos sociais ainda é reduzido. Tal fato chama a atenção no contexto das democracias contemporâneas, nas quais a criação de novos espaços públicos e o uso do poder comunicativo passaram a ser de vital importância para atenuar os problemas da sub-representação política e da degradação social (Doimo, Maia, Mitre, 2005, p. 107).

De maneira geral, a façanha da Internet foi e está sendo a de transpor fronteiras, fazendo com que a comunicação entre determinados grupos, que seria praticamente impossível de se realizar fora desse meio, possa efetivamente encontrar lugar devido à impessoalidade, anonimato e rapidez na troca das informações.

A Internet desempenha um papel fundamental no processo de interconexão entre indivíduos e grupos de ação coletiva que se encontram territorialmente dispersos, uma vez que é capaz de expandir as redes de interação social para fora das “unidades políticas territorialmente definidas pela organização do Estado moderno” (Eisenberg, 1999, p. 9 *apud* Doimo, Mitre, Maia, 2005, p. 118).

---

<sup>12</sup>Existem vários ensaios sobre a constituição de redes sociais mediadas pelas tecnologias e sobre a possibilidade que a Internet tem de transpor barreiras físicas ou simbólicas potencializando as ações coletivas. Porém, faltam dados empíricos e teóricos sobre esse tema nas áreas das ciências sociais ou na sociologia política\*.

\*Exceto alguns trabalhos como: Guesser, (2005); Prudêncio (2006); Souza (2008)

Os vínculos sociais e coletivos tiveram sua dinâmica substancialmente alterada por essa nova forma de se comunicar e de se relacionar. O desenvolvimento e a transformação das técnicas produtivas, causadas pela expansão e progresso das modernas tecnologias, associados à notável extensão do capitalismo, acarretam, entre outros resultados, uma permuta intensa nas relações humanas, sociais e dos grupos, desencadeando como efeito um distanciamento das relações sociais convencionais demarcadas por espaços geográficos, caracterizadas por transações físicas.

Os movimentos sociais anteriores ao advento da Internet se comunicavam, especialmente, de forma local. Devido às grandes distâncias físicas, a comunicação demorava uma boa fração de tempo para chegar de um grupo a outro. Com essa nova ferramenta, os movimentos sociais obtiveram ganhos, pois atualmente na era da informação textual e digital, a comunicação acontece praticamente em tempo real e em larga escala, passando do alcance local a quase global<sup>13</sup>. Informações que levavam dias ou até meses para chegar de um grupo a outro, chegam praticamente instantaneamente com o aperfeiçoamento das técnicas comunicacionais, facilitando a organização e a mobilização dos grupos de luta<sup>14</sup> pelas mesmas causas em diferentes partes do mundo ao mesmo tempo.

É cada vez mais constante os movimentos sociais, redes de movimentos sociais, ONGs e demais segmentos do sociedade civil, organizarem-se através de listas de discussões via e-mail, grupos de discussão na Internet e comunidades virtuais.

Conforme Alberto Melucci (1996), se a Internet não está acessível a todos, pode-se pensar a comunicação dos movimentos sociais nela desenvolvida como ação de uma “minoría ativa” melhor habilitada que uma idealizada “minoría crítica”. Nesse sentido, há muitos exemplos concretos de grandes redes sociais construídas no plano virtual que não somente obtiveram grande alcance global, como se materializaram no mundo real, com a

---

<sup>13</sup>Não queremos entrar aqui no mérito dos excluídos da tecnologia, mais precisamente, da informática computacional. Nosso principal interesse é o alcance e dimensão\* dos movimentos sociais via Internet ou através da rede mundial de computadores.

\*De acordo com Pellanda (2005) a Internet, pode se transformar numa grande rede solidária que estende nossa consciência de forma planetária.

<sup>14</sup>A “guerrilha eletrônica ou digital” é um tipo de mobilização da sociedade civil que, baseando-se na transmissão de informações via Internet, articula grupos e indivíduos para lutar contra as injustiças sociais e as violações aos direitos humanos (Doimo, Mitre, Maia, 2005, p.117).

divulgação de manifestos e a articulação de protestos em várias partes do mundo através de redes que envolvem os grupos e organizações políticas e civis como a Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Anti-Globalização, Chiapas no México e o Movimento Software Livre.

Pierre Lévy (1993), aposta que o papel da informática e das técnicas de comunicação com base digital não seria substituir o homem, nem aproximar-se de uma hipotética inteligência artificial, mas promover a construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um poderão desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca. O caráter dessa comunicação se torna mais interessante à medida que se leva em conta que no ciberespaço<sup>15</sup> a liberdade de expressão passa a ser praticamente total, a possibilidade de relações sociais se ampliam enormemente e os vínculos sociais de classe e origem são rompidos, desaparecendo parcialmente, ou seja, não tendo uma visibilidade imediata através da esfera tecno-social.

Surge então uma nova proposta de participação política e criação de oportunidades, diferente dos jornais, rádio e televisão, que foram alvos de uma série de críticas acadêmicas na medida em que colocaram seu papel de fomentar o questionamento crítico da realidade e de atuar como porta-vozes de diversos segmentos da sociedade em dúvida. É nesse contexto que a Internet surge como uma mídia alternativa, e dotada de um “potencial de interação inédito se comparada aos veículos de comunicação tradicionais” (Maia 2002, p.102 *apud* Doimo, Maia, Mitre, 2005, p. 109),

Apresenta-se sob esta condição uma espécie de desmaterialização das relações sociais convencionais. Ao serem mediadas por computadores, as relações sociais sofrem uma transcendência: as relações de poder, subjugadas convencionalmente pelas relações físicas e materiais, passam a ser mediatizadas pelo intelecto e o imaginário. De certa forma, isso fomenta a emancipação do jugo do poder convencional – ou da realidade material em si. Nos *chats*<sup>16</sup>, listas de e-mails e comunidades virtuais é possível encontrar

---

<sup>15</sup>A palavra ciberespaço descende de cibernética oriunda da palavra grega *Kybenets*, que significa timoneiro, navegador, qual dá nome ao campo científico criado por Norbert Wiener.

<sup>16</sup>O *chat* é um sucedâneo mais refinado (tecnologicamente) do *disque amizade* no telefone, só que a comunicação pode ser via texto e oral. Como no caso do correio eletrônico, aqui também há uma recuperação da escrita. O *chat* aponta para aquilo que chamamos de realidade virtual, um lugar alternativo ao mundo concreto onde as pessoas podem estabelecer uma vida digital (Franco, M.A., 1997).

peças de variadas origens, classes sociais, com crenças, valores, experiências e biografias distintas.

Um dos maiores benefícios da rede virtual em oposição à presencial é a velocidade com que as informações são passadas, não interessando a distância. Além disso, existe uma grande facilidade em acessar as informações, fato que permitiu tamanha expansão dessa área, considerada fundamental em muitos setores (principalmente o da comunicação).

Anterior ao nascimento da Internet, as comunicações tradicionais se dividiam em duas categorias: uma a um ou um-a-alguns (fax e telefone) e um-a-muitos (TV, rádio, jornal impresso e cinema) e a constituição de redes sociais informadas era dificultada pela falta de meios de comunicação eficazes em manter os indivíduos constantemente em contato. A Internet e os e-mails são práticas cotidianas das redes do novo milênio. Os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais, trazendo mudanças nas práticas dos movimentos sociais (Scherer-Warren, 2005, p.111) .

Com o desenvolvimento da comunicação mediada por computadores, houve uma potencialização na desenvoltura em estender as relações e ligações sociais, e surgiram inúmeras organizações sociais em rede. Essas organizações variam desde movimentos políticos e sociais, até redes de relacionamentos e funcionam com base em sítios, fóruns de discussão ou listas de e-mails.

Ao relacionar as redes virtuais, que se realizam no plano virtual, com as convencionais, que ocorrem no plano físico, não se busca somente fazer uma relação ou estabelecer uma comparação, mas propor que o cyberspaço<sup>17</sup> seja mais que um mero meio, e sim um espaço paralelo de informação e produção intelectual<sup>18</sup>, dinâmico, ilimitado, democrático – pela diversidade de expressão –, uma espécie de extensão da realidade material e simbólica coletiva.

O que parecia apenas um simples, novo e eficiente meio de comunicação virou uma necessidade de ascender a uma nova dimensão

---

<sup>17</sup>Os notáveis aspectos transformadores que atribuímos ao ciberespaço se referem à infinidade de desdobramentos que o plano virtual oferece à expressão intelectual, simbólica dos valores, anseios e conhecimentos humanos. Mais que isso, vemos a expressão de uma inteligência humana coletiva no plano virtual, que interage e se nutre de seus participantes.

<sup>18</sup>Sem entrar no mérito da diversidade qualitativa dos conteúdos.

social, pois a esfera tecno-social tem o inegável mérito de não somente permitir a autoconstrução de identidades, como o de transpor fronteiras, fazendo com que relações que seriam praticamente impossíveis de se realizar fora desse meio, possam efetivamente encontrar lugar.

Existem muitos exemplos concretos de grandes redes sociais construídas no plano virtual que obtiveram grande alcance global e também se materializaram no mundo real. Não que a Internet tenha autonomia para criar ou expandir as redes sociais, mas auxilia na troca das informações promovendo a atuação das redes sociais. Assim vemos a divulgação de manifestos e articulação de protestos em várias partes do mundo, através de redes que envolvem os grupos e as organizações políticas e civis chamadas pela imprensa de Movimentos Anti-Globalização.

Na mesma direção, temos também o caso da rebelião indígena em Chiapas no México, movimento esse que procura ligação com outros movimentos não só locais, mas também com outros movimentos sociais globais:

Um elemento importante para o sucesso dos/das rebeldes resistir às tentativas do exército que os quer esmagar é a circulação efetiva de comunicações via *e-mail* e *web sites*, como a divulgação de informações sobre a crise através do apelo às organizações não-governamentais (ONGs) que produzem boletins de ação urgente e publicam casos de abusos de direitos humanos da Internet (Abdel-Moneim, 2002, p. 42-43).

Observa-se ainda que essa informatização, rapidez na troca das informações, juntamente com o anonimato da rede sócio-virtual, provoca mudanças nas formas mais elementares de inter-relacionamento, autoconhecimento, construção de identidades e até nos processos de cognição. Pois ao transformar um universo que anterior ao advento das redes sócio-virtuais, constituía-se apenas por relações diretas ou físicas, passa agora ser um universo em *bits*<sup>19</sup>, onde real, virtual, imaginário e lúdico se confundem

---

<sup>19</sup>O termo *bit* (binary digit) é uma medida introduzida por Claude Shannon em 1948, para designar a quantidade mínima de informação que pode assumir apenas dois valores, assim como cara ou coroa, sim ou não, zero ou um. Quanto maiores à irregularidade e a complexidade de uma informação, maior o número de *bits* necessários para transmiti-la. Ou seja, quanto mais *bits* em uma mensagem, maior a variabilidade e maior a informação (Franco, M.A., 1997).

na tela de um computador, conseqüentemente temos nosso cotidiano substancialmente alterado, pois nosso universo deixa de ter dimensões micros para ter alcance maximizado.

Scherer-Warren (2006) afirma que nos territórios em processo de globalização e de informatização a relação entre diversos coletivos em redes, compreendendo experiências presenciais até às mais virtuais, com a possibilidade de formação de redes de movimentos sociais propriamente ditos, torna-se um ponto relevante para a análise sociológica.

Não se pode ainda fazer um levantamento exato das contribuições, ganhos ou perdas que a informatização trouxe à sociedade, para os coletivos em rede ou para as rede de movimentos sociais, porém é importante salientar que, de acordo com os exemplos citados neste trabalho, a sociedade convencional passa cada vez mais a moldar-se como uma sociedade virtual ou digital. Desde as comunidades mais simples até as sociedades mais complexas<sup>20</sup>, o uso dos computadores se faz presente direta ou indiretamente.

Conforme Benakouche (2005), o que importa é desmistificar a falsa autonomia da técnica, rejeitar a noção de impacto tecnológico, reconhecer, sobretudo, a trama de relações culturais, sociais, econômicas e políticas que envolvem sua produção, uso e difusão, pois uma infinidade de instituições utiliza-se da técnica para se manterem inter-conectadas trocando dados via rede/Internet ou outros meios digitais para levar informação para aqueles que não têm acesso aos meios de comunicação computacional digital/virtual<sup>21</sup>, entre estas encontram-se bancos, correios, hospitais e ONGs,

Desse modo as redes sociais convencionais mesclam-se com as redes virtuais, passam, então, a ser chamadas também de redes sócio-virtuais, constituindo-se cada vez mais como uma grande teia, constituída por elos

---

<sup>20</sup>Em 1887, o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies criou uma dicotomia para descrever dois tipos de organização social: *gemeinschaft* (ou comunidade) e *gesellschaft* (ou associação). O primeiro conceito descreve uma sociedade tradicional, de cultura homogênea, onde os indivíduos têm relacionamentos interpessoais e valorizam as relações sociais. Já o segundo conceito, caracterizado pela sociedade urbana industrializada, descreve o conjunto de indivíduos com relações impessoais, distantes, individualizadas e que usam as relações sociais como meios para um fim (Persell, 1987).

<sup>21</sup>Para fazer uma pequena distinção entre digital e virtual, pegamos o exemplo de alguns caixas eletrônicos, como os do Banco do Brasil. Ao pedir um saldo ou extrato, o usuário tem duas opções: a) extrato/saldo em tela, nesse caso sendo uma informação textual, mas concedida de forma virtual, ou seja, somente visualização em uma tela, b) saldo/extrato impresso, nesse caso a informação é digitalizada e impressa em papel.

fortes e fracos, locais e globais. Nos movimentos sociais, poderíamos dizer que a rede virtual serviria para mobilizar e exigir uma presença cada mais efetiva da sociedade civil, em prol das suas próprias necessidades e potencialidades, pois com a democratização da informação e a velocidade na comunicação existe a possibilidade dos sujeitos tomarem consciência dos temas vigentes na sua comunidade, localidade ou até mesmo dentro da globalidade, com isso, os sujeitos têm a chance de agir na direção das possíveis mudanças.

Tomemos como arquétipo específico o caso do Movimento Software Livre. Como os demais movimentos sociais, tem uma causa pela qual agir e lutar. Esse movimento busca mostrar à sociedade civil a importância e os benefícios de usar os programas livres. Sejam eles econômicos, tecnológicos, políticos, sociais ideológicos, contra-hegemônicos, contra-cultura do Windows e a liberdade de escolha, e para isso se utiliza da facilidade que a rede (Internet) possibilita para difundir seus princípios e ter seus objetivos alcançados.

Branco (2004, p. 43), salienta que a inclusão digital não é só garantir acesso aos programas de computador e à rede mundial ou preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Essa visão é muito estreita e pode levar ao fracasso, pois cria a ilusão de que o conhecimento sobre uma ferramenta de escritório pode garantir uma vaga de emprego. A construção de alternativas que garantam uma melhoria da qualidade de vida passam necessariamente pelo envolvimento da comunidade e pela imersão desta no mundo digital, utilizando a tecnologia de forma transversal para atender às suas necessidades individuais e de organização da sua região.

Além de encadear discussões de caráter tecnológico, o Movimento Software Livre trava também uma discussão ideológica, tentando promover mais liberdade na hora de escolher programas de computadores, incentivando a luta contra a dominação de alguns grupos hegemônicos, mais especificamente a Microsoft. Também tem como uma de suas premissas incentivar e fomentar discussões da comunidade tecnológica em torno de questões relacionadas ao uso e construção de softwares independentes, autônomos, sem vinculação a grandes empresas patrocinadoras e detentoras de direitos autorais.

O rompimento de convenções que caracteriza os programas livre denominado Copyleft é um antagonismo ao Copyright<sup>22</sup>. O Copyleft enuncia que qualquer um que distribui o software, com ou sem modificações, têm que passar adiante a liberdade de copiar e modificar novamente o programa, ou seja, ele garante que todos os usuários tenham liberdade para copiar, mudar e distribuir os softwares desde que passem adiante os termos de distribuição, uso e modificações (www.gnu.org).

A regra colabora para que não ocorra o risco de que pessoas não cooperativas ou empresas que fazem de tudo por dinheiro transformem os programas em proprietários. Através dessa condição de liberdade milhões de indivíduos ficariam livres para utilizar determinados produtos ou tecnologias sem ter que pagar muito em royalty<sup>23</sup>, indenizações por plágio e licenças de uso.

O Copyleft vai de encontro à lógica do Copyright, que visa a exploração patrimonial da obra através do direito de reprodução da cópia. O Copyleft prima exatamente pelo contrário, ou seja, não havendo o Copyright, os produtos poderiam ser adquiridos sem essa vertente econômica, incentivando a democratização e o uso economicamente viável de produtos e produções.

A batalha do Movimento Software Livre, a princípio, é de caráter tecnológico. No entanto, acaba desencadeando na luta por democratização não só da tecnologia ou contra dominação de capital, mas também na luta pela liberdade de conhecimento. Quando a comunidade tecnológica que desenvolve os softwares, compartilha-os livremente, rompe com os padrões convencionais dos direitos autorais e do Copyright. Ao se desfazerem esses entraves nos softwares, outras lutas por quebras de leis e patentes podem ser travadas, como o caso dos direitos autorais das obras intelectuais literárias, artísticas ou científicas.

---

<sup>22</sup>O *Copyleft* é uma forma de abrandar os rigores legais inerentes aos direitos dos detentores, desenvolvido para o *software* livre. Para tal fim, possui diversas formas, dentre as mais conhecidas estão o GPL-General Public Licence e o CC- Creative Commons (possibilidade de uma cultura livre). Com o *Copyleft*, o titular dos direitos autorais é a pessoa que criou ou desenvolveu determinada obra, assim, cabe somente a ela o poder de decidir se quer a proteção rigorosa da lei ou não. (Souza, Liane Moraes. Você sabe o que é Copyleft? Disponível em: <<http://www.paineldecontrole.wordpress.com>> Ecesso em: /27/11/2007 17:26h.

<sup>23</sup>*Royalty* é uma quantia que o proprietário da patente de um produto tem direito a receber quando alguém quiser explorá-lo comercialmente (INPI-Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>).

Sem o exagerado pagamento dos direitos autorais, licenças e Copyright, as obras ou produtos podem ser adquiridas de maneira mais economicamente viável. Desde que não seja preciso pagar esses encargos, o produto passará a ser vendido pelo seu valor como mercadoria em si, se tornando menos dispendioso e não correndo-se o risco de ter que burlar as leis adquirindo um produto genérico mais barato como é o caso dos produtos piratas.

A informatização é cada vez mais crescente. O processo de uso das técnicas de informação e comunicação via computador assumiu um caráter essencial na vida e no cotidiano de muitos cidadãos, empresas e entidades brasileiras. Ou a comunidade acompanha esse processo, ou ficará à margem do processo evolutivo do mercado de trabalho, educacional, comunicativo, entre outros<sup>24</sup>. Porém nem todos esses segmentos estão preparados economicamente para adquirir os computadores e seus softwares, tendo que recorrer a ilegalidade por falta de informações, pois não sabem que existem softwares genéricos e legais para serem usados por um baixo custo.

Embora a pirataria seja uma prática constante e uma solução economicamente viável para muitos consumidores, empresas e cidadãos que desejam ou necessitam ter o produto, mas sua condição econômica não permite, existem soluções bem viáveis econômica e legalmente, como é o caso dos softwares livre. No capítulo seguinte, veremos alguns efeitos e as causas da pirataria no Brasil, bem como algumas alternativas de combate a essa enxurrada de produtos plagiados, principalmente os da indústria de softwares, que são as que deixam as empresas mais apreensivas por causar um déficit enorme para a arrecadação financeira.

---

<sup>24</sup>Exemplo como os da pane ocorrida na rede (Internet) em São Paulo no início de julho de 2008, onde 407 municípios, ficaram com seus serviços públicos municipais e estaduais, empresas, residências, bancos, polícia e Detran paralisados ou trabalhando com atuação limitada. Deixam bem claro a inserção desse processo no cotidiano das pessoas aumentando cada vez mais a necessidade de imersão nesse universo independente de voluntário ou involuntário (<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI2989597-EI4802,00>).

## Capítulo 3

### Da pirataria ao Software Livre

#### 3.1 Sobre a pirataria de produtos no Brasil e no mundo

O termo pirataria pode ser entendido como uma extensão da palavra pirata, que tem suas origens no idioma Grego *peiratos* “aquele que ataca sem justificativa”. O auge das atividades piráticas foi nas primeiras décadas do século XVIII entre os anos de 1716 e 1726, principalmente no Oceano Atlântico. Atualmente usamos a palavra pirataria para conceituar a ação de copiar, reproduzir ou utilizar sem devida autorização dos proprietários, softwares ou qualquer outra obra intelectual legalmente protegida.

Conforme Ortensi (2008), pirataria é o ato de copiar programa de computador, material audiovisual ou fonográfico etc., sem autorização do autor ou sem respeito aos direitos de autoria e cópia, para fins de comercialização ilegal ou para uso pessoal.

A pirataria pode ser tanto corporativa como individual. A corporativa consiste no uso de cópias não autorizadas dentro de empresas ou organizações. Ela acontece quando se reproduzem softwares pelos empregados, para uso no escritório, sem a aquisição das respectivas licenças de uso. Essa atitude, mesmo realizada em pequenas quantidades, pode significar multas vultosas, além de grande desgaste da imagem da empresa no mercado. A pirataria individual acontece quando amigos e colegas de trabalho compartilham programas de computador, ela também é um problema significativo, especialmente porque os usuários individuais que fazem cópias não autorizadas não acreditam que possam ser detectados, sobretudo face ao enorme número de pessoas que praticam essa contravenção (Kellermann, 2002).

As reproduções são infinitas e, além de alguns produtos não terem a mesma qualidade dos originais, para setores como os da economia chegam a ter um impacto gritante, pois geram um comércio paralelo ao tradicional (legal), incentivando o vai e vem de mercadorias e com isso o aumento de

subempregos como contrabandistas, atravessadores e os “laranjas”, como alguns são chamados.

De acordo com Eboli (2003), por se tratar de um delito de ação pública, a pirataria representa também uma grande evasão de impostos federais e estaduais, justificando plenamente e até exigindo a atuação rigorosa da autoridade policial, em todos os seus níveis.

As leis que proíbem esse exercício no Brasil existem e são bastante incisivas. De acordo com as Leis nº. 9609/98 e nº. 9.610/98 é considerado crime a cópia ilegal de programas de computador e a violação de direitos autorais, com pena de detenção de até quatro anos e multa, além de caber ação cível indenizatória.

As leis também existem para serem aplicadas aos compradores desse tipo de produto resultante de infrações. A Lei nº. 10.695/03 se refere aos softwares copiados. Sob essa lei, além dos piratas (produtos), usuários e empresas distribuidoras de programas que facilitam a pirataria podem ser processados.

A Abes (Associação Brasileira das Empresas de Software) e a Business Software Alliance (BSA), entidade que reúne multinacionais do setor, divulgaram um estudo da consultoria IDC (International Data Corporation) que mostra que dois em cada três programas no Brasil eram ilegais em 2005. Isso faz do Brasil o país da América Latina com maior índice de pirataria de software, chegando a 60% de programas piratas ([www.abes.org.br](http://www.abes.org.br)).

Embora existam leis que proibam esse tipo de comércio no Brasil, nem sempre as agências responsáveis pela fiscalização e regularização dessa atividade estão preparadas para exercer a lei e o controle em um país tão extenso e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo como o Brasil.

Na lista dos 20 países com menor índice de pirataria (que inclui Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Reino Unido e Japão, entre outros), 18 estão entre os 25 locais do planeta com maior IDH. Já entre os 20 países mais piratas, ou pirateadores, 14 integram o bloco do desenvolvimento médio a partir da 62ª posição e cinco fazem parte da lista dos pontos com os índices mais baixos.

Disponível em <http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/25921.html>.

Os países em desenvolvimento são apontados como os principais responsáveis pelo mercado ilegal de software, mas para a ABES e para a BSA trata-se de uma questão principalmente educacional, que justifica, por exemplo, a criação de campanhas educativas na TV brasileira. "O nosso objetivo é conscientizar o consumidor", afirmou o coordenador do Grupo Antipirataria da Abes, Emílio Munaro. Disponível em <<http://www.forumpcs.com.br/noticia.php?b=172873>>

Entretanto, o cruzamento dos dados obtidos na pesquisa realizada pela ABES e BSA com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) - medidor que avalia os lugares no mundo com melhor renda, educação e expectativa de vida - mostra que a questão tem um forte componente econômico e social. Nos locais onde se vive melhor, existem menos problemas com cópias não autorizadas de software, o que pode corroborar com a hipótese de que o alto preço dos softwares originais pode ser um grande obstáculo para as populações que têm baixa renda. Fonte: O Estado de São Paulo, Disponível em <<http://portal.softwarelivre.org/news/6654>>.

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em maio de 2006, o secretário da Fundação Software Livre América Latina, Alexandre Oliva, não se convenceu com os dados sobre os prejuízos econômicos e ressalta que: "há a suposição de que todo mundo que arrumou uma cópia não-autorizada tinha condições de comprar o produto, o que não é verdade", apontou. "Também não me parece que eles levem em conta as pessoas que têm usado software livre. Na luta contra a pirataria, talvez a mira esteja no alvo errado". (op. cit. portal softwarelivre.org/news/6654)

Nem sempre educar e proibir são soluções para os países com o IDH baixo, pois à medida que a sociedade se informatiza e os indivíduos não podem acompanhar esse processo em decorrência de suas condições econômicas, a cópia ilegal ou aquisição de produtos plagiados sem arrecadação fiscal torna-se uma possibilidade economicamente mais viável. Caso o governo não crie subsídios e as empresas não baixem os custos dos

softwares, os consumidores dificilmente poderão acompanhar esse processo de informatização dentro da legalidade<sup>25</sup>.

Uma solução possível seriam os softwares livre, pois além do baixo custo na aquisição e o não atrelamento a licenças de uso, têm a mesma utilidade que os softwares proprietários e podem trazer as empresas e os cidadãos que vivem na ilegalidade para a legalidade. Além disso, podem contribuir para diminuir a exclusão digital e auxiliar no processo de inclusão sócio/digital, através do barateamento das máquinas (computadores), da capacitação de pessoal através do conhecimento colaborativo e livre e a ampliação de tele-centros ou pontos de acesso à Internet e à informática em geral.

### **3.2 A sociedade e as delimitações no uso de alguns softwares**

Software é uma sentença escrita em uma linguagem computável, para a qual existe uma máquina (computável) capaz de interpretá-la. A sentença (o software) é composta por uma seqüência de instruções (comandos) e declarações de dados, armazenável em meio digital.

De acordo com a Lei 9.609/98, artigo Art. 1º:

Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados. (INPI, 2008)

Ao interpretar o software, a máquina computável é direcionada à realização de tarefas especificamente planejadas, para as quais o software foi projetado.

Devido ao desenvolvimento e propriedade dos softwares, a sociedade informatizada encontra-se sem muitas alternativas de escolha, sendo

---

<sup>25</sup>Uma parcela da população brasileira usuária de softwares piratas não está preocupada com a ilegalidade, e outra parcela dos usuários nem sabe o tipo de licença dos softwares que usa, nem ao menos sabe identificar o que é um software regido por patentes ou não, portanto não sabe quando está usando um produto ilegal.

praticamente induzida a aderir aos softwares proprietários. Conseqüentemente se torna mais dependente e as indústrias tecnológicas cada vez mais gigantescas, monopolizando toda a rede mundial de computadores.

Tomaz Villasante (2002) salienta o fato de que as tecnologias não são neutras, hoje não é possível pensar em novas formas democráticas sem levar em conta as reduções e as ampliações que as novas formas tecnológicas estão nos impondo. Independente de nossa vontade, estamos sujeitos às suas imposições, tendências e restrições.

Deparamo-nos, mais uma vez, com as disparidades sociais que estão presentes nas mais diversas áreas. No entanto, na sociedade contemporânea e tecnológica, onde a indústria se empenha cada vez mais em copiar produtos (softwares, por exemplo) para vender aos usuários que não têm condições financeiras de adquirir um produto com a mesma qualidade e preço dos originais, a luta por equidade social, política e econômica dos grupos excluídos não deixa de ser necessária.

No campo tecnológico, principalmente no da informática computacional, dentre as múltiplas discussões que envolvem a área, um tema que predomina nas pautas de discussão é a dominação de softwares proprietários por parte de grandes empresas<sup>26</sup>, que além de visar o acúmulo de capital financeiro, dominam o conhecimento da técnica.

O software rotulado como proprietário é de posse única e de manutenção exclusiva, exceto no caso dos softwares piratas<sup>27</sup>. Todo adquirente é obrigado a ter uma senha de acesso ao sistema operacional, impossibilitando assim a cópia ou a disseminação dos programas por usuários não proprietários, pois cada máquina possui uma senha<sup>28</sup> requisitada na hora da instalação. No caso dos softwares piratas, poderíamos dizer que são clones dos originais, instalados em máquinas diferentes, mas com o mesmo número de série, e, no caso de inspeção legal, ou por parte de instituições responsáveis pela compra das licenças, seriam classificados como ilegais.

---

<sup>26</sup>Não somente direitos autorais, como também dominação econômica, de grande acúmulo de capitais.

<sup>27</sup>Programas e sistemas operacionais copiados do Compact Disc original para outro qualquer, sendo que neles devem conter as senhas de instalação, pois sem as mesmas não há possibilidade de instalação.

<sup>28</sup>Serial, ou seja, número de série do produto que tem a mesma finalidade senha, que o programa pede ao ser instalado.

O monopólio dos softwares proprietários, principalmente da Microsoft, tem tornado uso desses softwares economicamente inviável para muitos usuários de computadores<sup>29</sup>. Isso induz muitos usuários a procurar outras alternativas, menos restritas e economicamente viáveis. Alguns especialistas afirmam que os softwares livre como, por exemplo, o sistema operacional GNU/Linux, da National Security Agency, oferece uma maior segurança<sup>30</sup> e flexibilidade, além de possibilitar o desenvolvimento de uma tecnologia nacional autônoma.

### 3.3 Software livre (free software)

Os softwares livre, free softwares ou programas livres, são softwares disponíveis para que qualquer pessoa física ou jurídica possa usá-los, copiá-los e distribuí-los, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo. Em especial, a possibilidade de modificações implica em que o código fonte esteja disponível. ([www.fsf.org.br](http://www.fsf.org.br)).

Quanto aos preceitos dos softwares livre e Copyleft, para ser considerado um programa livre, os softwares devem obedecer alguns preceitos que implicam em 4 liberdades, liberdade para executar; estudar redistribuir e aperfeiçoar (vide anexo A).

É importante, também, não confundir software livre com software grátis. A liberdade associada ao software é a liberdade que o adquirente ou usuário tem para acessar o seu código fonte e obter as informações do software para poder modificá-lo, copiá-lo e redistribuí-lo sem que isso implique em infração da lei ou pagamento de licenças (vide anexo B). Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente, mas que não podem ser modificados, redistribuídos e copiados pelo não acesso ao código fonte do software ([www.fsf.org/philosophy/free.pt.html](http://www.fsf.org/philosophy/free.pt.html)).

---

<sup>29</sup>O uso do software proprietário, assim como de padrões patenteados, tem sido penoso para países como o Brasil e, em contrapartida, tem significado riqueza e poder para os países do hemisfério\*. Um estudo do Banco Mundial chega a afirmar em 2001 que os “países industrializados são os principais beneficiários das regras da propriedade intelectual” (Pinheiro, W., 2003).

\*Ver Story, A. Study on Intellectual Propriety, the Internet, and the Copyright (Study Paper 5). Commission on Intellectual Property Rights, 2002.

<sup>30</sup>Segurança diz respeito a não perda de dados, nem entrada de vírus ou outros programas que danifiquem o computador (softwares e hardwares) e invadam a privacidade dos conteúdos existentes na máquina.

O termo Código Fonte Aberta ou Open Source é usado mais ou menos na mesma categoria que o software livre. Os softwares classificados como código fonte aberta, possuem algumas licenças restritivas, coisa que não acontece com os softwares livre. Ou seja, quase todo o software livre é de fonte aberta, mas nem todos<sup>31</sup> os softwares de fonte aberta são softwares livre (vide anexo C).

Em relação aos Direitos Autorais e Copyright, pode se dizer que o primeiro enfoca o direito de autor, isto é, a pessoa que produziu o objeto (o autor). No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar a obra na forma local e pelo tempo que desejar a título oneroso ou gratuito à disposição do público. No Brasil, atualmente essa matéria é regulada pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. A lei brasileira abriga, sob a denominação “direitos autorais”, os direitos de autor propriamente ditos e os direitos conexos<sup>32</sup>.

O termo Copyright caracteriza-se por ser um dispositivo que protege a obra em si, o produto, dando preferência para a vertente econômica através da exploração patrimonial das obras por meio do direito de reprodução, não necessariamente dando alguma condição legal ao autor de determinado produto, diferente dos direitos autorais.

### **3.4 O software livre no mundo e no Brasil**

A discussão sobre as licenças que restringem a propriedade dos softwares e aprisionam o conhecimento através de entraves jurídicos e sem cooperação sociopolítica, nos leva a pensar em outras alternativas economicamente mais viáveis e que não envolvam grandes transações legais para adquiri-los. Na década de 1970 os produtores de software freqüentemente compartilhavam seus programas de uma maneira similar aos princípios do software livre. Em 1971, no Laboratório de Inteligência Artificial do MIT (Massachusetts Institute of Technology), uma comunidade de hacker

---

<sup>31</sup>O Sistema Operacional Windows ilustra esta situação. O X Consortium e o X11 são lançamentos com algumas restrições nos termos de distribuição que tornam o software não totalmente livre. Se quiser, pode-se obter um exemplar, que tem distribuição desses termos e é gratuito. No entanto, existem versões não livres, pois em algumas estações de trabalho e PC populares as placas gráficas não funcionam com as versões dos programas livres.

<sup>32</sup>Direitos conexos abrangem os direitos autorais; artistas; intérpretes; direitos – moral e patrimonial; pirataria.

desenvolveu um sistema operacional completo, denominado Sistema de Tempo Compartilhado Incompatível (Incompatible Timesharing System). Nessa comunidade estava o programador Richard Stallman, que era responsável pela administração e aperfeiçoamento do Sistema Operacional escrito no laboratório do MIT (Moore, 2001 *apud* Silva 2005, p.30).

Segundo Silva (2005), nesse laboratório não existiam senhas nos computadores. As informações eram compartilhadas livremente e os softwares eram desenvolvidos e repassados, sendo um bem socializado a todos que utilizavam computadores.

Porém ainda na década de 70, em 1979, o Laboratório de Inteligência Artificial do MIT onde trabalhava Richard Stallman, ganhou uma impressora a laser doada pela empresa Xerox. A impressora era instável e trancava o papel com frequência parando de imprimir, essa situação fez com que fosse preciso pedir para à Xerox o código-fonte do driver que controlava a impressora. Stallman tinha por objetivo ajustar o programa para que ele pudesse responder aos defeitos e assim solucionar os problemas que ocorriam com frequência. Como os programadores trabalhavam em conjunto, frequentemente compartilhando os códigos e senhas do programas, para Richard seria apenas um pedido trivial, considerando que no ambiente acadêmico e do laboratório havia essa liberdade e ele já havia solicitado o código fonte de uma impressora anterior e a Xerox havia lhe fornecido.

O que Stallman não esperava é que a Xerox se negaria a fornecer o código e passaria a adquirir Copyright sobre os códigos fontes. E, já no final da mesma década, as empresas começaram a impor restrições aos usuários através de contratos de licença de software.

Em 1976, mais especificamente no mês de janeiro, três anos antes desse fato acontecer Paul Allen e Bill Gates criaram a Microsoft e deram início ao desenvolvimento das linguagens e sistemas operacionais para os primeiros microcomputadores. Em 1981, a Microsoft lançou a primeira versão do MS-DOS, o qual seria o seu primeiro sistema operacional. Gates publicou uma nota no boletim de notícias do Clube Home Brew Computer, no Vale do Silício, que trazia os principais fundamentos sobre o modelo de software proprietário, sendo a Microsoft uma das pioneiras deste modelo de produção e licenciamento. Este artigo continha a alegação que o software, como

propriedade intelectual não poderia ser distribuído gratuitamente nem com acesso ao seu código-fonte, pois, se fosse, qualquer pessoa ou instituição poderia se apropriar do produto e comercializá-lo sem manter os direitos autorais do responsável pelo desenvolvimento (Moore, 2002).

Opondo-se às restrições e dominações impostas pelas empresas de softwares e a favor de uma utilização mais democrática e viável do uso da tecnologia, uma equipe de pesquisadores, formada por técnicos ligados ao campo da informática, fomentada pelas reflexões de Stallman<sup>33</sup> resolveu investir em um programa autônomo, independente da Microsoft, que poderia ser trocado ou comercializado, sem ter que pagar licenças ou direitos autorais, ou seja, o software livre, que surgiu a princípio gratuitamente, atualmente também pode ser comercializado dependendo da vontade do autor ou fornecedor.

No Brasil as iniciativas para o uso dos softwares livre partem das empresas privadas, do Estado e também de algumas organizações não governamentais. As principais entidades que fomentam o uso de software livre no Brasil são a Conectiva Linux, fundada em 1995, com sede em Curitiba-PR, representa a versão brasileira do sistema operacional GNU/Linux; OpenOffice.org, que é um projeto de código aberto composto por um pacote de ferramentas, como processador de textos, planilha de cálculos, um editor HTML, um editor vetorial e um editor de apresentações compatíveis tanto com o Linux como com o Windows (openoffice.org, 2002).

O Debian-Br, que é a distribuição GNU/Linux em todo mundo e tem como característica a universalidade. Esse projeto visa desenvolver um sistema operacional livre que possa ser usado em qualquer parte do mundo por qualquer pessoa; o Kurumin Linux é uma distribuição brasileira do sistema operacional baseado no Knoppix (o qual se baseia no Debian). Sua principal característica é o tamanho pequeno, podendo ser instalado até em computadores mais antigos, possibilitando rodá-lo em computadores como o Pentium 100. O CIPSGA - Comitê de Incentivo à Produção de Software GNU e

---

<sup>33</sup>Linus Torvalds, por volta de 1991, em Helsinque desenvolveu um emulador de terminal chamado Linux e colocou-o de graça na rede, incentivando a comunidade técnica a trabalhar no desenvolvimento e distribuição de alguns softwares. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/819>>.

Alternativo, criado em 1999 por Djalma Valois, um profissional oriundo da informática, que pode ser considerado um representante das organizações que suportam o desenvolvimento do software livre. O Projeto Software Livre RS, iniciado no ano de 2000, em Porto Alegre, encontra-se na linha das organizações que apóiam e fomentam o uso de alternativas livres, tratando-se de uma organização não governamental que reúne diversas instituições públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul, como poder público, desenvolvedores, empresários, grupos de usuários, universidades e ONGs.

Para Clairmont Borges e Cláudio F. R. Geyer (2001), o software livre estimula a solidariedade e a cooperação, refletindo positivamente na conscientização e participação política. O Projeto Software Livre RS é um exemplo desse tipo de iniciativa, pois diversos segmentos da sociedade gaúcha participaram para planejar o desenvolvimento do software livre. Essa escolha de prioridades para o software livre apresenta-se como um exercício de política, por envolver os diversos setores de uma mesma sociedade a favor de uma causa que poderá vir a beneficiar a todos pelo barateamento, melhoramento e ajustes técnicos.

Os recentes eventos desenvolvidos por diversos setores da esfera pública brasileira, dão provas do interesse da sociedade civil organizada pelo assunto. O “Conip 2003 - IX Congresso de Informática Pública”, realizado em junho na cidade de São Paulo, teve um ciclo de palestras inteiramente dedicado ao tema, com tutoriais e painéis.

O Fórum Internacional Software Livre- (FISL) realizado na cidade de Porto Alegre em abril de 2008, e que já esta na sua 9ª edição, reuniu mais de 7,4 mil participantes de 21 países. Nesse fórum estiveram presentes desde especialistas ligados à informática, interessados na parte técnica dos softwares até entidades e organizações da sociedade civil interessadas nos aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos do software livre. O tema do fórum nesse ano foi “software livre: a tecnologia que liberta”. Disponível em <(http://fisl.softwarelivre.org/9.0/www/node/532)>.

Um outro exemplo vem da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que oferecia até o ano de 2005 cursos gratuitos de Linux, além de promover a reunião do Movimento Software Livre, realizada no dia 10 de julho de 2004 e debates, como o “1º Debate Nacional-software livre e administração pública em Santa Catarina”, ocorrido nos dias 23 e 24 de maio de 2004, em

Florianópolis. Essas discussões, planejamento e troca de informações, contribuíram para o fortalecimento do Movimento do Software Livre, pois além da utilização prática dos softwares, leva a sociedade a repensar a sua condição tecnológica e política.

Outra iniciativa nessa direção é o “Casa Brasil”, um projeto do Governo Federal que tem como principal objetivo reduzir a desigualdade social em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), levando para esses locais um espaço que privilegia a formação e a capacitação em tecnologia aliada à cultura, arte, entretenimento e participação popular, com forte apoio à produção cultural local. Esse projeto surgiu como um espaço comunitário, de uso gratuito e acesso irrestrito, para promover a inserção tecnológica. Gerando a ampliação da cidadania através de grandes fios condutores como: democratização das comunicações, compartilhamento de conhecimento, valorização da mulher, respeito à diversidade e desmistificação das tecnologias. As principais linhas de ação do projeto são: comunicação comunitária, governo eletrônico, educação ambiental, economia solidária, cultura livre/software livre, cultura local, direitos humanos, conhecimento livre, alfabetização e leitura. As unidades do Casa Brasil são caracterizadas por possuírem estrutura modular que contém: telecentro, sala de leitura, auditório, estúdio multimídia e laboratório de divulgação de ciências e informática. O Casa Brasil tenta superar os conceitos de inclusão digital vigentes, pois não leva somente computadores e conectividade, mas permite que a comunidade se aproprie da sua unidade, transformando-a em um espelho cultural do local em que foi implementada. Concedendo também aos cidadãos a liberdade de decidir, via conselho gestor, os rumos das atividades que são oferecidas aos frequentadores. Para atender a demanda por inclusão social a partir da inclusão digital, o Casa Brasil utiliza em seus computadores somente o sistema operacional GNU/Linux e seus aplicativos de código aberto. Isto significa que as unidades possuem autonomia tecnológica para explorar e adaptar os códigos de cada programa de acordo com suas necessidades. Com o uso de Software Livre, além da liberdade e da segurança contra vírus e outras pragas virtuais, o Casa Brasil economiza recursos financeiros que são destinados para a contratação de bolsistas e a capacitação dos usuários em diversos cursos,

além de manter o parque técnico sempre atualizado com os melhores equipamentos do mercado. ([www.casabrasil.gov.br](http://www.casabrasil.gov.br))

Pode ser lembrado ainda o projeto “Software Livre Mulheres”, que é uma iniciativa de um grupo de mulheres que participam e se identificam com o Projeto Software Livre Brasil. Este projeto tem como objetivo destacar, apoiar e se engajar em projetos de inclusão social e digital da comunidade software livre, assim como a Marcha Mundial das Mulheres<sup>34</sup>, que tem como meta em seu eixo de intervenção a luta pela igualdade, justiça, distribuição de renda, recursos e poder, mas que também aposta no software livre para alcançar esses objetivos. Podem se destacar também os Fóruns Sociais Mundiais que vêm proporcionando oficinas temáticas exclusivamente para tratar do tema software livre.

E as ONGs como ficam nesse processo? No capítulo seguinte investimos a relação que as ONGs têm com o uso dos softwares livre, exclusivamente as iniciativas das entidades associadas à ABONG, das quais algumas estão usando software livre, demonstrando que há interesse da sociedade civil organizada em adotar essa outra alternativa tecnológica.

---

<sup>34</sup>A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista ([www.mmm.softwarelivre.org](http://www.mmm.softwarelivre.org)).

## Capítulo 4

### A relação das entidades associadas à ABONG com os softwares livre

#### 4.1 As entidades associadas à ABONG e o uso dos meios informáticos de comunicação

A seguir veremos como as entidades associadas à ABONG se relacionam com os computadores, com a Internet e o tipo de conexão usado para poder acessá-la, com os softwares em geral, e com os programas livres. Em relação aos softwares livre, nossa averiguação procurou identificar quais que as entidades usam, desde quando os estão usando, como tiveram conhecimento desses programas e porque elas consideram importante o uso desses programas dentro da entidade ou em favor de um determinado público alvo.

Conforme Gustavo Lins Ribeiro (2000, p. 482-483), já nos anos 80 surgiram as primeiras redes de computadores sem fins lucrativos. Elas foram criadas em diferentes países e eram comandadas por ONGs, que objetivam trocar informações internacionais via correio eletrônico sobre meio ambiente. Muitas ONGs ambientalista tomaram a liderança ao estabelecer redes que serviam às suas necessidades de comunicação e informação. De 1987 a 1990, surgiram as seguintes redes: Instituto para Comunicações Globais (ICG – Institute for Global Communications, EUA); Greenet (Grã-Bretanha); Pegasus (Austrália); Web (Canadá); Nicarão (Nicarágua); Nordenet (Suécia) e Alternex (Brasil)<sup>35</sup>.

---

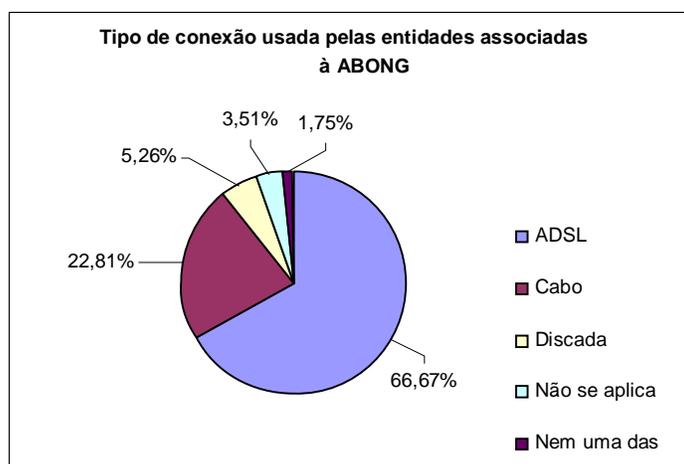
<sup>35</sup>Atualmente no Brasil a transmissão de dados via Internet pode ser feita de várias formas, usando de diferentes tecnologias, sejam elas interligadas por cabos ou por frequência de rádio. Entre as mais utilizadas encontra-se a Internet via Cabo TP-Twisted Pair ou Cabo de Par Trançado traduzindo para o português. O cabo TP é um cabo freqüentemente utilizado na interligação dos computadores na rede. É apresentado por um conjunto de quatro pares de cabos trançados. Existe padronização para especificar o nível de tráfego suportado pelo cabo. No momento estão em utilização o cabo Categoria 5, 5e e Categoria 6. E a Asymmetric Digital Subscriber Line (ADSL), que é um formato de DSL\*, uma tecnologia de comunicação de dados que permite uma transmissão de dados mais rápida através de linhas de telefone do que um modem convencional pode oferecer.

\*Digital Subscriber Line (simplesmente DSL ou ainda xDSL) é uma família de tecnologias que fornecem um meio de transmissão digital de dados, aproveitando a própria rede de telefonia que chega na maioria das residências. As velocidades típicas de download de uma linha DSL variam de 128 kilobits por segundo (kbps) até 24 Mbits/s, dependendo da tecnologia implementada e oferecida aos clientes. (pt.wikipedia.org).

Como era de se esperar, as entidades que responderam ao questionário enviado via e-mail, usam em sua totalidade, cotidianamente o computador e a Internet. Não tivemos como chegar se a razão da falta de reposta de algumas entidades se relaciona com a dificuldade para acessar a Internet ou quais seriam suas razões.

Quando perguntamos qual o tipo de conexão que as entidades associadas à ABONG utilizavam, as respostas se dividiram entre as alternativas<sup>36</sup> colocadas no questionário, conexão: *ADSL*, *Cabo*, *Discada*, *Não se aplica*:

**GRÁFICO 3**



Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

De acordo com o **gráfico 3**, pode se observar que as entidades associadas à ABONG se conectam à Internet de três formas, e que há uma grande diferença percentual entre os três tipos de conexões proposto pela pergunta. A conexão mais usada pelas entidades, é a via modem ADSL (66,67%), seguida pela conexão via cabo (22,81%<sup>37</sup>). Já a Internet discada, pouco apareceu (5,26%). Duas entidades responderam a alternativa *Não se aplica* e uma entidade respondeu que não usava *Nem uma das* conexões propostas pela pergunta.

A conexão via ADSL e a cabo são o que poderíamos chamar de Internet de ponta no Brasil, pois possuem uma conexão mais segura e rápida. A

<sup>36</sup>Para as entidades que não marcaram nem umas das alternativas propostas, mas responderam o tipo de conexão usada, atribuímos à categoria *nem uma das*.

<sup>37</sup>Esta situação pode ter se modificado devido a rápida expansão da conexão via cabo.

conexão via ADSL necessita de uma central telefônica, diferente da conexão a cabo, que elimina esse tipo de plataforma telefônica para realizar a transmissão dos dados.

Segundo Moraes (2001), no curso dos anos 90, antes mesmo da Internet alargar a teia planetária, grande parte das ONGs evoluiu para a constituição de redes que engendrassem ações locais e globais, particulares e universais, intra-organizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs).

Se nos anos 90 a tendência das ONGs já caminhava fortemente para uma agilidade na comunicação e na informação, através de redes internas e subdivisões, atualmente essa tendência só veio a crescer com o aceleração ocasionado pela informatização, pois as 55 entidades entrevistada responderam que possui conexão com a Internet. Isso representa um percentual de 100%.

Os ativistas do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) definem-se basicamente como membros de uma ONG que disponibiliza informação crítica sobre o Congresso Nacional para movimentos sociais, partidos políticos, outras ONGs, intelectuais e cidadãos interessados. Estes ativistas reconhecem a grande importância das redes de computadores para suas atividades. Eles usam a correspondência eletrônica no escritório, economizando a atividade burocrática e o tempo que antes era gasto em reuniões e na socialização de informações cruciais entre os membros da organização. Ela também é muito útil para que os coordenadores possam controlar o fluxo interno de informação, tanto quanto assegurar que cada funcionário recebeu as mensagens e atuará em conformidade (Ribeiro, 2000, p. 485-486).

O exemplo do INESC deixa bem claro que os recursos de uma rede, principalmente da Internet, vão além da simples troca de e-mails ou arquivos. Além de perpassar as barreiras da comunicação ela perpassa a barreira do processo político também, embora a tecnologia nem sempre seja neutra e as informações muitas vezes sejam tendenciosas. Na rede, nem todos os conteúdos são monitorados devido ao grande fluxo, o que pode ser negativo em alguns casos<sup>38</sup>, entretanto, em outros casos, podem agir de acordo com os

---

<sup>38</sup>Como os casos das redes de pedofilia\*, prostituição, redes neonazistas. Alguns segmentos da sociedade atribuem esses casos à difusão nas comunicações proporcionadas pela Internet,

interesses da sociedade civil, para que ela possa monitorar e se informar sobre as decisões políticas que acontecem no país sem ser privada de alguns detalhes, pois uma das grandes utilidades da Internet é também a liberdade de expressão<sup>39</sup>.

Quando as discussões em torno de questões políticas do país, estado ou município ultrapassam os ambientes fechados do Congresso Nacional, Assembléia dos Deputados, prefeituras e Câmaras de Vereadores, ganhando amplitude na sociedade civil ou em entidades organizadas e empenhadas em fiscalizar esse processo, fica mais fácil para a sociedade monitorar<sup>40</sup> os procedimentos políticos e, até mesmo trocar idéias sobre as suas próprias prioridades e necessidades com o poder público.

Sendo assim, podemos ressaltar a importância da rede via computadores ou Internet no cotidiano, como ferramenta de trabalho das ONGs e de outras organizações civis. Ela veio para contribuir com os trabalhos das

pela falta de controle dos conteúdos postados e a liberdade de acesso a estes conteúdos. Porém não se deve atribuir a existência e propagação dessas ações somente à rede Internet, já que essas práticas já existiam antes do surgimento dela. A Internet apenas facilitou essa troca de informações. Por outro lado, grandes redes dessa procedência foram descobertas devido a denúncias e vigilância por parte de usuários da rede e até pelos próprios provedores de acesso à Internet, que têm condições de fazer esse controle nos conteúdos, mesmo com o imenso fluxo de informações que circula na Internet. Desde que haja vigilância\*\* por parte da sociedade civil, órgãos responsáveis do Estado e o poder público exija que os provedores de acesso tenham controle e responsabilidade nos conteúdos que circulam na rede, podemos contar mais uma vez com a Internet como aliada no combate a essas práticas nocivas a sociedade.

\*A Polícia Federal brasileira tem hospedado desde 2006 na sua sede em Brasília, uma versão local do CETS – Child Exploitation Tracking System (pronuncia-se “KÉTS”) ou Sistema de Rastreamento de Exploração Infantil. O CETS é um software que faz parte de um projeto internacional de combate à pedofilia na Internet. Ele aumenta o alcance da ação policial na investigação desse tipo de crime, pois antes do CETS o serviço de pesquisa em fotos e arquivos era feito manualmente, tomando um tempo enorme dos policiais. Disponível em: <<http://amlat.oneworld.net/article/view/142359/1/2304>>. Acesso em: jun 2008.

\*\*O especialista Paulo Quintiliano chefe de Perícia da Informação da Polícia Federal, salienta a importância de um trabalho intenso de reciclagem dentro da Polícia Federal para que, em breve, todos os policiais saibam lidar com crimes praticados através de computadores. Ele afirma que a PF tem que trabalhar como uma unidade única de repressão a crimes cibernéticos. Qualquer policial federal, de qualquer área, terá que saber investigar o crime dentro e fora da rede. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,.OI2948600-EI5030,00.html>>. Acesso em: jun 2008.

<sup>39</sup>Em entrevista ao jornal *O Dia on line* de domingo dia 15 de junho de 2008, o ministro da cultura Gilberto Gil diz que Internet retoma liberdade da Tropicália “O Tropicalismo falava de fragmentação e a linguagem da Internet é toda fragmentada. Todas as bases da Internet estavam ali, tudo o que vislumbrávamos hoje em dia é possível, sonho tropicalista é real, ele se realizou”, salientando para a liberdade de expressão que Internet proporciona. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/odia>>.

<sup>40</sup>Podemos citar como exemplos também os fóruns temáticos, Orçamento Participativo e Conselhos Gestores, todas as organizações empenhadas para o bom funcionamento da parceria sociedade e Estado.

ONGs e demais entidades, pois além de possibilitar um acesso ilimitado a conteúdos, em muitos casos também economiza tempo e dinheiro, sem contar que nesse espaço as informações são trocadas praticamente em tempo real e em escala planetária. Isso para as ONGs, movimentos sociais e demais ações da sociedade civil, pode contar como um ponto a favor, porque pode mobilizar toda uma comunidade transnacional ou global, chamando não só a atenção de ativistas do mundo inteiro como, dos demais membros da sociedade, para a solução de causas locais ou vice-versa. No item a seguir trataremos do acesso das entidades organizadas da sociedade civil a estas tecnologias usando software livre.

#### **4.2 Uso de softwares cooperativos e livre pelas ONGs em geral**

O software livre tem percorrido um caminho lento, tortuoso e enfrenta muitos obstáculos para se consolidar como ferramenta fundamental e, não somente uma mera opção<sup>41</sup>, pois seu surgimento é paralelo ao surgimento do computador. No entanto, o software livre não teve a mesma expansão que o computador. Os softwares começam de maneira cooperativa e com os pesquisadores tendo acesso livre aos seus códigos:

Em 1977, o sistema Unix se configurava como uma versão melhorada que foi trabalhada em conjunto em um processo de acréscimo coletivo de conhecimentos, constituindo-se no sistema BSD (*Berkeley Software Distribution*): a primeira ferramenta que passou a ser construída em conjunto com os usuários, ou seja, a ser atualizada e melhorada por sugestões, observações e contribuições de quem a utilizava em toda a comunidade acadêmica (Schwingel, 2002, p. 70).

No Brasil, o uso de software cooperativo<sup>42</sup> vem sendo utilizado há um tempo bastante considerável. Uma das grandes percussoras nesse

---

<sup>41</sup>Os softwares livre para países em desenvolvimento como o Brasil, podem se tornar uma alternativa altamente viável economicamente, pois além de uma mão de obra autônoma, pode-se incentivar o crescimento de uma indústria nacional autônoma, baseada na socialização e no conhecimento mútuo e livre. Quando uma entidade compra um software, ela adquire somente o direito de usá-lo, não sendo propriamente a dona, pois à medida que ela não tem acesso ao seu código fonte, não tem autonomia para exercer adequações ou incluir mudanças, ficando sujeita a convenções impostas por fabricantes ou sujeita as leis internacionais. Neste caso a entidade fica pressionada entre às imposições do mercado proprietário e as políticas externas de licenças, direitos autorais e patentes.

<sup>42</sup>Construído e distribuído de modo cooperativo.

investimento, que inclusive respondeu ao questionário dessa pesquisa é o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). O investimento foi uma rede chamada Alternex, que era usada para mandar e receber e-mails, assim como para poder participar das conferências virtuais, e também para receber e enviar arquivos de documentos.

De acordo com a análise de Ribeiro (2000, p. 482-483), a Alternex foi criada em 1989, no Rio de Janeiro, pelo IBASE em parceria com o *Institute for Global Communications*<sup>43</sup> (IGC) e o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Cooperação), da Agência Brasileira de Cooperação (do Ministério das Relações Exteriores), da Agência Italiana de Cooperação CESVI (*Cooperazione e Sviluppo*), entre outras organizações internacionais.

Em novembro de 1990, juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o IBASE participou de um projeto para instalar e operar o nó da Internet no Rio, tornando-se “o primeiro serviço de rede de computadores operado por uma ONG na América Latina que contava com uma conexão permanente com a Internet, um privilégio para a sociedade civil brasileira” (Carlos Alberto Afonso, citado por Aguiar, 1995). (Ribeiro, 2000, p. 482-483).

O Alternex era um servidor que possibilitava o acesso às redes particulares da *Association for Progressive Communications*<sup>44</sup> (APC) e também à rede pública, Internet. Ele possuía contas em mais de 35 países, principalmente na América Latina onde seu pessoal ajudou a criar outras redes, 80% dos seus usuários possuíam suas bases no Brasil (Sallin, 1994 *apud* Ribeiro, 2000).

Mas antes do Alternex, uma equipe de técnicos da IGC, assessorados por um grupo de pessoal técnico de outras redes da APC, desenvolveu um programa APC UNIX<sup>45</sup> que, na época, era distribuído gratuitamente ou com baixo custo entre os membros da APC (Ribeiro, 2000, p. 482-483).

---

<sup>43</sup>Instituto para Comunicações Globais.

<sup>44</sup>Associação para o Progresso das Comunicações.

<sup>45</sup>O Unix é um Sistema Operacional desenvolvido por um grupo de técnicos da APC e de funcionários dos Laboratórios Bell da AT&T (American Telephone and Telegraph Company) e incluindo Ken Thompson, Dennis Ritchie e Douglas McIlroy. O SCO\* Group é atualmente o proprietário do código-fonte do Unix (AUGUSTO, 2003)

\*Santa Cruz Operation's.

O APC UNIX e o Alternex são softwares servidores da rede de computadores, criados cooperativamente e distribuídos com baixo custo, desenvolvidos para atender alguns interesses e suprir algumas necessidades, mais objetivamente para agilizar a troca de informações sobre a Conferência Mundial de Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a ECO 92.

A iniciativa do uso e desenvolvimento de software cooperativo no Brasil não gira só em torno do Alternex ou do APC UNIX. Apesar de sua trajetória pouco conhecida e difundida entre a sociedade civil, os softwares cooperativos tiveram um alcance bastante significativo desde 1989. O processo de construção dos softwares cooperativos, sobretudo dos softwares livre, foi se diversificando no mundo todo e o Brasil não ficou de fora dessa tendência mundial. Atualmente existem várias alternativas de software livre: rede; gerenciamento de arquivos; aplicações genéricas; multimídia (CD/áudio, gráficos, vídeo, outros); escritório/finanças; jogos; programação/desenvolvimento; servidores; aplicações científicas/acadêmicas; emuladores; humor e outros.

No quadro abaixo especificamos alguns aplicativos ou ferramentas que podem ser utilizados tanto nas plataformas Windows com nas plataformas de software livre:

<b>REDE</b>		
<b><i>Tipo de Software</i></b>	<b><i>Windows</i></b>	<b><i>Compatíveis em Software Livre</i></b>
Navegadores em Modo Gráfico	Internet Explorer, Netscape / Mozilla for Windows, Opera, Phoenix for Windows, ...	Netscape / Mozilla; Galeon; Konqueror; Opera (Proprietário); Phoenix; Nautilus; Epiphany; Links; Dillo; Mozilla Firebird.
E-mail	Outlook Express, Netscape / Mozilla for Windows, The Bat, Eudora, Becky, Datula, Sylpheed for Windows	Evolution; Netscape / Mozilla(Messenger); Sylpheed; Sylpheed-claws; Mail; Gnus; Balsa; Bynari Insight GroupWare Suíte; (Proprietário); Arrow; Gnumail; Althea; Liamail; Aethera; Direto.
Envio de Mensagens Instantâneas pela Internet	ICQ, MSN, AIM, ... Trillian ICQ, Miranda	Licq. (ICQ) ; Centericq. (ICQ, Console) Alicq. (ICQ); Micq. (ICQ); GnomeICU (ICQ); Gaim. (aceita quase todos os protocolos de envio de mensagens instantâneas); Kopete; Everybuddy; Simple Instant Messenger; Imici Messenger; Ickle. (ICQ); aMSN. (MSN) Kmerlin. (MSN) Kicq; (ICQ) YSM; (ICQ, Console); KXicq2.
<b>GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS</b>		
<b><i>Tipo de Software</i></b>	<b><i>Windows</i></b>	<b><i>Compatíveis em Software Livre</i></b>

Gerenciamento de Arquivos em estilo Windows Explorer	Windows Explorer	Konqueror; Gnome-Commander; Nautilus; Endeavour Mark II; XWC.
Visualização de Documentos HTML Locais	Internet Explorer	Dillo; Konqueror; Nautilus; Lynx / Links
<b>APLICAÇÕES GENÉRICAS</b>		
<b>Tipo de Software</b>	<b>Windows</b>	<b>Compatíveis em Software Livre</b>
Visualização de Arquivos PDF	Adobe Acrobat Reader	Acrobat Reader for Linux; (Proprietário); Xpdf; GV; Gpdf.
Criação de Arquivos PDF	Adobe Acrobat Distiller	Adobe Acrobat Distiller for Linux; (Proprietário); PStill. (Shareware); PDFLatex; Figtex2eps; Ghostscript; Tex2Pdf; Reportlab; GV.
Anti-vírus	AVG AntiVirus, NAV, Dr. Web, TrendMicro, F-Prot, Kaspersky, ...	Dr. Web for Linux. (Proprietário); Trend ServerProtect for Linux (Proprietário); RAV Antivírus (Proprietário); OpenAntivírus + AMaViS / VírusHammer; F-Prot (Proprietário); Sophie / Trophie. Clamav; Kaspersky for Linux (Proprietário)
<b>ESCRITÓRIO / FINANÇAS</b>		
<b>Tipo de Software</b>	<b>Windows</b>	<b>Compatíveis em Software Livre</b>
Pacotes em estilo MS-Office	MS Office, StarOffice / OpenOffice, 602Software	OpenOffice; StarOffice; Koffice; HancomOffice (Proprietário); Gnome Office; Siag Office; LaTeX.
Pacotes em estilo WordPerfect Office	WordPerfect Office 2000	WordPerfect Office 2000 for Linux. (Há uma versão para Windows que pode ser rodada com o Wine)
Processadores de texto em estilo Word	Word, StarOffice / OpenOffice Writer, 602Text	Abiword; WordPerfect.; Ted; StarOffice / OpenOffice Writer; Kword; LyX; Kile (KDE Integrated Látex; Environment).
Planilhas de Cálculo	Excel, StarOffice / OpenOffice Calc, 602Tab	Gnumeric; Abacus; StarOffice / OpenOffice Calc; Kspread.
Desenho de Gráficos	Excel, ...	Kivio; Dia; KChart; xfig; Gnuplot; Plotutils.
Criação de Apresentações MS PowerPoint	StarOffice Presentation, OpenOffice Impress	StarOffice Presentation; OpenOffice Impress; Kpresenter; MagicPoint; Kuickshow; Gimp.
Sistemas de gerência de bancos de dados	Access	KNoda; Gnome DB Manager; OpenOffice; MySQL; InterBase. (Proprietário); Berkeley DB; ReCall. (Proprietário) StarOffice Adabase.
<b>SISTEMAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Distribuições de Sistemas Operacionais</b>	<b>Microsoft</b>	<b>Software Livre</b>
Tipo de Software	Windows 9x; NT; Millenium; XP; Vista	GNU/Linux; RedHat; Mandrake; ALT; Knoppix; Debian; SuSE; Gentoo; Slackware; Porto Alegre; Kurumin, Ubuntu (...)

**QUADRO 1-** Compatibilidade entre softwares da plataforma Windows e os softwares livre.  
Fonte: PROCENPA, 2003. Organizado pela autora.

Conforme o **quadro 1**, podemos observar que para quase todos os aplicativos do Sistema Operacional Windows, existe uma versão em software livre que é compatível, sendo capaz de rodar em qualquer máquina e realizar qualquer tipo de atividade. No Brasil especificamente, os softwares livre<sup>46</sup> mais conhecidos e utilizados são BrOffice; Debian; Fanelix-Linux; Firefox; Kurumin; IpCop-Linux; Mozilla; OpenOffice; Thunderbird e Ubuntu, entre outros.

São inúmeras questões que podem nortear um indivíduo, município, estado, país ou entidade da sociedade civil organizada a migrar ou usar um software livre. Elas podem ser de caráter individual ou coletiva/organizacional e variam desde a questão ideológica até a tecnológica.

Nem sempre os softwares proprietários estão preparados para atender as necessidades dos indivíduos ou do mercado. Quando Linus Torvalds necessitou de uma versão do Unix para rodar em um PC e não encontrou, tentou achar a solução para o seu problema. Essa tentativa auxiliou na construção de um outro sistema operacional que resultou no Linux. Eric Allman<sup>47</sup> precisava distribuir e-mails para vários endereços em Berkeley de uma forma eficiente, essa necessidade resultou no Sendmail. Como essas iniciativas, inúmeras são as motivações que levam à adesão ou construção de um aplicativo de computador. No item a seguir veremos como anda o uso de software livre pelas entidades associadas à ABONG.

#### 4.3 Uso de software livre pelas entidades associadas à ABONG

Ao indagar às entidades associadas à ABONG sobre o uso de software livre, obtivemos o seguinte resultado:

**TABELA 5** - Uso de software livre ou código fonte aberto pelas entidades associadas à ABONG

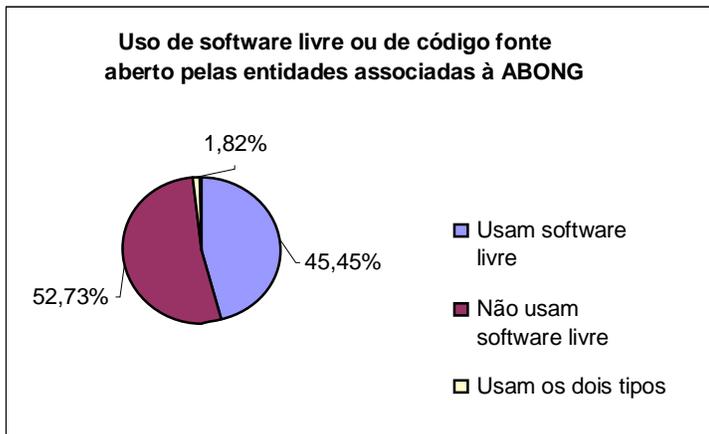
<b>Uso de software livre pela associada</b>	<b>Número de entidades</b>
Usam software livre	25
Não usam software livre	29
Usam os dois tipos	01

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

<sup>46</sup>Nessa categoria se incluem os Sistemas Operacionais e outros softwares.

<sup>47</sup>Eric Paul Allman é um programador de computador que estando vinculado à *Berkeley University of California* desenvolveu o *Sendmail* (1970) e o seu precursor *Delivermail* (no início de 1980).

#### GRÁFICO 4



Fonte: Organizado pela autora.

Das 55 entidades associadas à ABONG que responderam ao questionário (45,45%) estão imersas nesse processo, ou seja, utilizam softwares livre, e (52,73%) não usam softwares livre no seu cotidiano ou em suas atividades. Embora nossa pergunta tenha sido em torno dos softwares livre, deixamos um espaço em aberto para as entidades se expressarem. Nesse espaço houve uma entidade que respondeu que *usava os dois tipos* (1,82%) de software (o livre e o proprietário) na execução das suas atividades.

A diferença entre as entidades que usam o software livre e as que não usam é de quatro entidades. Isso demonstra que, apesar da maioria delas ainda não estar usando os softwares livre, a diferença não chega a ser suficientemente significativa a ponto de causar uma disparidade. Muito pelo contrário, representa um ponto positivo considerando que esse processo de migração ainda vem tentando construir uma clientela fiel e lutando para obter espaços.

Nessa pergunta, também foi inquirida a data de início do uso dos softwares livre pelas entidades associadas à ABONG. Das 25 entidades que afirmaram usar software livre, 21 delas responderam<sup>48</sup> desde quando usam software livre. No quadro abaixo poderemos observar a distribuição das entidades por ano de início de uso dos softwares livre:

<sup>48</sup>No quadro 2 constam somente as entidades que responderam o ano que aderiram aos softwares livre.

<b>Ano</b>	<b>Nº de entidades</b>
1993 a 1997	02
1998 a 2003	05
2004 a 2007	14
<b>Total</b>	<b>21</b>

**QUADRO 2** – Data aproximada do início do uso de software livre pelas entidades associadas à ABONG, divididos em períodos de 4, 5 e 3 anos.

Fonte: Dados da autora.

Conforme estes dados podemos observar que a relação que as entidades associadas à ABONG tem com os softwares livre é considerável, mas é relativamente recente, principalmente levando-se em consideração que a data de início da trajetória da informática no Brasil se deu nos anos 60 e que o processo de migração das entidades associadas à ABONG para os softwares livre não chega a 15 anos.

Entre os anos de 1993 e o ano 1997, duas entidades adotaram software livre em suas atividades. Uma foi a ASSESSOAR, de Francisco Beltrão-PR no ano de 1997. Essa entidade atua na formação política e produtiva tendo como público alvo pequenos agricultores. A outra (em 1993) foi o Movimento Infante Juvenil de Reinvidicação-MIRIM-BRASIL de Recife-PE, essa entidade tem como público alvo crianças, adolescentes e jovens e atua na área de direitos humanos, direitos de acordo ao ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. De 1998 a 2003 tivemos registros de 5 entidades que passaram a usar software livre em suas atividades<sup>49</sup>, o período no qual foram registradas mais adesões foi de 2004 até novembro de 2007<sup>50</sup>, com 14 entidades aderindo a eles.

Quando a entidade adquire um software livre, ela tem acesso ao seu código-fonte e às quatro liberdades que os softwares livre exigem. Então ela não está atrelada àquele que o desenvolveu e a operabilidade está assegurada no presente e no futuro, pois tem o código fonte. No item seguinte veremos as razões de cada entidade para aderir ao software livre.

#### **4.4 Quais razões podem motivar uma entidade a usar software livre**

<sup>49</sup>Para melhor visualizar essa informação, consultar questionários respondidos pelas entidades, em anexo.

<sup>50</sup>Todos os questionários já haviam sido aplicados, recolhidos e os dados sobre o período que as entidades começaram a usar software livre, já haviam sido catalogados no final de novembro de 2007, por isso que o registro das adoções é até esta data.

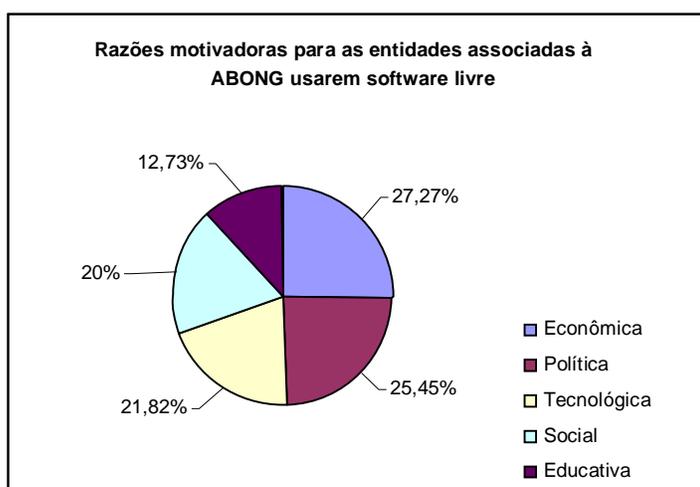
Quando perguntamos para as entidades associadas à ABONG, quais razões as incentivaram ou incentivariam a usar os softwares livre, obtivemos o seguinte quadro de respostas:

**TABELA 6** - Razão para a entidade utilizar o software livre ou software de código fonte aberto

Razão	Número de vezes citadas
Econômica	15
Política	14
Tecnológica	12
Social	11
Educativa	07

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

**GRÁFICO 5**



Fonte: Organizado pela autora.

Das 55 entidades que responderam<sup>51</sup> ao questionário, 23 associadas apontaram múltiplas razões pelas quais se motivaram a usar software livre, as respostas se dividem entre as seis proposições colocadas na pergunta<sup>52</sup>. Entre todas as opções oferecidas, a alternativa mais citada como agente para o uso de software livre, foi à razão *econômica* (27,27%), em segundo lugar encontra-se a razão *política* (25,45%), a razão tecnológica em terceiro lugar (21,82%),

<sup>51</sup>Essa pergunta (questão 10) contou também com um espaço aberto no qual solicitava-se para a entidade *Justificar sua alternativa*. Nesse espaço as entidades tiveram liberdade e oportunidade para discorrer sobre suas escolhas ou suas alternativas escolhidas, e os discursos foram múltiplos.

<sup>52</sup>Outras 22 entidades não responderam a essa pergunta, por não usarem os softwares livre.

em quarto lugar aparece a razão *social* (20%) e, por último a que menos apareceu foi a razão *educativa* (12,73%).

O não pagamento de licenças de softwares é uma das preocupações de vários segmentos da sociedade civil, Estado, indivíduos e empresas. Com as entidades associadas à ABONG não é diferente, o CEBRAP citou a razão econômica (27,27%) exatamente pelo fato de “não se pagar pela licença de uso”, o que pode ser revertido em outros investimentos ou suprir outras necessidades com esses valores.

A ASSESSOAR optou por quase todas as alternativas, deixando de fora somente a razão *social*, seu discurso foi bem incisivo e esclarecedor: “além de uma opção pelo reforço ao conhecimento livre e cooperativo (o que é educativo), tem custos menores de instalação e manutenção, e maior estabilidade e segurança (tecnologia de melhor qualidade)”, dando ênfase à razão *educativa* e à *tecnológica*, mas destacando principalmente a razão *econômica*.

A entidade que representa o Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM) e o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, ambas com sede em Recife-Pe, apontaram a razão *política* (25,45%) como premissa para usar os softwares livre e, conciliam os discursos sobre suas opções. O MTNM ressalta que a razão política perpassa as outras questões, por ser uma “opção política ideológica”. Já, o SOS Corpo, justifica que “o software livre é uma das expressões da democratização da sociedade pela qual lutamos”. Tanto uma entidade como outra dá ênfase à política nas suas atividades.

O ISA-Instituto Sócio Ambiental citou a razão *tecnológica* (21,82%) como motivação para usar software livre, por possibilitar uma “maior flexibilidade e segurança”. Em relação à flexibilidade, a aposta dos especialistas da área de informática gira em torno da autonomia. A partir do momento que não é preciso mais licenças ou que não se está praticando algo ilegal, os tecnólogos têm liberdade de resolver seus problemas, sem recorrer ao pedido de licenças como foi o caso de Stallman em 1979<sup>53</sup>. Em relação à segurança, muitos softwares proprietários ficam expostos a invasões de vírus, spanwares e demais programas desenvolvidos especialmente com a finalidade de criar

---

<sup>53</sup>Vide descrição na página 52.

danos nos sistemas operacionais e nas máquinas. Com os softwares livre essa prática é diferente, pois eles não oferecem essa vulnerabilidade<sup>54</sup>.

Em relação às questões sociais, relembramos o caráter cooperativo da sua construção e manutenção. Sua elaboração mobiliza toda uma comunidade de indivíduos que não se conhece, a colaborar entre si em favor de uma causa única, que é a elaboração ou solução de problemas dos softwares. À medida que vão estabelecendo contatos e resolvendo seus problemas de ordem técnica, vão transpondo as barreiras de classe, cultura e/ou gênero, assim como também as fronteiras entre países.

A ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria de Fortaleza-CE, aposta na razão social (20%) para usar software livre “por ser uma alternativa aos monopólios e promover a inclusão social, através das idéias de liberdade e solidariedade”, pois há uma tentativa de democratizar os saberes e combater o modelo dominante e fechado da indústria de produção tecnológica.

A razão educativa (12,73%) que motiva uma entidade a usar os softwares livre pode ser fomentada pela posse do código fonte ou senhas de acesso. Nessa condição todos os interessados poderão se especializar ou estudar os softwares, o que poderá contribuir para uma maior socialização do conhecimento e o livre fluxo de informação.

Para o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN de Brasília, os produtos da “Microsoft custam caro, Firefox é melhor” tendo as razões *econômica* e *tecnológica* como motivadoras para usar software livre, assim como o INESC que também assinalou estas duas alternativas e explica que considera importante a razão “econômica porque não existem custos com licenças, e tecnológica por melhoria na qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação”.

A hegemonia e a falta de socialização da informação são duas questões que preocupam a sociedade informatizada e outras partes da sociedade civil organizada, como podemos ver na justificativa da CIPÓ Comunicação Interativa, de Salvador-BA, que ressaltou a importância de usar software livre pelas razões *educativa* e *social*: “temos como uma de nossas bandeiras a democratização da comunicação, enquanto acesso, produção e difusão”.

---

<sup>54</sup>Com os S. L. essa prática não é freqüente, como no sistema operacional Windows da Microsoft, por exemplo.

O Escritório Nacional da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais ressaltou que tinham como premissa todas as alternativas sugeridas: “a ABONG tem a intenção de migrar todos os computadores do escritório para o software livre. Os motivos para a migração são todos os citados acima – *educativa, econômica, política, tecnológica e social*. Esperamos em breve poder efetuar a migração” (ABONG, 2007).

E o Movimento Infante Juvenil de Reinvidicação-MIRIM-BRASIL ressaltou que “todas as alternativas são motivos que o Mirim-Brasil têm para usar computadores” se referindo ao uso de softwares livre não só como aplicativos ou ferramentas de trabalho, mas como instrumento fundamental na hora de usar computador.

O Grupo Transas do Corpo de Goiânia assinalou as razões *política e tecnológica* e justifica sua escolha dizendo: “consideramos que os softwares livre funcionam melhor e, além disso, apoiamos a posição política do movimento pró software livre”, além da segurança técnica que os softwares livre representam, usá-los significa que a instituição aposta no Movimento Software Livre, mesmo não sendo filiada ao movimento encontra alguma forma de militar, para o GTC, a maneira encontrada é através do uso dos softwares livre.

Os códigos sendo abertos, a comunidade técnica tem autonomia para se movimentar livremente na confecção, manutenção e arranjo de seus próprios programas, através de soluções individuais ou livremente compartilhadas. Poderíamos dizer que o software livre dá quase total independência em relação ao fornecedor de soluções, pois a partir do momento que o código fonte é liberado, milhões de especialistas podem ajudar<sup>55</sup> nas soluções que os softwares necessitam, seja via rede ou presencial<sup>56</sup>.

Ideologicamente a construção e o uso de software livre está imerso em um complexo mosaico de idéias. Elas podem variar desde a luta pela liberdade para poder se exercer a manutenção técnica dos softwares; contra hegemonia

---

<sup>55</sup>Alguns (a maioria) voluntariamente.

<sup>56</sup>Entretanto, as entidades associadas à ABONG não mencionaram usar os softwares livre como recurso de programação ou para fazer modificações tecnológicas. Adotam a questão tecnológica como uma ideologia política e como usuárias dos possíveis melhoramentos que a abertura dos softwares podem lhes proporcionar.

das grandes empresas produtoras de softwares ou, até mesmo, vontade que o conhecimento seja difundido e repassado e que todos tenham acesso a ele.

Além da comunidade técnica e estudiosos interessados no tema software livre, estão na luta pela sua adoção, uso ou intercedendo pelas licenças livres e pela liberdade do software: movimentos sociais, ONGs, representantes do Estado, intelectuais, anarquistas, capitalistas, comunistas, libertários de direita, socialistas, pessoas sem inserção política, sindicalistas, políticos, estudantes, micro-empresários, mega-corporações, artistas etc.

Manuel Castells (2000) faz uma relação direta entre os softwares livre e a Internet, afirmando que ela não teria alcançado seu desenvolvimento atual se não se baseasse em protocolos abertos e livres, além disso defende que a lógica da liberdade dos softwares livre seja aplicada em outros setores.

As razões para a sociedade civil organizada usar softwares livre são diversas. Em nossa pesquisa quase todas as entidades que responderam a essa pergunta, marcaram mais de uma alternativa que as motivou a usar essa nova tecnologia, deixando bem claro a pluralidade de opções que os softwares livre podem oferecer desde que se esteja informado sobre seus usos e finalidades, e consciente de quão importante eles podem ser para sociedade. No item a seguir veremos o meio de informação pelo qual uma entidade pode ficar sabendo da existência dos softwares e de suas finalidades.

#### **4.5 Meios de comunicação e informação pelos quais as entidades associadas à ABONG conheceram os softwares livre**

Quando questionamos as entidades associadas à ABONG sobre como tiveram conhecimento<sup>57</sup> do software livre, as respostas se dividiram entre as sete alternativas propostas. O quadro das respostas obtidas foi o seguinte:

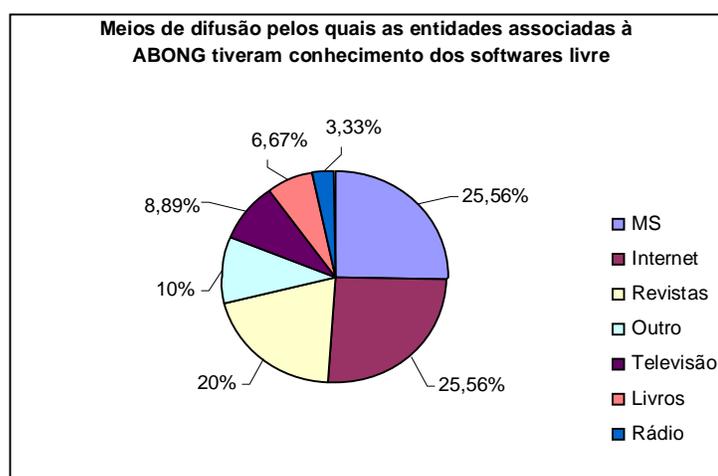
---

<sup>57</sup>Das 55 entidades que participaram da pesquisa, seis não responderam a essa pergunta e sete delas não tiveram conhecimento dos softwares livre.

**TABELA 7** - Meios de comunicação e informação pelos quais as entidades tiveram conhecimento dos softwares livre

Meios	Número de respostas
Internet	23
Movimentos Sociais	23
Revistas	18
Televisão	08
Livros	06
Rádio	03
Outro	09

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

**GRÁFICO 6**

Fonte: Organizado pela autora.

Das 55 entidades que responderam ao questionário, 42 conhecem os softwares e assinalaram<sup>58</sup> o meio pelo qual tiveram informação sobre eles. Salientamos o fato de que elas ter conhecimento dos softwares livre não representa que estão usando ou aderiram, pois mesmo as entidades que não fazem uso de software livre responderam a essa pergunta, como é o caso do Movimento de Organização Comunitária-MOC, de Feira de Santana-Bahia: “ainda não tivemos o interesse de colocar o software livre, mas já estamos pensando em fazer isso não só por causa de fiscalizações, mas também porque está sendo aceito, tem melhorado muito, e é a nova tendência de mercado”, ou seja, algumas organizações ainda não estão usando mas caminham para a adoção dos softwares livre.

<sup>58</sup>Múltiplas respostas.

Em primeiro lugar, liderando o número de citações (25,56%), aparecem as alternativas *movimentos sociais* e *Internet*. Somente 3 entidades descreveram o nome do movimento social ou grupo de discussão pelo qual tiveram conhecimento do software livre. O Instituto Sócio Ambiental-ISA conheceu os softwares livre através de fóruns temáticos de discussão, mais especificamente o Fórum Internacional de Software Livre (FISL). As outras duas entidades foram a ASSESSOAR e a sede do Movimento Tortura Nunca Mais, que conheceram os softwares livre através do Movimento Software Livre.

Embora as demais entidades associadas à ABONG não tenham dado nome aos movimentos sociais pelos quais tiveram conhecimento dos softwares livre, uma das apostas é o Movimento Software Livre, pois paralelo ao surgimento destes softwares, o movimento vem tentando esclarecer dúvidas e mobilizar a sociedade civil e a comunidade científica da importância de migrar, de usar os programas livres e do não pagamento das licenças e direitos autorais.

Apesar da Internet ainda estar em processo de expansão no Brasil, considerando que no ano de 2006 apenas 14,5% dos domicílios brasileiros tinham acesso à Internet (CETIC.br 2006, p.30). Ela tem contribuído muito com o processo de divulgação dos softwares livre, principalmente se considerarmos que um dos meios (juntamente com os movimentos sociais) pelos quais os softwares livre tiveram mais divulgação foi através da Internet<sup>59</sup>.

Além dos movimentos sociais e da Internet, existem outros meios de comunicação e informação eficazes na divulgação de software livre entre as entidades associadas à ABONG: as revistas, que aparecem em terceiro lugar nas citações (20%). Conforme (DI NUCCI, 2002), a leitura de revistas está bastante presente no cotidiano das pessoas, especialmente no dos jovens, principalmente pelo fato dos textos serem curtos e com linguagem de fácil leitura, ilustrados e escritos com letras de diferentes formas. Elas podem

---

<sup>59</sup>Sem contar que para os desenvolvedores de softwares livre, a Internet é uma ferramenta fundamental. Sem ela muitos problemas ficariam sem soluções devido à distância, dificuldades de tempo e dinheiro. Através do caráter corroborativo da Internet essas dificuldades diminuem, pois tanto na China como na Argentina, os técnicos podem estar trabalhando em um mesmo projeto ao mesmo tempo e trocar informações em tempo quase real. Fora esse aspecto solidário em que a Internet se apresenta, existe também a grande quantidade de informações que ela proporciona, além de informações textuais, tem rádios *on line*, televisão *on line*, *chats* interativos, comunidades virtuais, listas de discussão, vídeos explicativos, tudo em um mesmo veículo de comunicação, que pode ser acessado ao mesmo tempo.

contribuir muito com o processo de divulgação das notícias e, até mesmo, de conhecimento, pois podem ser lidas em uma curta fração de tempo, geralmente trazem conteúdos em notas breves, o que facilita bastante a divulgação da informação, levando uma considerável parcela da população a ficar informada sobre múltiplos assuntos, inclusive sobre o tema software livre.

Ao questionar as entidades associadas à ABONG sobre os demais meios de comunicação pelo qual obtiveram conhecimento do software livre, a televisão apareceu em (8,89%) das respostas. Um número bastante limitado, considerando o potencial ilimitado que a televisão possui de levar informação para dentro das casas<sup>60</sup>, escolas, estabelecimentos comerciais, hospitais e faculdades. São muitas possibilidades de informações que a televisão oferece, mas dificilmente chegam a ser de cunho social, geralmente tendem a obedecer aos interesses privados ou econômicos.

Os livros apesar de terem como função informar, esclarecer e ensinar. Em relação aos softwares livre suas contribuições têm sido bastante limitadas. No questionamento feito às entidades associadas à ABONG, aparecem (6,67%). Os livros especializados em informática ou dos estudos da ciência da computação possuem uma linguagem técnica bastante difícil ao senso comum. Esses livros são designados ao público especializado, geralmente programadores, desenvolvedores e técnicos capacitados para trabalhar com hardwares e softwares.

Outros livros que se referem ao tema *software livre* dão menções ao assunto de maneira consideravelmente reflexiva, perpassando o caráter técnico, tentando demonstrar as suas qualidades econômicas, políticas, educativas, econômicas e sociais. Linguagem que é capaz de ser entendida pelas pessoas que não são especialistas no assunto “tecnologia ou informática”, mas se utilizam dos softwares livre ou estão interessadas em aprender sobre o tema. Porém, esse material não tem grande alcance, fica

---

<sup>60</sup>De acordo com estatísticas da UNESCO em 1996 existiam 1 bilhão e 361 milhões de aparelhos de TV no mundo, numa relação de 236 para cada 1000 habitantes. Em 1964 o Brasil tinha 34 estações de TV e 1,8 milhão de aparelhos receptores. Em 1978 já eram 15 milhões de receptores. Em 1987, 31 milhões de televisores se espalhavam pelo País, dos quais 12,5 milhões em cores. O número de domicílios com TV no Brasil saltou de 15.885.000, em 1982, para 33.690 042, em 1995, em 2004 a televisão existia em 90,3% dos domicílios brasileiros. Disponível em < <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/comunica/tv/apresent.htm>>.

limitado<sup>61</sup> aos interessados que buscam conhecer ou escrever sobre o tema, não chegando ao alcance da sociedade civil de uma forma mais ampla.

Já o rádio, apesar de ser um meio de comunicação e informação de baixo custo, prático e rápido, capaz de levar informações para um grande número de pessoas ao mesmo tempo desde que estejam sintonizados em alguma estação, não foi um dos meios de comunicação mais eficientes na difusão dos softwares livre, considerando que das 42 entidades associadas que responderam ao questionário, somente 3 delas citaram que haviam tido conhecimento do software livre pelo rádio, representando 3,33% do total das respostas. Essas respostas nos levam a entender que nem sempre o meio de comunicação mais acessível por ser mais prático e barato, consegue transmitir determinadas informações de cunho social à população, principalmente às pessoas de baixa renda.

A alternativa *Outro* aparece em 10% das respostas. Dentre essas encontram-se algumas como as do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos -CGGDH de São Paulo, que respondeu ter conhecido os softwares livre também através de contato pessoal, assim como ECOA-Ecologia e Ação de Campo Grande-MS e Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz - CDHMGB de Joinville-SC, que tiveram conhecimento dos softwares livre através de amigos que os conheciam ou já utilizavam.

A entidade Católicas Pelo Direito de Decidir-CPDD de São Paulo afirmou ter conhecido os softwares livre através de jornal e o Centro Nordeste de Medicina Popular – CNMP de Olinda- PE, declarou ter conhecido os softwares livre através de “instituições governamentais” assim como o Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo - GTP+ de Recife – PE, que assinalou a alternativa *movimentos sociais* e declarou ter conhecido os softwares livre “através do Banco do Brasil que instalou o tele centro”.

A Casa da Mulher Trabalhadora com sede no Rio de Janeiro declarou que conheceu os softwares livre por meio do “técnico de informática”, e o INESC “através de um funcionário da instituição” e a ASSESSOAR por meio do

---

<sup>61</sup>Para que os livros pudessem ser úteis nessa difusão, seria preciso trabalhar essas questões já nos livros didáticos do ensino fundamental e médio e nas aulas ou apostilas de informática, além de não limitar o uso do computador ao Sistema Operacional Windows e seus pacotes ou demais programas pagos (restritos), tentar inserir uma nova tecnologia de maneira didática.

“Movimento Software Livre”. No item a seguir trataremos das vantagens e dos beneficiados pelo uso dos softwares livre.

#### **4.6 As entidades associadas à ABONG e as vantagens com o uso de Software livre**

Quando perguntamos para as entidades associadas à ABONG de que maneira elas poderiam ser beneficiadas pelo uso dos softwares livre, ou como elas usavam os softwares para favorecer um determinado público alvo ou até mesmo se haviam sujeitos beneficiados direta ou indiretamente pelo uso de software livre, obtivemos basicamente dois grupos de resposta: as entidades que os usam para execução de tarefas diárias pelos seus próprios funcionários ou colaboradores e as entidades que usam os softwares livre não só como ferramenta de trabalho interna, mas em projetos e ações comunitárias.

A CIPÓ Comunicação Interativa de Salvador-BA, faz uso de software livre para auxiliar “adolescentes e jovens em programas de formação” e a entidade MIRIM-BRASIL de Recife para beneficiar “Jovens de comunidades carentes” por meio de “cursos de computação para preparar o jovem para o mercado de trabalho”. A Casa Renascer de Natal- RN atenta para o fato de que “qualquer pessoa que tenha acesso à máquina, ao computador pode ser sujeito beneficiado pelo uso de software livre. O benefício se dá pela democratização da tecnologia, acesso à informação e compartilhamento de saberes”. Este grupo de entidades usa os softwares livre para interagir com a comunidade, promovendo uma tentativa de inclusão de jovens no mercado de trabalho, socialização do conhecimento; promoção da educação e projetos que facilitam o uso de computadores ou pontos de acesso à Internet pela comunidade em geral.

Além dos benefícios que os softwares livre podem oferecer à comunidade e das razões (educativa; econômica, política, tecnológica e social) que motivam a adesão aos softwares livre, eles oferecem outras vantagens que, de certa forma, contribuem ainda mais com a adoção dos mesmos. Observando a tabela abaixo poderemos ver o que as entidades associadas<sup>62</sup> à ABONG consideram mais vantajoso no uso de software livre:

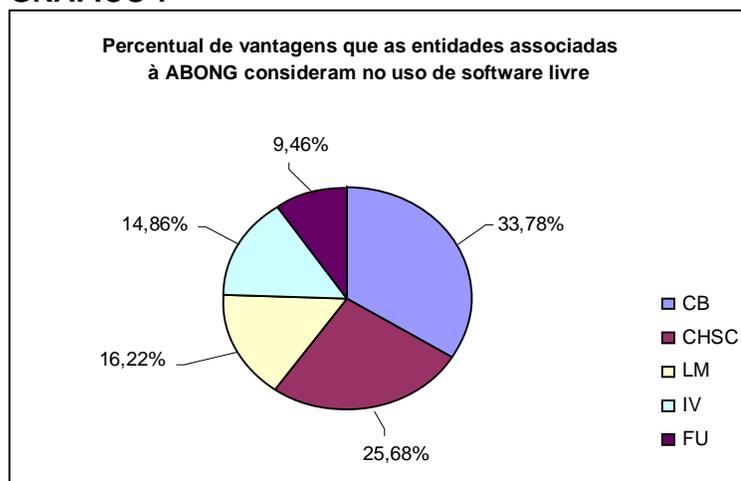
---

<sup>62</sup>Na tabela 8 constam respostas de 49 entidades associadas à ABONG, sendo que 17 entidades assinalaram a alternativa *não se aplica*, seis delas não responderam à pergunta, pois não

**TABELA 8** - Número de alternativas que as entidades citaram como benefícios no uso de S.L.

Tipo de Vantagens	Número de citações
Custo benefício	25
Contra hegemonia da sociedade civil	19
Liberdade para modificar	12
Inexistência de vírus	11
Facilidade de uso	07

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

**GRÁFICO 7**

Fonte: Organizado pela autora.

Visualizando os dados obtidos na **tabela 8** e no **gráfico 7**, a vantagem *custo benefício* que os softwares oferecem é a alternativa mais citadas pelas entidades associadas à ABONG, representando 33,78% da escolha. Em segundo lugar, aparece a vantagem de usar softwares livre como alternativa *contra hegemônica da sociedade civil*, representando 25,68% das escolhas. A *liberdade para modificar* (16,22%) e a *inexistência de vírus* (14,86%), seguem praticamente empatadas, sendo separadas por um ponto percentual de diferença apenas. Em último lugar aparece a *facilidade de uso* (9,46%), dando fortes indícios de que para que haja entendimento por parte dos usuários, os softwares livre ainda precisam evoluir bastante em sua apresentação gráfica.

---

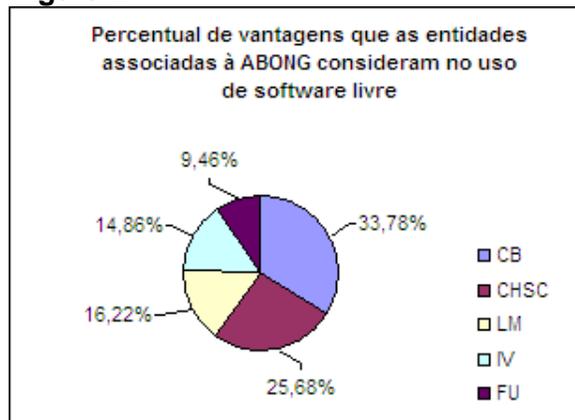
assinaram nem uma alternativa. No entanto, trabalhamos na análise só com as alternativas a seguir: *contra hegemonia da sociedade civil*, *custo benefício*, *facilidade de uso*, *inexistência de vírus*, *liberdade para modificar*, outros. Quais?.

Para fazermos a análise dos dados do **gráfico 7**, é importante que façamos algumas comparações com as razões motivadoras para usar software livre pelas entidades associadas à ABONG, pois algumas vantagens de uso dos softwares livre não deixam de estar diretamente relacionadas com as questões motivadoras e vice versa, conforme ilustram as figuras 1 e 2:

**Figura 1**



**Figura 2**



Fonte: Dados da autora, organizado pela autora (Figura 1 e 2).

Comparando os dados das **figuras 1 e 2**, podemos ressaltar que a razão econômica e a vantagem custo benefício aparecem liderando as repostas. Podemos atentar para o fato de a razão econômica estar diretamente ligada à vantagem custo benefício, pois as duas envolvem transações financeiras, investimento ou desprendimento de dinheiro no que se refere à aquisição ou uso de softwares e seus periféricos. Sendo assim, tanto a motivação como os benefícios estão ligados por uma variável comum, que é a economia que os softwares livre representam.

Em seguida, observando a **figura 2**, aparece em segundo lugar como vantagem em usar os softwares livre a contra hegemonia da sociedade civil. Se observarmos a **figura 1**, em segundo lugar as entidades apontam a razão política como motivadora para usarem os softwares livre e, em quarto lugar, aparece a razão social. Ao cruzarmos estes dados podemos salientar os seguintes resultados: a contra hegemonia da sociedade civil está diretamente ligada como a razão política e social que motiva uma entidade a usar software livre. Pois, seja através da socialização do conhecimento ou do não cumprimento das leis internacionais sobre direitos autorais, licenças e patentes, a sociedade informatizada e não informatizada busca sua autonomia. O

rompimento com essas condições pré-estabelecidas representa romper com as amarras do capital estrangeiro que, além de dominar o mercado, aprisiona o conhecimento através de senhas ou códigos fonte.

Por último, ao observarmos a **figura 1** podemos ver que a razão *tecnológica* aparece em terceiro lugar e a alternativa *liberdade para modificar* é a terceira vantagem (vide *figura 2*) mais citada pelas entidades para se usarem software livre. As alternativas *inexistência de vírus* e *facilidade de uso* ficam em quarto e quinto lugares entre as vantagens apontadas pelas entidades associadas à ABONG. Ao relacionar os dados da figura 1 e 2, podemos chegar à conclusão de que a liberdade para modificar, a inexistência de vírus e a facilidade de uso estão entrelaçadas e se correspondem entre si. Pois tanto a liberdade para modificar um software como a inexistência de vírus e a facilidade de uso (figura 2) que ele proporciona estão diretamente ligadas à tecnologia<sup>63</sup> ou à técnica. É importante salientar que a facilidade de uso foi um dos benefícios menos citados pelas entidades, o que retoma a idéia de que os softwares livre ainda são de difícil entendimento pela maioria dos usuários e que ainda há um longo caminho a percorrer.

À medida que o software livre se faz entender, ele vai se consolidando como uma possibilidade real, pois a cultura dos softwares da Microsoft e outros softwares proprietários ainda é muito forte e representativa. A sociedade civil também resiste ao novo modelo, mesmo sem saber se pode ser mais vantajoso e viável, exatamente por não conhecer os softwares livre na prática.

Com o objetivo de proporcionar uma maior divulgação sobre o tema, é necessário esclarecer as vantagens do uso dos softwares livre para a comunidade leiga, função essa que caberia ao Estado e seus segmentos, juntamente com os meios de comunicação e demais entidades da sociedade civil interessadas em fomentar essa iniciativa e prática. No capítulo a seguir veremos como está a relação das entidades associadas à ABONG com o

---

<sup>63</sup>A palavra tecnologia é usada aqui no sentido literal, do grego: τεχνη — ofício e λογια — estudo. Um termo que envolve o conhecimento técnico e científico e as ferramentas, processos e materiais criados e/ou utilizados a partir de desse mesmo conhecimento. Em partes diferenciando-se da técnica, que é o procedimento ou o conjunto de procedimentos que têm como objetivo obter um determinado resultado ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br)).

Movimento Software livre e as contribuições do Movimento Software Livre para a divulgação e adoção do software livre.

## Capítulo 5

### A relação das entidades associadas à ABONG com o Movimento Software Livre

#### 5.1 Origem do Movimento Software Livre

No intuito de fazer com que a comunidade científica e a sociedade civil comece a aderir aos softwares livre (no início, mais conhecidos como Sistema Operacional GNU/Linux), surge uma discussão liderada por Richard Matthew Stallman<sup>64</sup> e um grupo *sui generis* de indivíduos que compartilhavam o mesmo objetivo, sacudir a comunidade científica, a sociedade civil e alguns segmentos do Estado a migrarem para o uso de software livre, abandonar as licenças e a hegemonia do Sistema Operacional Windows de propriedade única e exclusiva da empresa Microsoft.

As discussões, trocas de informações e ações coletivas em torno do software livre desencadearam um movimento a favor da utilização do Sistema Operacional GNU/Linux e, em consequência, contra a dominação do Sistema Operacional Windows e seus aplicativos. O Movimento Software Livre (MSL), que responde por esse nome no Brasil, mas em outros lugares no resto do mundo atende por outras denominações como Open Source, FLOSS (Free, Libre and Open-Source Software), FOSS (Free and Open Source Software) e pode ser compreendido como um composto de diferentes ideologias. O MSL teve início na década de 80, paralelamente ao surgimento do Sistema Operacional GNU/LINUX (software livre), espalhou-se pela rede mundial de computadores e vem ganhando adeptos no mundo inteiro.

Ainda que o Movimento Software Livre tenha suas origens em torno de uma discussão local, movimentar uma comunidade de técnicos europeus para melhorar um Sistema Operacional, ele alcançou dimensões globais, servindo como exemplo do poder e do potencial da rede pluridimensional, principalmente da Internet. Pois além do movimento transpor as múltiplas barreiras culturais, sociais e econômicas, se estende ao longo das fronteiras

---

<sup>64</sup>Fundou a Free Software Foundation (FSF) em outubro de 1985.

virtuais transformando<sup>65</sup> a realidade que muitas vezes é imposta por grupos hegemônicos pela falta de informação ou desigualdade econômica.

O sociólogo Manuel Castells (2005) ressalta que o Movimento Software Livre é mais amplo do que o movimento anti-capitalista, pois o software livre tem como premissa liberdade de uso, cópia, modificação, redistribuição, compartilhamento do conhecimento tecnológico e troca entre a comunidade técnica e demais interessados no tema da livre escolha, uso e adaptação dos softwares.

Podemos dizer que o movimento do software livre<sup>66</sup> recruta cada vez mais adeptos por se tratar de um movimento, a priori, com características contra hegemônicas, que carrega consigo um conjunto de interessados no tema da autonomia, da justiça econômica, do fortalecimento de sistemas/softwares próprios e capazes de ser auto-suficientes.

De acordo com Sérgio Amadeo da Silveira (2003), o movimento de software livre é a maior expressão da imaginação dissidente de uma sociedade que busca mais do que a sua mercantilização. Trata-se de um movimento baseado no princípio do compartilhamento do conhecimento e na solidariedade praticada pela inteligência coletiva conectada na rede mundial de computadores. Sem esquecer as várias apostas que estão inclusas no movimento de fazer com que o mundo digital seja mais democrático, acessível, e que o ativismo que está por trás do movimento, decorre da intenção de combater a hegemonia de alguns grupos e países dominantes dos meios tecnológicos (informática).

Embora o ponto de partida do Movimento Software Livre seja a questão da democratização tecnológica, não somente essa temática está implícita no movimento. Além disso, estão inseridas nos objetivos do movimento, a luta pelo não pagamento de licenças, a adaptação à realidade local de cada máquina<sup>67</sup>,

---

<sup>65</sup> À medida que a sociedade se intera da existência de outras opções referente a softwares, poderá optar e decidir, mas se não conhecer outras, continuará inserida na lógica do sistema de comercialização e exploração tecnológico vigente, mesmo que arcar com esses custos e restrições seja um esforço demasiado.

<sup>66</sup> Referimos-nos aqui não ao Movimento Software Livre especificamente, mas toda a movimentação que envolve a construção, divulgação e uso desse tipo de software.

<sup>67</sup> Um exemplo é o Sistema Operacional Windows Vista, da Microsoft, lançado em 2007. Para poder comportar esse sistema, as máquinas devem ter uma ótima composição em hardware, caso contrário o sistema operacional não funciona, ou funciona precariamente. A maioria dos usuários não se adaptou, no entanto, nem sempre é possível trocar, pois os usuários não conseguem acessar os drivers de instalação dos dispositivos de hardwares. Disponível em: <

usuários, grupos sociais e tentativa de promover a liberdade de cada país na hora de adquirir um Sistema Operacional<sup>68</sup> para seus computadores ou programas que facilitem a vida dos indivíduos.

Castells (2005), afirma que o Movimento Software Livre precisa se esforçar mais para fazer o mundo ver por que o software livre é importante. Ele diz que é preciso falar com a sociedade e explicar, mesmo aos que não gostam de computadores, para demonstrar como o software livre é fundamental:

(...) “não se pode esperar que surja um novo Linux ou um novo Killer APP (Programa Aplicativo de Ponta) a cada dia, mas que o mais importante, seria que, cada grupo desenvolva o que necessita e que tudo vá se conectando. Mais do que grandes inovações, são mais importantes milhões de pequenas inovações interconectadas e, nesse sentido, o movimento me parece muito forte, muito”. (Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/news/3697>>. Acesso em: 22 Feb. 2005.).

Ou como afirma Conceição:

É um fato que a sociedade mundial atravessa por uma fase nova, uma fase em que as pessoas se vêem cada dia mais envolvidas com a tecnologia. Mas, o que há de mais impressionante nesta fase é o conhecimento sendo compartilhado para que os recursos tecnológicos sejam cada vez mais acessíveis. Este compartilhamento de conhecimento é o que o Movimento Software Livre oferece, dando suporte a uma sociedade coletiva que visa, não a retenção do saber, mas um conhecimento cada vez maior, trazendo benefícios tecnológicos, sociais e culturais para a sociedade mundial (Conceição, 2005, p. 41).

Atualmente o Movimento Software Livre, além de mobilizar a comunidade científica/tecnológica no empenho pela liberdade de escolha na confecção dos softwares, tenta conscientizar os usuários de que a migração para um software de código fonte aberto, livre para ser melhorado e adaptado a cada realidade de usuário, pode ser economicamente muito mais viável, transformando o eventual pagamento das licenças (royalties) em dinheiro ou verba poupada que poderá ser usada com outras finalidades, como o fortalecimento de outras políticas de inclusão social/digital:

---

<http://pablolisboa-culturalivre.blogspot.com/2007/09/as-desvantagens-do-sistema-proprietario.html>

<sup>68</sup>Sentença que faz o computador funcionar.

O Movimento Software Livre é outro esforço que contribui à inclusão digital. Em primeiro lugar por razões econômicas, na medida em que viabilizará ao usuário o acesso a programas que não teriam possibilidades de comprar e manter-se atualizado em relação aos aplicativos que podem servir ao aumento de eficiência, em toda uma diversidade de atividades, o que pode contribuir decisivamente para a “inclusão digital” (Santos, 2005, p.3).

As entidades associadas à ABONG se mostram cientes do Movimento Software Livre e estão usando os softwares livre, ficando evidente que são simpatizantes ou apoiadoras do mesmo, conforme veremos a seguir (item 5.2). O movimento surge com a perspectiva de mobilizar e esclarecer a comunidade técnica e outros interessados sobre o uso dos programas livres. Mas atualmente o Movimento Software Livre é símbolo de outras lutas que vão além da perspectiva técnica, baseando-se numa lógica de liberdades, carrega consigo discussões sobre direitos autorais, socialização do conhecimento, contra- cultura e contra-hegemonia.

Conforme Boaventura de Souza Santos (2002), as lutas de dimensão planetária em defesa de valores humanitários são um patrimônio comum da humanidade:

Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja a sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. Pertencem ao patrimônio comum da humanidade, em geral, as lutas ambientais, as lutas pela preservação da Amazônia, da Antártida, da biodiversidade ou dos fundos marinhos e ainda as lutas pela preservação do espaço exterior (Souza Santos, 2002, p. 70).

Nesse sentido, pode-se incluir o desenvolvimento compartilhado do software livre, pois a luta por um sistema de código aberto e irrestrito pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica, uma vez que, devido aos baixos custos, pode possibilitar a inclusão digital de grupos socialmente excluídos da tecnologia da informação:

(...) a organização transnacional de resistência de Estado - nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizantes e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo

as que decorrem da revolução nas tecnologias da informação e comunicação. A resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção (Ibidem, p. 67).

O Movimento Software Livre não pode ser considerado um movimento revolucionário anti-capitalista ou anti-business, mas sim de oposição ao modelo de comércio das indústrias de software proprietários vigente. O Movimento Software Livre não adota regras econômicas ortodoxas como seu único opositor. Ele vai além e questiona princípios até mesmo dos modelos econômicos vigentes que giram em torno da informatização e da esfera virtual.

A premissa do Movimento Software Livre é atentar para o fato de que é preciso se contrapor aos preceitos estabelecidos, buscar e criar alternativas que irão se contrapor a uma hierarquia de valores imposta: ou o usuário passa a ter liberdade ou o proprietário continua tendo ganhos indiretos. O modelo de licença de uso de software livre surgido com o projeto *GNU*, visa resguardar o direito do usuário à liberdade, não tendo como premissa o benefício econômico do autor ou de quem dele desejar se apossar. O seu valor principal é a liberdade, e o benefício econômico pode ser angariado pela cooperação e socialmente distribuído.

A grande força do software livre está na ação coletiva que move toda uma demanda de pessoas a querer uma nova realidade sem imposições mercadológicas, pressões políticas, aprisionamento do conhecimento e da técnica ou qualquer outro tipo de restrição que segregue alguns grupos e segmentos sociais. O Movimento Software Livre tem sido o principal caminho para a realização desse projeto, sem o qual as premissas do software livre não teriam ganho visibilidade alguma e não conseguiriam alcançar seus propósitos.

Mesmo que a princípio o objetivo do movimento fosse divulgar os softwares livre somente entre os especialistas ligados à informática, seria preciso explicar as funcionalidades dessa nova tecnologia para uma legião de técnicos espalhados pelo mundo todo, depois para os fornecedores e, por último, para os consumidores, mesmo não tendo esse foco inicial, o movimento se difundiu, e atualmente ganhou força devido à colaboração de diversos setores, entre eles as associadas à ABONG.

Caso a sociedade civil não conheça ou não saiba utilizar essa nova ferramenta, a possibilidade de adoção passa a ser irrealizável e as interconexões terão que ir além do caráter tecnológico ou de discussões de cunho econômico. Os softwares livre precisam ser melhor divulgados, ter uma maior visibilidade e explicação, e o Movimento Software Livre vem trabalhando nessa direção. No item a seguir, veremos como está a relação da sociedade civil (ONGs) com o Movimento Software Livre.

## 5.2 As entidades associadas à ABONG e o Movimento Software Livre

Os meios de comunicação e informação estão bastante evoluídos e a Internet se apresenta como uma ferramenta fundamental nas atividades cotidianas internas e externas das pessoas, instituições, organizações e demais segmentos da sociedade civil:

Tradicionalmente muitos governos e corporações conseguiam impor medidas contra os interesses coletivos, devido à crença na incapacidade de organização e resistência dos afetados. Contudo, com o uso criativo das tecnologias de informação e comunicação, ações específicas e circunstanciadas podem gerar um agregado de peso de forças contrárias de alcance *global*. Aos indivíduos e coletivos sociais, que outrora se encontravam dispersos ou isolados, é possível concentrar suas ações em prol de uma causa comum, com base nas extensas redes de solidariedade de natureza identitária. (Machado, 2007, p. 264)

É evidente que os movimentos sociais se utilizam também e cada vez mais dessa ferramenta para mobilizar a comunidade<sup>69</sup> em torno de causas polêmicas ou para requerer a solução de problemas. Os militantes inseridos no Movimento Software Livre também se incluem nesse grupo de ativistas que faz protestos, reivindicações e busca adeptos via rede.

Com base nas considerações de Ribeiro (2000), o Movimento Software Livre é a expressão autêntica desse potencial da rede de transpor fronteiras e alcançar diversos territórios, e o grande modelo para a consolidação de soluções compartilhadas diante de questões complexas, a partir da interação

---

<sup>69</sup>O termo comunidade aqui é usado para dar nome à sociedade como um todo, todos os seus membros.

multiétnica, multinacional e multicultural. A expansão que o movimento alcançou devido a rede, é a afirmação da possibilidade da Internet consolidar-se também como uma esfera pública planetária, evitando a condição hegemônica de supermercado global<sup>70</sup>, pois desde que se tenha acesso à máquina e à rede Internet, as transações ficam mais fáceis e rápidas.

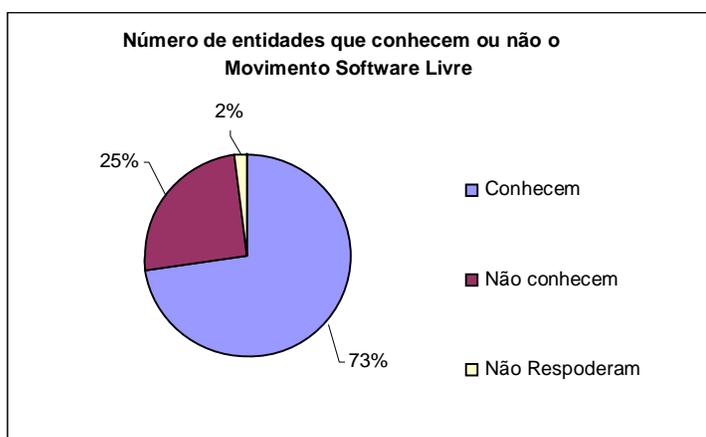
Ao questionarmos as entidades associadas à ABONG sobre seu conhecimento do Movimento Software Livre, obtivemos as seguintes respostas:

**TABELA 9** - Número de entidades que conhecem ou não o Movimento Software Livre

Alternativa	Número de entidades
Conhecem	40
Não conhecem	14
Não Responderam	1

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

### GRÁFICO 8



Fonte: Organizado pela autora.

Conforme os dados expostos na **tabela 9** e no **gráfico 8**, das 55 entidades que responderam ao questionário enviado, 40 (72,73%) responderam sim à pergunta, ou seja, estão inteiradas do Movimento Software Livre; 14 (25,45%) responderam que não conhecem o Movimento; e 1(1,82%) entidade não respondeu à pergunta. De acordo com esses dados, podemos afirmar que a maioria das entidades associadas à ABONG que participaram da

<sup>70</sup>Um exemplo de facilidade\*, rapidez e oportunidade são as compras via Internet, pois no ciberespaço não interessa a distância nem nacionalidade, todos podem oferecer e procurar mercadorias.

\*Evidente que as transações comerciais através da Internet, assim como as presenças tem suas exigências.

pesquisa estão informadas sobre o Movimento Software Livre. Mas como elas se interagiram do Movimento Software Livre? Veremos isso no item seguinte.

### 5.3 Meios de comunicação ou informação pelo qual as entidades associadas à ABONG conheceram ou ouviram falar do Movimento Software Livre

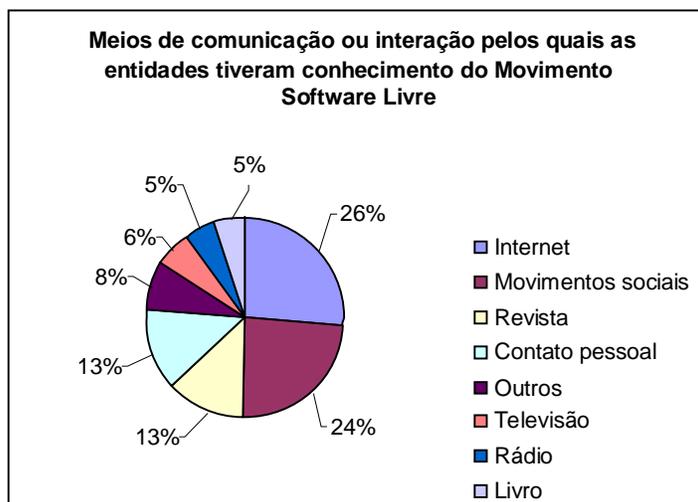
Quando questionadas sobre o meio de comunicação ou informação pelo qual as entidades associadas à ABONG tiveram conhecimento ou ouviram falar do Movimento Software Livre, as resposta se dividiram entre as oito alternativas propostas<sup>71</sup> *contato pessoal, Internet, livro, movimentos sociais, rádio, revista, televisão, outros*:

**TABELA 10** - Meios de comunicação ou interação pelos quais as entidades tiveram conhecimento do Movimento Software Livre

Meios de informação	Número de respostas
Internet	26
Movimentos sociais	24
Contato pessoal	13
Revista	13
Televisão	6
Rádio	5
Livro	5
Outros	8

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

### GRÁFICO 9



Fonte: Organizado pela autora.

<sup>71</sup>Cada entidade ficou livre para assinalar quantas alternativas preferisse.

No primeiro lugar das menções aparece a Internet (26 vezes), representando (26%) do total das respostas. Em segundo lugar (24%) aparece à alternativa *movimentos sociais*. Atualmente, na era da comunicação e informação, consideramos que estes dois meios se retro-alimentam, já que movimentos sociais de todo tipo se aproveitam da flexibilidade da rede para divulgar suas propostas, pois:

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. Agrupando dezenas ou até centenas de organizações de diferentes portes e universos culturais, lingüísticos e identitários diversos, com base na infra-estrutura da rede mundial, elas conseguem agregar eficiente e eficazmente o descontentamento, para gerar amplas e complexas sinergias em ações globais (Machado, 2007, p. 248-249).

Sejam organizações ecologistas, ideólogos de direita como os de nazismo e racismo, ou os de contra-dominância<sup>72</sup> como o Movimento Software Livre, conseguem maior divulgação e dimensão através da Internet.

Embora os movimentos sociais não ajam de forma articulada entre si como alguns militantes esperam<sup>73</sup>, não deixam de divulgar outros movimentos

---

<sup>72</sup>Manuel Castells em entrevista concedida Rafael Evangelista da Softwarelivre.org em fevereiro de 2005, salienta que o software livre é incompatível com corporações monopolistas, como a Microsoft. “É também incompatível com governos repressivos que querem controlar a liberdade, sejam de direita ou de esquerda. Mas ele não é incompatível com a IBM, e ela não é um órgão revolucionário mundial. Nem é incompatível com governos democráticos, que querem desenvolver a criatividade dos jovens. E não igualaria o software livre à esquerda. Ele é algo muito mais amplo. Seus valores são valores de transformação social e acho que mais próximo do anarquismo. As idéias que estão por trás do software livre acho que são anti-autoritárias e de liberdade. Para mim, essas idéias são revolucionárias. Mas cabe uma diferenciação da expressão política organizada da esquerda”.

<sup>73</sup>Para realizar a participação efetivamente democrática de maneira interligada com outros movimentos é necessária uma maior articulação entre esses movimentos e um maior exercício democrático para se chegar a um consenso ou a um meio termo para que as conquistas tenham vultos maiores. Cabe comentar sobre as organizações voltadas para as questões relacionadas ao meio ambiente. Têm demandas similares, mas cada uma está focada em realizar os seus projetos. Os esforços para adequá-los a uma agenda maior ainda ficam restritos a eventos anuais e congressos. A participação e a articulação em conjunto por meio de estratégias de comunicação precisam trazer a mobilização, também, em conjunto, e com isso a efetiva participação democrática (Bona, 2007).

sociais e se comunicar entre eles e demais entidades<sup>74</sup>. Exemplo disso é o Fórum Social Mundial, que reuniu múltiplas entidades da sociedade civil para tratar dos mais diversos temas de interesse da sociedade civil organizada, ONGs, associações e até mesmo algumas esferas do Estado, deixando bem claro que a comunicação existe e pode ser cada vez mais ampliada e melhorada, desde que haja constância.

Em terceiro lugar, empatadas, aparecem as alternativas *contato pessoal*<sup>75</sup> (13 vezes) e *revista* (13 vezes) cada uma representando (13%) do total das escolhas. As revistas abrangem vários temas, são mais popularizadas, além das revistas especializadas no assunto *software livre*<sup>76</sup>, que podem ser adquiridas por baixo ou zero custo. Podemos entender que para o conhecimento do Movimento Software Livre as revista e o contato pessoal têm o mesmo poder de difusão das informações e da comunicação.

A alternativa *televisão* aparece em quinto lugar (6 vezes), representando (6%) do total das repostas obtidas. As alternativas *livro* e *rádio* ficam empatadas em último lugar (5 vezes) citadas, representando (5%) do total das respostas. Conforme esses dados podemos afirmar que os livros, o rádio e a televisão têm contribuído pouco para a difusão do Movimento Software Livre. Apesar do longo alcance que o rádio e a televisão têm como meios de comunicação e informação<sup>77</sup>, em relação à divulgação de ações coletivas como o Movimento Software Livre eles deixam muito a desejar.

---

<sup>74</sup>Foi o caso do ISA e o Escritório Nacional da Associação Brasileira de ONGs, que tiveram conhecimento do Movimento Software Livre através de fóruns (Fórum Social Mundial-FSM e Fórum Internacional de Software Livre- FISL).

<sup>75</sup>O contato pessoal pode ser feito de uma pessoa\* a outra, de uma pessoa para muitas pessoas, de muitas pessoas para uma ou de muitas pessoas para muitas pessoas através da comunicação oral, podendo muitas vezes ser até de maneira interativa, onde o interlocutor tira as dúvidas com o locutor.

\*A Associação Saúde Sem Limites, a Entidade ENDA Brasil e a sede do Movimento Tortura Nunca Mais, conheceram o movimento por intermédio de pessoas e amigos envolvidos com o tema.

<sup>76</sup>Revista Linux: é uma revista grátis bimestral em PDF. Os artigos vão desde artigos técnico-práticos a artigos teóricos e artigos filosóficos sobre o Open Source ([www.revista-linux.com](http://www.revista-linux.com)).

<sup>77</sup>Exceto alguns canais de TV educativos ou de cunho social, porém estes geralmente não pertencem ao que poderíamos chamar de "TV aberta", na maioria das vezes pertencem a emissoras que os vende, e o rádio também é um veículo de informação não neutra que pode variar de acordo com os interesses dos seus proprietários. Caso a comunidade do Movimento Software Livre tenha alguns interessados ligados a esses dois meios de comunicação, o trabalho de divulgação poderá ser feito. Outra via pode ser por intermédio do Estado (programa Voz do Brasil) ou da sociedade civil organizada (Rádios comunitárias).

Já os livros nem sempre estão disponíveis e são mais difíceis de ser acessados devido ao seu custo, linguagem técnica e especializada. Se não houver um incentivo à leitura e um entendimento dos temas proposto neles, de nada adiantará ao público leigo no assunto, ler sobre o Movimento Software Livre. É preciso explicar as finalidades tanto do movimento como dos softwares livre de uma maneira menos complexa, coisa que ainda aparece pouco, tanto nos livros acadêmicos como nos livros em geral.

A alternativa *outros* foi mencionada 8 vezes, representando (8%) do total das respostas. Dentre essas respostas<sup>78</sup>, algumas entidades salientaram o meio de informação pelo qual tiveram conhecimento do Movimento Software Livre. O SEDUP teve conhecimento do movimento através de material de software livre e o CEBRAP pela participação em eventos organizados por técnicos da área. Por fim, a entidade Católicas Pelo Direito de Decidir, tomou conhecimento do Movimento Software Livre por meio de jornal.

De uma maneira ou de outra as entidades foram informadas da existência do Movimento Software Livre, pois em sua maioria (73%) conhecem o movimento. Mesmo estando informadas do movimento e das suas finalidades, como estará a atuação dessas entidades no ou com o Movimento Software Livre? Veremos isso no item seguinte.

#### **5.4 As entidades associadas à ABONG e a militância no Movimento Software Livre**

Quais entidades atuam ou militam no Movimento Software Livre e como exercem essa militância ou participação? Das 55 entidades que responderam ao nosso questionário, 9 atuam no Movimento Software Livre, e a forma de participação ou atuação no movimento é bem variada. A entidade IRPAA de Juazeiro-BA declara que “algumas pessoas da equipe colaboram na tradução de textos” e através dessa atitude participa do movimento.

A ESPLAR de Fortaleza-CE vem “procurando ao máximo utilizar-se de programas livres”. Ela considera que, com essa atitude, está participando ativamente do movimento. Nessa mesma direção, caminha também a entidade CAMPO do Rio de Janeiro, por desenvolver “parceria e projetos sociais com

---

<sup>78</sup>Algumas entidades também assinalaram as outras opções dessa questão (questão 15). Que já foram contabilizadas e devidamente analisadas.

entidades que atuam com esses softwares e divulgação de informação sobre o assunto junto aos grupos”. Assim como o IBASE, que fica “no apoio e participando de atividades ligadas ao tema como o Fórum Internacional de Software Livre”, que serve exclusivamente para discutir o tópico software livre e as tendências do Movimento Software livre no mundo.

Com a intenção de difundir o Movimento Software Livre, a entidade ELO-Ligação e Organização de Salvador-BA, atua na “organização de atividades de sensibilização e capacitação sobre o tema”. Nessa tentativa também aparecem as “listas de discussão/fóruns/Casa Brasil”, citada pela entidade Movimento Tortura Nunca Mais, que tem por finalidade discutir e difundir o movimento.

Outras entidades, além da organização de oficinas temáticas ou listas de discussões trabalham de maneira mais pontuais. É o caso da ASSESSOAR, que atua “no âmbito da rede Ecovida, onde contribuimos na elaboração da página e banco de dados interativo todo em software livre e dos movimentos sociais do campo, promovendo oficinas, divulgando na nossa página, apoiando grupos de usuários...”. Ao fornecer trabalho para a rede Ecovida, a ASSESSOAR vai dando visibilidade ao uso de software livre e com isso vai engajando simpatizantes e novos adeptos para o Movimento do Software livre através de suas atitudes e práticas.

Na mesma perspectiva da ASSESSOAR encontra-se a ABDL, uma entidade com sede em São Paulo que afirma atuar no movimento “participando das conferências, seminários, encontros etc., promovendo a sensibilização para a questão nos programa de formação para a ação, como o Redesenvolvimento – Programa de Formação em Redes para o Desenvolvimento”. A ABDL atua nas discussões, mas também se engaja em programas pontuais de formação.

Embora algumas das entidades que participaram da pesquisa tenham mencionado atuar no Movimento Software Livre através de trabalhos específicos como tradução de textos, elaboração de conteúdos usando software livre e a organização de oficinas temáticas sobre o tema, a participação e divulgação do movimento através de listas de discussão e fóruns também é relevante.

O Movimento Software Livre é um grande composto de idéias, ideologias e diferentes atores. Nesse contexto, as formas de atuar e militar também são

as mais variadas possíveis, não seguindo um padrão exato. Desde que se esteja imerso nesse processo de cooperação e resistência global contra certos modelos impostos, pode-se estar cooperando com o movimento, pois ele também não exige uma presença física marcante. As relações, reivindicações, interações e cooperação são muito mais mediadas pelo intelecto, devido ao auxílio da Internet do que por presença coporal. No item abaixo veremos as respostas das entidades associada à ABONG à pergunta sobre o que motivou-as a atuar ou militar no Movimento Software Livre.

### 5.5 Questões motivadoras para uma entidade associada à ABONG atuar no Movimento Software Livre

Quando perguntamos<sup>79</sup> para as entidades associadas à ABONG quais questões as levariam ou levou-as a atuar no Movimento Software Livre, as alternativas dividiram-se entre as razões *sociais, políticas, ideológicas, econômicas, e outra alternativa*. Conforme abaixo:

**TABELA 11** - Questões que levariam ou levaram uma entidade a atuar no Movimento Software livre

Questões motivadoras	Número de respostas
Sociais	11
Políticas	8
Ideológicas	7
Econômicas	7
Outra alternativa	1

Fonte: Dados da autora, organizado pela autora.

<sup>79</sup>Das 55 entidades que participaram da pesquisa, 39 delas não responderam a esse questionamento e 4 entidades escreveram *não se aplica* como resposta

**GRÁFICO 10**

Fonte: Organizado pela autora.

Os dados expostos no **gráfico 10** demonstram que a razão *social* (31%) é a mais importante na hora de aderir ou militar no Movimento Software Livre. Seguida pela razão *política* (24%). Logo após vem as razões *ideológica* e *econômica* empatadas (21%). Alternativa *outros* apareceu em 3% do total de escolhas. Observando os discursos de algumas entidades e comparando aos dados quantitativos, podemos concluir o grau de importância dessas escolhas.

A ASSESSOAR declara que o motivo para atuar no Movimento Software Livre é a razão *social* (31%) por que “trabalhamos desde a nossa origem na perspectiva da socialização e da não privatização do conhecimento, desde as sementes aos softwares. Entendemos que a forma cooperada de produzir bens sociais, abertos, é que podem resolver efetivamente os problemas da exclusão, nas suas diversas modalidades”.

A motivação *política* aparece em segundo lugar (24%) das menções. Se comparada a tabela 6 (pergunta 10), onde inquirimos o que motivou a entidade a usar software livre (25,45%), a prerrogativa política também vem em segundo lugar, o que demonstra que tanto para a entidade atuar no movimento como para usar os programas ela tem o mesmo grau de motivação, ou seja, o rompimento de tratados unilaterais determinados por certas empresas e países.

As alternativas *econômica* e *ideológica* seguem empatadas no terceiro lugar (21% cada uma) das respostas, o que nos leva a concluir que as duas

motivações têm a mesma intensidade no momento da entidade atuar ou vir a atuar no Movimento Software Livre.

Na alternativa *outros*, apenas o Centro de Educação e Assessoramento Popular-CEAP, de Passo Fundo – RS assinalou esta alternativa. O CEAP não usa software livre nem atua no Movimento Software Livre, mas assinala que atuaria no movimento para a “qualificação da cidadania brasileira e mundial”, pois:

A história brasileira e mundial foi, e ainda é marcada por processos econômicos, sociais, culturais etc., extremamente desiguais e excludentes, onde a cidadania é permanentemente negada à grande parcela da população. Por outro lado, já foram construídas diversas alternativas frente a esta realidade no sentido de transformá-la. Por isso, o envolvimento no movimento tem uma motivação profundamente ética de buscar construir a cidadania para todos e todas, que ainda está longe de se realizar. Isso implica atualizar o significado do conceito *cidadania* no tempo e no espaço, compreendendo-a enquanto processo (CEAP, 2007).

Respostas como esta nos permite constatar e concluir que os sentidos do Movimento Software Livre vão muito além de motivações ou razões econômicas, educativas, ideológicas, políticas, tecnológicas e sociais, podendo ser de cunho ético, dentre outros. Uma entidade pode não usar software livre, nem atuar no Movimento Software Livre, porém isso não impede que ela eleja suas próprias questões ou motivações para cooperar ou militar no Movimento Software Livre.

Enfim, alguns de seus integrantes e simpatizantes são motivados pela utopia de igualdade econômica, outros pela socialização do conhecimento e da justiça social e outros contra a cultura vigente. Todos numa mesma direção, imersos num emaranhado de expectativas e apostas, que é: mostrar para a sociedade como é importante ter sua própria autonomia e independência, perante os sistemas econômicos vigentes, ou culturas dominantes que sufocam os saberes e as necessidades locais para defender seus interesses especulativos, impedindo-a de ter e criar suas próprias soluções, tanto em tecnologia como em autonomia socioeconômicas.

## Considerações finais

A pergunta de partida desta pesquisa visou identificar as motivações da sociedade civil organizada (entidades associadas à ABONG) em relação ao uso de softwares livre e a contribuição do Movimento Software Livre para essa implementação.

Antes do advento do computador e das novas descobertas no campo tecnológico, as pessoas trabalhavam e estudavam usando tecnologias mais rudimentares. Com o surgimento dos computadores algumas práticas mudaram, as mesmas atividades que eram realizadas braçalmente e exigiam determinado tempo e grupo de pessoas, passaram a ser realizadas através destas novas máquinas e em bem menos tempo.

Atualmente o uso dos computadores vem crescendo e a tendência da sociedade é se informatizar cada vez mais, mesmo que involuntariamente, pois quem não acompanhar esse processo estará automaticamente sendo excluído do sistema socioeconômico vigente, pela falta de capacitação, informação e dificuldade de comunicação. Hoje os PCs são utensílios básicos para produção industrial e intelectual/academia, onde servem como ferramenta na realização de pesquisas, textos, livros, relatórios, teses, dissertações, entre outros. Sem contar com inúmeras outras opções que o computador proporciona, como corretor e marcador de textos, além de programas que tabulam dados, constroem gráficos, fazem cálculos matemáticos usando fórmulas, uma infinidade de ferramentas ao alcance das mãos.

Como afirma Giddens (1991, p.77), estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição – em constante mutação – e, como também ocorre no plano global, devem ser consideradas no contexto do *deslocamento* e da reapropriação de especialidades, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no significado geral da técnica, desempenha aqui o papel principal, na forma de tecnologia material da especializada expertise social.

No entanto nem todos têm acesso ou estão interessados na informatização, na tecnologia, mas precisam acima de tudo sobreviver, e a medida que a era técnica ou informatização avança, as pessoas perdem espaços, principalmente no mundo do trabalho e no que diz respeito as relações pessoais ou de contato pessoal (no sentido físico). Em países como o Brasil o processo tecnológico é lento e carece de um investimento financeiro que os indivíduos, as empresas e as entidades nem sempre têm à disposição. Em partes, esse alto custo da informatização se deve ao fato das máquinas serem importadas, pois o Brasil não tem uma indústria autônoma de hardware e outros periféricos de computador. Apesar de haver muitas indústrias que montam seus equipamentos aqui, a maior parte da matéria prima para esse processo de produção é importada, do Brasil se obtém a mão-de-obra barata. Além dos custos dos hardwares, somam-se o alto custo do desenvolvimento dos softwares e das suas licenças de uso.

Se não tiver alternativa, parte da sociedade civil irá aderir ao modelo imposto, sem questionar ou reclamar, apenas segue usando e pagando pelo seu usufruto, sem liberdade de escolha, uso ou prioridades. Cada fabricante, a seu modo, impõe o modelo desejado, não à maneira do cliente, mas a sua moda, deixando toda a sociedade refém do modelo tecnológico proposto, refém também das barreiras impostas pelo capital que o mercado dos softwares mobiliza e pelas barreiras políticas impostas através das formas de negociar as licenças ou direitos autorais dos softwares.

Mesmo com o alto custo dos computadores (máquina), principalmente dos softwares, seu uso é imprescindível. Muitas instituições e empresas não conseguem executar suas atividades sem essas ferramentas, assim como outros segmentos da sociedade civil, que está cada vez mais imersa nesse processo sociotécnico. Entretanto, algumas empresas, indivíduos e entidades estão saturadas com esses custos a mais no seu orçamento, e principalmente com a imposição da indústria de software, e buscam nos softwares livre uma outra alternativa, como é o caso das entidades associadas à ABONG.

Nem todas as entidades que responderam ao questionário da pesquisa estão usando os softwares livre, mas há uma tendência muito grande para que isso aconteça. De 1993 até o momento atual houveram muitas adesões, o que demonstra que o seu uso vem crescendo e aumentando de lá para cá e que

aos poucos essa idéia vai amadurecendo dentro da sociedade civil. Afinal, são quase 5 décadas de uso dos softwares proprietários contra apenas duas décadas e meia dos softwares livre, sem contar com o fato de que os softwares proprietários chegam à sociedade civil exatamente com a finalidade comercial, diferente dos softwares livre.

A razão econômica (27,27%) é a principal motivação para as entidades associadas à ABONG aderirem ou usarem os softwares livre. Pelo fato desse tipo de software não trazer incluído na sua compra o valor das licenças e outros tributos que possam dificultar ainda mais a sua aquisição. Alguns desses fatores econômicos estão diretamente ligados com a vantagem custo-benefícios que os softwares livre oferecem, pois eles são ferramentas tão úteis quanto os softwares proprietários e têm um valor bem mais baixo, devido ao fato de serem livres, tecnologias autônomas sem *royalties* envolvidos na aquisição.

A razão política aparece em segundo lugar entre as alternativas propostas com 25,45% das respostas, demonstrando que as negociações e tratados em torno de licenças e patentes é tão inconveniente quanto o preço dos royalties incluídos nelas, mas não só isso, também há a luta pela cidadania e pelo direito de poder escolher a melhor opção não só em tecnologia, mas em prioridades econômicas, políticas, educativas e sociais.

Em relação à razão tecnológica (21,83%), algumas alterações precisam ser feitas, embora a sociedade civil organizada esteja dispensando o pagamento de royalties, a dificuldade de adaptação ainda é vigente. Uma condição necessária para que a sociedade comece a aderir aos softwares livre, é tornar a interface gráfica o mais inteligível possível, de preferência auto-explicativa, para que não aconteça como no caso do Centro de Cultura Luiz Freire<sup>80</sup> que “já utilizou, mas não se adaptou e no momento está utilizando o Windows, pensando ainda em voltar a utilizar o software livre”. Mesmo que os softwares livre tenham evoluído bastante em sua apresentação gráfica, alguns termos ainda são difíceis de compreender pela população não especializada em informática, para muitos usuários a interface gráfica dos softwares

---

<sup>80</sup>O Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF (Olinda/PE), é uma entidade que atua na área de Comunicação, Educação e Direitos Humanos.

proprietários<sup>81</sup> é bem mais inteligível e difundida, quase que auto explicativas quando comparadas a alguns softwares livre. É preciso divulgar mais e explicar melhor o que é software livre<sup>82</sup>. Um processo longo, mas a migração para software livre pode dar certo, como observamos com as entidades associadas à ABONG.

Já a razão social (20%) está relacionada com o fato da lógica de produção, distribuição e uso dos softwares livre ser voltada para a direção de uma sociedade civil com espaços para a criatividade e autonomia, indo de encontro a modelos políticos, culturais e econômicos impostos que vem sendo criticados pelos movimentos sociais, especificamente os contra à globalização hegemônica.

Para as entidades, o uso de softwares livre como ferramenta didática e educativa (12,73%) teve pouca ênfase, uma vez que o Brasil não tem uma plataforma tecnológica de ponta em desenvolvimento de software livre, capaz de habilitar ou incentivar técnicos especialmente nessa área. Desse modo, mesmo que os softwares livre possuam vantagens tecnológicas preponderantes sob os softwares proprietários, a sustentação dos softwares livre no Brasil é tecnicamente dificultosa. Outro problema que as entidades têm em relação aos softwares livre, é a dificuldade para operá-los.

A maioria das pessoas é muito arraigada à cultura dos softwares da Microsoft, principalmente do Sistema Operacional Windows e seus aplicativos. Fora isso, às vezes há incompatibilidades entre os dois sistemas para receber determinados tipos de arquivos, pois as configurações dos softwares livre e proprietários nem sempre são correspondentes.

A sociedade está cada dia mais atrelada às inovações do campo tecnológico. Mas o fato da existência destas inovações não foi a questão central abordada nesta dissertação, e sim das relações da tecnologia com a sociedade, seus benefícios ou desvantagens. Mesmo ela sendo de fundamental importância hoje, a inclusão nesse processo é desigual devido a

---

<sup>81</sup>Entre estes se encontram Sistema Operacional Windows, Adobe, Outlook Express, Internet Explorer.

<sup>82</sup>De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 85% dos alunos de instituições de ensino públicas e privadas não sabem o que é um software livre. Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/softwares-livres-alternativos-conquistam-seu-espaco>>.

fatores econômicos e outros, como podemos ver entre as entidades associadas à ABONG.

Por fim, podemos afirmar que grande parte do avanço do uso das plataformas livres no mundo se deve ao Movimento Software Livre, sem o qual a possibilidade da sociedade civil vir a saber o que é um programa livre seria muito remota. Provavelmente um número muito maior de pessoas e entidades não estariam informadas até hoje. Mesmo que a lógica da produção e difusão dos softwares livre seja cooperativa, sem divulgação e explicação não tem como a sociedade civil entender os benefícios socioeconômicos, sociotécnicos e sociopolíticos que estão subscritos nessa nova tecnologia.

Como afirma Rezende (1985, p. 38 *apud* Scherer-Warren, 1993, p. 50), os movimentos sociais não podem ser pensados apenas como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. As lutas de classe não deixam de existir, mas estão dando lugar a lutas por igualdade de gênero, direitos humanos, inclusão sócio-digital e outras. No mundo moderno, tecnológico e altamente globalizado as lutas se somam. E o Movimento Software Livre é um exemplo desse conjunto, pois entre os ativistas encontram-se pessoas e entidades ligadas as mais diversas áreas e segmentos da sociedade civil, empenhados na luta contra hegemônica e motivados pela divulgação dos softwares livre e o que ele representa para a sociedade não só em termos econômicos, mas no que se refere às liberdades.

À medida que as tecnologias são democratizadas e usadas por alguns a favor de muitos, todos poderão tirar proveito, porém quando elas passam a ser de manutenção exclusiva e usadas para fins próprios, a comunidade tem pouco a ganhar com isso, e o que poderia ser de todos é privilégio de determinados grupos. A preocupação das entidades em contribuir com a equidade sócio-digital utilizando-se dos softwares livre e da sua lógica de produção e distribuição, demonstra o comprometimento de associações civis e movimentos sociais com a participação social de populações desfavorecidas em relação aos diferentes processos de comunicação e informação e pela inclusão social no mundo das novas tecnologias.

As tecnologias da informação e comunicação podem ser instrumentos para promoção da igualdade de oportunidades, pois o conhecimento é uma

excelente forma de intervir em diferentes situações, por isso, deve ser compartilhado por todos os indivíduos.

### Referências bibliográficas

ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 39-64, 2002.

ABONG. **ONGs no Brasil: Perfil das Associadas à ABONG**. São Paulo: ABONG, 2006.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n. 37, p.5-31, 1998.

ALMEIDA FILHO, J. C. A. Direito Eletrônico ou Direito da Informática?. **Revista Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 2, p. 11-18, 2006.

ALMEIDA FILHO, J. C. A.; CASTRO, A. A. **Manual de informática jurídica e direito da informática**. v. 1, 1º Ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

ASCENSÃO, José de Oliviera. **Copyright e Direito autoral**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

AUGUSTO, M. P. **Um estudo sobre as motivações e orientações de usuários e programadores brasileiros de software livre**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2003. (Dissertação Mestrado em Administração).

AYRES, Bruno R.C. Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo de informações. **Revista de Ciência da Informação**, v.2, n.1, 2001. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/fev01/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/fev01/Art_01.htm)>.

BARBETA, Pedro A. **Estatística aplicada as Ciências Sociais**, 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: B. FELDMAN-BIANCO (Org.), **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila C. e SILVEIRA Rogério L.L. da. (Org). **Redes, sociedades e territórios**, Santa Cruz do Sul - RS: Edunisc, 2005, p. 79-106.

BONA, Nívea Canalli. **Democracia e participação nos movimentos sociais: e a comunicação?** VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação - NP Comunicação para a Cidadania, Santos, 2007. (paper). Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1340-2.pdf>>.

BRASIL. Lei nº. 9.609/98. Dispõe sobre a proteção de programas de computador Promulgada em 19/02/98, substitui a lei 7646/87, entrou em vigor na data de sua publicação. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2008.

BORGES, C., & GEYER, C. F. R. **Estratégias de governo para promover o desenvolvimento de software livre.** Disponível em <[http://www.inf.ufrgs.br/~clermont/estrategias\\_governo\\_sl.html](http://www.inf.ufrgs.br/~clermont/estrategias_governo_sl.html), 2001>.

BRANCO, Marcelo D'Elia. **Software Livre na Administração Pública Brasileira.** Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/downloads/softwarelivrenaadministracaopublicabrasileira.pdf>>. Acesso em: 16 jun 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999. \_\_\_\_\_ . **A galáxia da internet:** reflexões sobre a Internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. \_\_\_\_\_ . **Nosso Mundo, Nossa Vida.** In: **O Poder da Identidade.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CETIC. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil,** 2006. Disponível em <<http://www.cetic.br/tic/2006/indicadores-2006.pdf>>. Acesso em: 20/01/2008.

CIPSGA. **CIPSGA e sua luta para implantar os softwares livre no Brasil,** 2007. Entrevista de Djalma Valois ao site OLINUX em 02/12/2000. Disponível em <<http://www.cipsga.org.br>>. Acesso em: 16/09/2007.

CONCEIÇÃO, Paulo Francisco da., **Estudo de Caso de Migração para Software Livre do Laboratório da UEG Lavras Minas Gerais – Brasil 2005,** Universidade Federal de Lavras (Monografia da Ciência da Computação).

COUTINHO, Leonardo. As comunidades do ódio. **Revista Veja.** Ed. Abril, p. 92-93, Novembro de 2005.

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v.12, n. 35, 1997.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DEBIAN, Debian-BR: **ajudando a universalização do Debian,** 2007. Disponível em <<http://debian-br.cipsga.org.br>>. Acesso em: 04 de dez 2007.

DI NUCCI, Eliane Porto. Letramento: algumas práticas de leitura do jovem do ensino médio. **Psicol. esc. educ.,** v.6, n.1, p.31-38, jun. 2002.

DOSSE, François. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. São Paulo: EDUSC, 2003.

DOIMO, Ana M., MITRE, Mayra, MAIA, Rousely. Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso de DH net. In: DIAS, Leila C. e SILVEIRA, Rogério L.L. da. (Org). **Redes, sociedades e territórios**, Santa Cruz do Sul - RS: Edunisc, 2005, p. 107-130.

EBOLI, João C. de C. Os direitos conexos. **Revista CEJ**, Brasília, n. 21, p. 31-35, abr./jun. 2003.

EBOLI, João C. de C. **Direitos Autorais – Noções Gerais – Histórico**. Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais (Socinpro). Disponível em: <<http://www.socinpro.org.br/art10.htm>>. Acesso em: maio de 2008.

FRANCO, Marcelo Araújo. **Ensaio sobre as tecnologias digitais da inteligência**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GUESSER, Adauto H. **Software livre e controvérsias tecnocientíficas**: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal, UFSC, 2005. (Dissertação de mestrado).

KELLERMANN, Douglas. Proposta de metodologia para migração de sistemas proprietário para sistemas em software livre. **Revista de Estudos**, Novo Hamburgo, v.24, n.1, p.7-14, ago. de 2001.

\_\_\_\_\_. **Software livre na infra-estrutura de tecnologia da informação da pequena e média empresa**. Centro universitário Feevale instituto de ciências exatas e tecnológicas curso de ciência da computação Estágio Supervisionado I, Novo Hamburgo, 2002 (relatório).

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. **Revista Brasileira e Ciências Sociais**. ANPOCS, ano 10, n. 28, p.55-69, junho 1995.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n.18, p.248-285, Dez 2007.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas.** Recife: Editora Universitária, 2004.

McLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Culturix, s/d,1964.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **Informática: novas aplicações com microcomputadores**, 2ª. ed., São Paulo: Makron Books, 1994.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um objetivo para os movimentos sociais.** Revista Lua Nova, São Paulo: CEDEC, nº. 17, 1989.

MOORE, J.T. S., **REVOLUTION OS.** Vale do Silício: Linux Direct, 2002. 2 DVD.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital.** Universidade Federal Fluminense. Brasil, 2001.

OPEN SOURCE INITIATIVE. **The Open Source Definition.** Disponível em <<http://www.opensource.org/docs/definition.html>>. Acesso em: 05 nov 2007.

ORTENSI, Mauricio Luiz. **O que é Pirataria.** Disponível eletronicamente em <[http://www.ortensi.com/info/pirataria\\_1.php](http://www.ortensi.com/info/pirataria_1.php)>. Acesso em: 20 nov 2005.

PELLANDA, Nize Maria Campos. O sentido profundo da solidariedade. In: PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHLUNZEN, Elisa; SCHLUNZEN, Klaus. (Org.). **Inclusão digital: tecendo rede afetivas cognitivas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 35-44.

PERSELL, Caroline Hodges. **Understanding Society.** 2. Ed. Nova Iorque: Harper & Row, 1987.

Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - **CETIC.br**, Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo , 2007.

PINHEIRO, Walter. A luta pelo software livre no Brasil. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeo da. & CASSIANO, J. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

PROCEMPA. Porto Alegre. Disponível em: <<http://linuxshop.ru/linuxbegin/win-lin-soft-en/table.shtml>>. Acesso em: nov de 2003

PROJETO SOFTWARE LIVRE RS. **Projeto Software Livre RS**, 2003. Disponível em <<http://www.softwarelivre.rs.gov.br>>. Acesso em: 16 jun 2003.

PRUDÊNCIO, Kelly C. de S. **Mídia Ativista: a Comunicação dos Movimentos por Justiça Global na Internet**. UFSC, 2006. (Tese de doutorado).

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva,1992

REZENDE, Pedro A. D. **Governo, Informática, Conhecimento**: Quais as relações possíveis. Semana do Software Livre no Legislativo, Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.cic.unb.br/docentes/pedro/trabs/ssl\\_senado.htm](http://www.cic.unb.br/docentes/pedro/trabs/ssl_senado.htm)>. Acesso em: ago. de 2003.

REZENDE, Antônio P. de A. Movimentos Sociais e partidos políticos: questões sobre a lógica e estratégia política. In: **Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano**, João Pessoa, 1985.

RIGITANO, Maria E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do Centro de Mídia Independente. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2005.

\_\_\_\_\_. Ciberativismo: definições, origens e possíveis classificações. In: André Lemos. (Org.). Cibercidade II: Ciberurbe. **A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005, v., p. -.

\_\_\_\_\_. COSTA, L. Incluindo o Brasil na era digital. In: LEMOS, André. (Org.). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**, 2005. (paper)

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo digital a distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. In: ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier.** Disponível em: <<http://www.well.com/user/hlr/vcbook/index.html>. 1993>.

SANTOS, N. B. **Estratégias de inclusão digital: a batalha das práticas culturais.** In: V ENLEPIC Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2005, Salvador. Disponível em <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/NiltonBahlisDosSantos.pdf>>. (paper)

SANTOS, Nilton B. dos. Novas tecnologias: do partido centralizado às redes da sociedade civil e comunidades virtuais. **Liinc em Revista**, v. 4, p. 1, 2008.

SANTOS, Nilton B. dos. Novas Tecnologias e Movimentos Sociais: do partido de Lênin às redes da sociedade civil e às comunidades virtuais. **Rede de Informação para o Terceiro Setor – RITS**, setembro de 2007. (artigo)

SCHERER – WARREN, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Cristina & Silveira, Rogério L.L. da (orgs). **Redes, Sociedades e Território.** Santa Cruz do sul, EDUNISC, 2005, p. 29-50.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade & Estado**. v. 21, n.1. Brasília: UnB, p. 109-130, 2005.

\_\_\_\_\_. Conflitos, protestos e movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, p.13-16, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes sociais na sociedade da informação. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, SPÍNDOLA, Maria C. P. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte-MG, 2006, p. 215-227.

SCHWINGEL, Carla. **Comunicação e criação na Internet:** análise das equipes de desenvolvimento de Web e dos grupos de desenvolvimento de softwares. UFBA, 2002. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Roosevelt Lins. **Modelo de automação em bibliotecas baseado na filosofia Open Source:** uma análise social e tecnológica. São Luís, 2005. Monografia (Graduação em biblioteconomia)

SILVEIRA, Sérgio Amadeo da. Inclusão digital, Software Livre e Globalização Contra- Hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeo da. e CASSIANO, J. **Software livre e inclusão digital.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SIQUEIRA, Holgonsi S. G. **Sociedade em rede:** conexões e desconexões. **A Razão**, Santa Maria, 2004.

SOARES, Gustavo G. M. **Por uma inclusão digital para além do mercado.** Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas, p. 39-43, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura. (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Redes informatizadas de comunicação: a teia da rede internacional DPH**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TÖNNIES, Ferdinand. A teoria da comunidade. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995, p. 231-252.

TOURAINÉ, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

\_\_\_\_\_. **La Voix et le Regard**. Paris: Seuil, 1978.

VILLASANTE, Tomás R. Redes e alternativas- Estratégias e estilos criativos na complexidade social. **Redes de comunicação: globais e locais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 69-90.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonatham. **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WIENER, Norbert. **Cybernetics: or the control and communication in the animal and the machine**. Massachusetts Institute of Technology, 1948.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1984.

WITHAKER, Francisco. **Redes: uma estrutura alternativa de organização**. Disponível em [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_estrutalternativa.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm). Acesso em: 25 de maio de 2008.

#### **Sites consultados:**

<http://www.gazzag.com.br>

<http://www.rits.org.br>

<http://www.orkut.com>

<http://pt.wikipedia.org>

<http://www.openoffice.org.br>

<http://www.paineldecontrole.wordpress.com>

<http://www.abong.org.br>

<http://www.ecodigital.blogspot.com/200358936-> II Oficina de Inclusão Digital, 2003

<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/7/etihack.htm>

<http://www.fsf.org>

[http://www.inf.ufrgs.br/~clermont/estrategias\\_governo\\_sl.html](http://www.inf.ufrgs.br/~clermont/estrategias_governo_sl.html)

<http://psl-rs.softwarelivre.org>

<http://www.institutoarcoiris.org.br>  
<http://www.conip.com.br>  
[http:// www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)  
<http://www.redesolidaria.com.br/biblioteca/rsm.pdf>  
<http://www.mulheres.softwarelivre.org>  
<http://www.mmm.softwarelivre.org>  
<http://www.rits.org.br>  
<http://www.softwarelivre.org/news/3697/22/Feb/2005> - 09:08  
<http://linuxshop.ru/linuxbegin/win-lin-soft-en/table.shtml>.  
<http://fisl.softwarelivre.org/9.0/www/node/532>  
<http://casabrasil.gov.br>  
<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2948600-EI5030,00.html>  
<http://amlat.oneworld.net/article/view/142359/1/2304>  
<http://www.mct.gov.br/>  
[http://www.inpi.gov.br/menu-squerdo/programa/pasta\\_legislacao/lei\\_9609\\_1998\\_html](http://www.inpi.gov.br/menu-squerdo/programa/pasta_legislacao/lei_9609_1998_html)  
<http://www.terra.com.br/odia>  
<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/software-livres-alternativos-conquistam-seu-espaco>  
<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI2989597-EI4802,00>  
<http://www.revista-linux.com>  
<http://pablolisboa-culturalivre.blogspot.com/2007/09/as-desvantagens-do-sistema-proprietario.html>

## ANEXO A – As 4 liberdades dos softwares livres

- A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº. 0);
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade nº. 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade nº. 2);
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade nº. 3). Incluindo o acesso ao código-fonte, que é um pré-requisito para esta liberdade;

A liberdade de executar o programa constitui na liberdade para qualquer tipo de pessoa física ou jurídica utilizar o software em qualquer tipo de sistema computacional, para qualquer tipo de trabalho ou atividade, sem que seja necessário atender a alguma restrição imposta pelo fornecedor. O copyleft garante que qualquer um pode redistribuir o software e tendo ou não feito mudanças, deve por obrigação passar adiante a liberdade de copiar e de alterá-lo. Os distribuidores não podem adicionar restrições extras quando eles redistribuem ou modificam o software. Isto significa que cada cópia do software, mesmo que tenha sido modificado, deve ser software livre. ([www.fsf.org](http://www.fsf.org)).

## **ANEXO B – Diferença entre software proprietário e software livre**

O indivíduo, a empresa ou Estado podem ter pago para receber cópias do software GNU, ou podem ter obtido cópias sem nenhum custo. Mas independente de como se obteve esta cópia, sempre se tem a liberdade de copiar e modificar o software, ou mesmo de vender. O software livre, não significa exatamente não-comercial. Um programa livre deve estar disponível também para uso comercial, desenvolvimento comercial, e distribuição comercial.

## **ANEXO C – Diferença entre os termos Código Fonte Aberta ou Open Source e software livre**

Conforme Open Source Definition (OSI, 2008), o conceito de fonte aberta se refere à liberdade para se poder acessar ao código fonte de um determinado produto, mas não é aplicado somente ao acesso ao código fonte, pois conforme os termos de distribuição de software open-source se deve obedecer aos seguintes critérios para que estes realmente sejam open source:

1. A redistribuição deve ser livre: a licença não deve restringir de nenhuma maneira a venda ou a distribuição do programa gratuitamente, como componente de outro programa ou não. The license shall not require a royalty or other fee for such sale. Ela não deve exigir um royalty ou outra taxa pela venda;
2. O software deve incluir o código fonte e permitir a distribuição: o programa deve incluir código fonte e deve permitir a distribuição de código fonte, bem como forma compilados;
3. Trabalhos derivados: a licença deve permitir modificações e trabalhos derivados, além de permitir que sejam distribuídas sob os mesmos termos que a licença do software original;
4. Integridade do código de fonte do autor;
5. Nenhuma discriminação de grupos ou pessoas;
6. Nenhuma discriminação de encontro aos campos do esforço: a licença não deve restringir ninguém de fazer uso do programa em um campo específico de aplicação. For example, it may not restrict the program from being used in a business, or from being used for genetic research. Por exemplo, ela não pode restringir o programa de ser usado em uma empresa ou de ser usado para pesquisa genética;
7. Distribuição da licença: os direitos inerentes ao programa devem aplicar-se a todos a quem o programa é redistribuído, sem a necessidade de execução de uma licença adicional por aquelas partes;
8. A licença não deve ser específica a um produto: os direitos inerentes ao programa não devem depender do programa ser parte de um software específico de distribuição. If the program is extracted from that distribution and

used or distributed within the terms of the program's license, all parties to whom the program is redistributed should have the same rights as those that are granted in conjunction with the original software distribution. Se o programa for extraído a partir dessa distribuição e usado ou distribuído dentro dos termos da licença do programa, todas as partes a quem o programa é redistribuído devem ter os mesmos direitos que aqueles que são concedidos em conjunto com a distribuição do software original;

9. A licença não deve restringir o outro software: a licença não deve colocar restrições em outro software que é distribuído juntamente com o software licenciado. For example, the license must not insist that all other programs distributed on the same medium must be open-source software. Por exemplo, a licença não pode insistir que todos os outros programas distribuídos na mesma mídia devam ser open-source software;

10. A licença deve ser tecnologia-neutra: nenhuma disposição da licença pode ser por base qualquer indivíduo tecnologia ou estilo de interface.

**QUESTIONÁRIO**

- 1) Nome da associada:
- 2) Nome do representante:
- 3) Localidade:
- 4) Área temática de atuação da Associada:
- 5) Qual o público alvo da associada:
  
- 6) Utiliza computador como ferramenta nas atividades executadas:  
 Sim  
 Não
  
- 7) O computador possui conexão com a Internet:  
 Sim  
 Não  
 Não se aplica
  
- 8) Qual o tipo de conexão:  
 ADSL  
 Cabo  
 Discada  
 Não se aplica
  
- 9) Utiliza algum software de código fonte aberto ou software livre:  
 Sim, desde quando: \_\_\_\_\_  
 Não  
 Não se aplica
  
- 10) Qual razão para sua entidade utilizar o software de código fonte aberto ou software livre:  
 Educativa  
 Econômica  
 Política  
 Tecnológica  
 Social  
 Outras. Quais \_\_\_\_\_  
 Não se aplica  
Justifique sua alternativa: \_\_\_\_\_
  
- 11) Como teve conhecimento do software livre:  
 Internet  
 Televisão  
 Rádio  
 Livros  
 Revista  
 Movimentos sociais  
 Outro. Qual \_\_\_\_\_?  
 Não teve conhecimento

12) Qual o público alvo ou sujeitos beneficiados pelo uso de software livre e como são beneficiados?

13) O que considera vantajoso no uso do software livre:

- Custo benefício
- Facilidade de uso
- Liberdade para modificar
- Contra hegemonia da sociedade civil
- Inexistência de vírus
- Outros. Quais \_\_\_\_\_
- Não se aplica

14) Conhece ou já ouviu falar do movimento internacional pela adoção do software livre ou movimento do software livre:

- Sim
- Não

15) Através de qual meio ouviu falar do movimento internacional pela adoção do software livre ou movimento do software livre:

- Internet
- Televisão
- Rádio
- Livro
- Revista
- Contato pessoal
- Movimentos sociais
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

16) Sua entidade participa ou atua como militante do movimento software livre:

- Sim
- Não
- Se "sim", como: \_\_\_\_\_

17) Quais das questões abaixo a (o) levaram a atuar no Movimento:

- Políticas
- Ideológicas
- Econômicas
- Sociais
- Outra alternativa. Qual?

Justifique sua alternativa: \_\_\_\_\_